

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 11 DE AGOSTO DE 2015

Aprova o Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015

O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião Plenária Ordinária de 11 de agosto de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SC;

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social.

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 18 que o Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. §1º A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do conselho de assistência social. §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 22. Os Planos de Assistência Social, além do que estabelece o §2º do art. 18 desta Norma, devem observar: I - deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II – metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; III – metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios; IV – ações articuladas e intersetoriais; V- ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS. Parágrafo único. O apoio técnico e financeiro compreende, entre outras ações: I - capacitação; II - elaboração de normas e instrumentos; III - publicação de materiais informativos e de orientações técnicas; IV – assessoramento e acompanhamento; V - incentivos financeiros.

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 121 que no planejamento das ações dos conselhos de assistência social devem ser observadas atribuições precípuas, entre elas: aprovar o

plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;

Considerando que a Comissão de Política e de Financiamento procedeu à análise do Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015, enviado ao CEAS por meio do Ofício nº 361/2014 da Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST no dia 21 de maio de 2014 e que para tanto foram realizadas reuniões nos dias: 10/06/2014; 08 e 22/07/2014; 08/08/2014 e 04,18 e 28/11/2014.

Considerando o Ofício nº236/2014/CEAS/SC o qual solicita esclarecimentos a DIAS, com resposta ao CEAS por meio do Ofício GABS/SST nº 1019/2014, onde a Comissão de Política e de Financiamento retomou a análise do PEAS, com apoio da equipe da SST/DIAS, em reunião dia 28/11/2014; que resultou no parecer nº 01/2014.

Considerando que no parecer nº 01/2014 constava que a Comissão de Política de Assistência Social recomendaria a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social 2014/2015, desde que os itens de revisão solicitados fossem validados.

Considerando que na Reunião Plenária Ordinária de 09/12/2014, dois conselheiros pediram vistas do Plano Estadual de Assistência Social em razão da permanência ainda de alguns itens solicitados de revisão, o mesmo ficou como pauta para o ano de 2015.

Considerando que um dos conselheiros que solicitaram vistas foi substituído, o Plano Estadual de Assistência Social foi incluído na pauta de reuniões da Comissão de Política, onde apenas um conselheiro ficou responsável por analisar o documento.

Considerando que por meio da ata de 09/12/2014 a DIAS encaminhou ao CEAS o Ofício DIAS/SST nº 849/2015 em 23 de julho de 2015 contendo o Plano Estadual de Assistência Social com as alterações solicitadas pelos Conselheiros.

Considerando que devido a ausência de quorum na reunião da Comissão de Política do dia 27/07/2014, a Mesa Diretora em reunião dia 04/08/2015, analisou e aprovou as alterações feitas pela Diretoria de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS 2014-2015.

Parágrafo Único: O anexo contendo o Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015 é parte integrante desta Resolução e estará disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST na página do CEAS.

Art. 2º Recomendar ao Órgão Gestor Estadual que a Coordenação do Colegiado Gestor Intersectorial de Políticas Públicas sobre Drogas, que vem sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, seja rediscutida por este Colegiado e retorne ao CEAS o que for pactuado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Vânia Maria Machado
Presidente do CEAS/SC

Anexo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano Estadual de Assistência Social

2014-2015

Santa Catarina

2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

João Raimundo Colombo
Governador do Estado de Santa Catarina

Eduardo Pinho Moreira
Vice-Governador do Estado de Santa Catarina

João José Cândido da Silva (*In Memoriam*)
Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Jorge Teixeira
Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Rafael Lima Palmares
Secretário Adjunto

Simone Cristina Vieira Machado
Diretora de Assistência Social

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL
Simone Cristina Vieira Machado
Diretora de Assistência Social

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Katia Freitas da Silva
Gerente de Gestão da Política de Assistência Social



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO

Gerência de Gestão da Política de Assistência Social

Katia Freitas da Silva – Gerente

Daiana Nardino Dias – Assistente Social

Letícia Martins Falcão Ferreira – Assistente Social

Bruna Roberta Floriano - Socióloga

Fernanda Guimarães Braz – Assistente Social

Letícia Guimarães Braz – Assistente Social

Cleuni Fátima Pagno – Estagiária de Serviço Social

Coordenação Estadual de Gestão do Trabalho do SUAS

Lúcia Helena Rensi Medeiros – Coordenadora

Regina Célia da Silva Suenes – Assistente Social

Gerentes de Monitoramento e Avaliação do SUAS

Renata Vieira – Gerente no período de 05/2013 a 02/2014

Carolina Rodrigues de Freitas – Gerente a partir de 04/2014

Gerência de Proteção Social Básica

Janaína Maria da Silva – Gerente

Fabiana Souza – Assistente Social

Maristela Antônia dos Santos – Assistente Social

Patrícia Chaves de Souza – Assistente Social

Viviane Maria P. Fernandes – Assistente Social

Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família e Cadastro Único/GEPSB

Janaína Maria da Silva - Coordenadora

Luciane Martins May – Assistente Social

Paula Petter Oliva – Assistente Social

Viviane Martins – Estagiária de Sistemas de Informação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Coordenação Estadual dos Benefícios Assistenciais/GEPSB

Camila Magalhães Nélsis – Coordenadora

Liamara Poletti – Estagiária de Serviço Social

Luís Antônio de Souza – Estagiário de Serviço Social

Gerência de Proteção Social Especial

Média Complexidade

Sandra Regina da Silva Coimbra – Gerente

Ana Paula Bett Fortuna Ciocari – Assistente Social

Denise Dela Bruna – Pedagoga

Vanusa Floriani Lopes – Estagiária de Serviço Social

Alta Complexidade

Fabiani Cabral Lima - Psicóloga

Renata Nunes – Assistente Social

Pâmela Correa – Estagiária de Serviço Social

Gerência de Pactuação e Deliberação

Fabiana Vieira – Gerente

Gerência de Comunicação e Publicização do SUAS

Sílvia Boni – Gerente

Gerência do Centro Educacional São Gabriel

Carlos Alberto Veloso – Gerente

Emanuella Borges Oliveira – Assistente Social

Magda Aparecida Gonçalves – Psicóloga



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APRESENTAÇÃO

A **Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST/SC**, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social e as determinações estabelecidas pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2012 apresenta o **Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015 (PEAS 2014-2015)**, que se configura como um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Estadual de Assistência Social, na perspectiva do SUAS, visando a consolidação no Estado de Santa Catarina.

O **responsável pela elaboração é o órgão gestor estadual** que submete à **aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC)**, reafirmando o princípio democrático e participativo.

O Plano Estadual de Assistência Social, ao estabelecer as diretrizes gerais que orientam as ações, metas e prioridades programáticas que devem ser cumpridas pelo Estado catarinense no campo da assistência social, visa à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o fortalecimento da descentralização e da municipalização da assistência social e à redução das vulnerabilidades e desigualdades sociais.

A elaboração do **PEAS 2014-2015** teve início com o processo de territorialização da Assistência Social no Estado de Santa Catarina realizado pela então Gerência de Monitoramento e Avaliação (GEMAV) da Diretoria de Assistência Social (DIAS) com pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC) e apresentação ao CEAS/SC. Desta forma, foram definidas 08 Macrorregiões e 16 Regiões de Assistência Social em Santa Catarina.

A partir daí, com base no Censo SUAS 2012, a GEMAV realizou o levantamento de indicadores para coleta de dados que geraram índices de Assistência Social das Regiões e Macrorregiões permitindo identificar um panorama da implantação do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina e subsidiando um planejamento que contempla também as particularidades das Macrorregiões de Assistência Social.

Concomitantemente, a Gerência de Gestão da Política de Assistência Social (GEPAS), também elencou demandas já estabelecidas ao órgão gestor estadual por meio do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual no âmbito do SUAS - 2012/2015, conjugado ao Plano Plurianual – PPA do Estado de SC, da Revisão das prioridades e metas específicas para a Gestão



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estadual estabelecidas na Resolução CNAS nº 32, de 31 de outubro de 2013, bem como, das deliberações da IX Conferência Estadual de Assistência Social. Após este levantamento, direcionou-se a cada setor da DIAS as suas respectivas demandas para análise e posterior planejamento resultando na estruturação do PEAS em nove eixos de ação da Política de Assistência Social no Estado de Santa Catarina, com ênfase nas Prioridades, Metas, Ações e Espaço temporal de execução.

Ainda como parte estruturante deste planejamento, a GEMAV elaborou a Matriz de Monitoramento e Avaliação do Plano que permitirá acompanhar e avaliar a execução do mesmo. Por fim, após sua elaboração, o mesmo foi submetido à análise para realização dos ajustes finais do documento, visando à sua apresentação preliminar ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

Organizado em nove capítulos, o primeiro apresenta a identificação do ente federativo, do órgão gestor estadual da Assistência Social, bem como, do Conselho Estadual de Assistência Social. O segundo traz o diagnóstico da Assistência Social no estado, com destaque para os aspectos demográficos e socioeconômicos das populações prioritárias desta política pública, além de tratar sobre a questão da vulnerabilidade e risco social. Este capítulo discorre ainda sobre o processo de territorialização e do método de construção do índice da Assistência Social no estado.

O terceiro e quarto capítulos abordam os objetivos gerais e específicos, bem como, as diretrizes do Plano Estadual de Assistência Social.

Nos quinto e sexto capítulos são identificadas as prioridades, metas, ações e espaço temporal de execução, além dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários para execução dos eixos, configurando-se assim no planejamento do órgão gestor estadual para os anos de 2014 e 2015.

O sétimo capítulo dedica-se a apresentar as fontes e mecanismos de financiamento desta política pública no Estado, por meio das unidades orçamentárias que integram o órgão gestor estadual. O oitavo trata sobre a cobertura da rede prestadora de serviços no estado, que está dividida conforme as Macrorregiões e Regiões de Assistência Social, propiciando uma concisa identificação dos equipamentos e serviços ofertados em Santa Catarina.

Por fim, o nono capítulo identifica como se dará o processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Assistência Social.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACESSUAS - Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
ALESC – Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
APAE - Associação de Pais e Alunos Especiais
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadSUAS – Sistema de Cadastro do SUAS
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CapacitaSUAS – Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social
CEAS/SC - Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina
CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CIB/SC - Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Santa Catarina
CIT – Comissão Intergestores Tripartite
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COJUR – Consultoria Jurídica
COMDE - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONEDE - Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência
CPI/SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT - Conselho Tutelar
DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura
DIAS - Diretoria de Assistência Social
DITE – Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda
DOU - Diário Oficial da União
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ESTADIC - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial
FCP - Fundação Cultural Palmares
FEAES - Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária
FEAS/SC - Fundo Estadual de Assistência Social do Estado de Santa Catarina
FEPAS – Fórum Estadual da Política de Assistência Social
FETI/SC - Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina
FETSUAS/SC – Fórum Estadual dos(as) Trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina
FIA – Fundo da Infância e da Adolescência
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GEAFC – Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade
GEAPO – Gerência de Apoio Operacional



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GECOP - Gerência de Comunicação e Publicização do SUAS
GEGAB - Gerência do Centro Educacional São Gabriel
GEPAD - Gerência de Pactuação e Deliberação
GEPAS - Gerência de Gestão da Política de Assistência Social
GEPES - Gerência de Proteção Social Especial
GEPLA – Gerência de Planejamento e Avaliação
GEPSEB - Gerência de Proteção Social Básica
GETIN - Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica
GGE - Grupo Gestor Estadual
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD/PBF - Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Programa Bolsa Família
IGD-M – Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
LA - Liberdade Assistida
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MPF/SC - Ministério Público Federal de Santa Catarina
MS – Ministério da Saúde
MSE - Medida Socioeducativa
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários
PEAS – Plano Estadual de Assistência Social
PECSUAS/SC – Plano Estadual de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA - Plano Individual de Atendimento
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB – Proteção Social Básica
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
PSE – Proteção Social Especial
RMM - Relatório de Mobilização Mensal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAA – Sistema de Autenticação e Autorização



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SC – Santa Catarina

SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional

SEA - Secretaria de Estado da Administração

SED - Secretaria de Estado da Educação

SEDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SES - Secretaria de Estado da Saúde

SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SIPIA - Sistema de Informação para a Proteção da Infância e Adolescência

SST - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Registros Direito Violado/Convivência Familiar e Comunitária - Santa Catarina, 2013	24
Tabela 2: Registros Direito Violado/Liberdade, Respeito e Dignidade - Santa Catarina, 2013... 24	
Tabela 3: Crianças em situação de violência/violação de direitos inseridas no PAEFI em agosto de 2012 - Santa Catarina, 2014	25
Tabela 4: Adolescentes em situação de violência/violação de direitos inseridas no PAEFI em agosto de 2012 - Santa Catarina, 2014	25
Tabela 5: Quantidade de CREAS por situações acometidas contra idosos(as), conforme Censo SUAS 2012	29
Tabela 6: Total de situações em acompanhamento pelo PAEFI em 2011 – Santa Catarina.....	31
Tabela 7: Comunidades Quilombolas Certificadas - Santa Catarina, 2013	32
Tabela 8: Comunidades em Processo de Certificação - Santa Catarina, 2013.....	33
Tabela 9: Etnias Indígenas - Santa Catarina, 2014	35
Quadro 1: Indicadores do componente Estrutura Física para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014.....	55
Quadro 2: Indicadores do componente Execução do Serviço para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014	56
Quadro 3: Indicadores do componente Recursos Humanos para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014	57
Quadro 4: Indicadores do componente Estrutura Física para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014.....	58
Quadro 5: Indicadores do componente Execução do Serviço para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014	59
Quadro 6: Indicadores do componente Recursos Humanos para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014	60



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 7: Indicador do componente Orientação e apoio técnico para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014	61
Quadro 8: Indicadores do componente Inclusão Produtiva para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014	61
Quadro 9: Indicadores do componente Gestão Financeira para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014	62
Quadro 10: Indicadores do componente Conselho para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014	63
Quadro 11: Indicadores do componente Domicílio para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014.....	64
Quadro 12: Indicadores do componente Saneamento básico para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014	65
Quadro 13: Indicadores do componente Trabalho para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014.....	65
Quadro 14: Indicadores do componente Escolaridade para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014	66
Quadro 15: Indicadores do componente Vulnerabilidade Familiar para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014	66



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Articulação dos CRAS com serviços, programas e outras instituições - Santa Catarina, 2012.....	47
Gráfico 2: Articulação dos CREAS com serviços, programas e outras instituições – Santa Catarina, 2012	48



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 IDENTIFICAÇÃO.....	18
1.1 ENTE FEDERATIVO	18
1.1.1 Órgão Gestor da Assistência Social	18
1.1.2 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	18
1.2. CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS.....	19
1.2.1 Representação Governamental	19
1.2.2 Representação Não Governamental	20
2 DIAGNÓSTICO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
2.1 ANÁLISE SITUACIONAL	22
2.1.1 Crianças e Adolescentes.....	23
2.1.2 Idosos (as).....	29
2.1.3 Pessoas com Deficiência	30
2.1.4 População Negra	31
2.1.5 População Indígena	34
2.2 POLÍTICA DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	36
2.3 VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS	37
2.3.1 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	38
2.3.1.1 Programa Bolsa Família	38
2.3.1.2 Benefício de Prestação Continuada – BPC	39
2.3.1.3 Benefícios Eventuais.....	42
2.3.1.4 Benefício Assistencial de Caráter Financeiro devido em situações de Gestão Múltipla	44
2.4 TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	45



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.5 MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	54
2.5.1 Dimensão CRAS	54
2.5.2 Dimensão CREAS	57
2.5.3 Dimensão Gestão Municipal	60
2.5.4 Dimensão CadÚnico	63
3 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	68
4 DIRETRIZES	70
5 PRIORIDADES, METAS, AÇÕES E ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO	71
5.1 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	71
5.1.1 Impactos e resultados esperados.....	71
5.2 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	74
5.2.1 Monitoramento e Avaliação do SUAS.....	80
5.2.1.1 Impactos e resultados esperados.....	85
5.2.1.2 Impactos e resultados esperados - Monitoramento e Avaliação do SUAS.....	86
5.3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	88
5.3.1 Impactos e resultados esperados.....	93
6.4 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	94
5.4.1 Impactos e resultados esperados.....	100
5.5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	101
5.5.1 Impactos e resultados esperados.....	101
5.6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	102
5.6.1 Impactos e resultados esperados.....	110
5.7 CENTRO EDUCACIONAL SÃO GABRIEL	112
5.7.1 Impactos e resultados esperados.....	114



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.8.1 Impactos e resultados esperados.....	120
5.9 COMUNICAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO SUAS.....	122
5.9.1 Impactos e resultados esperados.....	122
6 RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	123
7 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	125
8 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS	131
8.1 Macrorregião 01.....	132
8.2 Macrorregião 02.....	137
8.3 Macrorregião 03.....	141
8.4 Macrorregião 04.....	143
8.5 Macrorregião 05.....	147
8.6 Macrorregião 06.....	151
8.7 Macrorregião 07.....	154
8.8 Macrorregião 08.....	156
9 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	162
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICE	171



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 ENTE FEDERATIVO

Estado: Santa Catarina

Governador: João Raimundo Colombo

Vice-Governador: Eduardo Pinho Moreira

Endereço Governo do Estado:

Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina
Rodovia SC 401, Km 05, nº 4.600 – Saco Grande
Florianópolis – SC – CEP: 88.032-000
Fone: 48 3665 1400 – Site: www.sc.gov.br

1.1.1 Órgão Gestor da Assistência Social

Órgão Gestor: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Tipo de Gestão: () Municípios () Distrito Federal (X) Estados () União

Endereço: Avenida Mauro Ramos, 722

Bairro: Centro – Florianópolis/SC

CEP: 88.020-300

Telefone: (48) 3664-0800

Site: www.sst.sc.gov.br

Gestor Responsável: Jorge Teixeira

1.1.2 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

Gestor do FEAS: Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - Jorge Teixeira

Lei de Criação do FEAS: Lei Complementar nº 143, de 26 de dezembro de 1995

CNPJ: 01.056.698/0001-20



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fontes de Recursos: (X) Federal (X) Estadual () Municipal

1.2. CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS

Presidente: Solange Bueno

Vice-Presidente: Simone Cristina Vieira Machado

Endereço: Avenida Mauro Ramos, 722

Bairro: Centro – Florianópolis/SC

CEP: 88.020-300

Telefone: (48) 3664-0800

Site: www.sst.sc.gov.br

E-mail Institucional: ceas@sst.sc.gov.br

O CEAS é Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família: (X) Sim () Não

1.2.1 Representação Governamental

Órgão	Representantes	
Secretaria de Estado da Educação - SED	Titular: Sônia Maria dos Santos Fernandes	Suplente: Juçara Teixeira de Borba Scheffer
Secretaria de Estado da Saúde - SES	Titular: Amarildo Vando Albino	Suplente: Arlete Jocelina Adriano
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR	Titular: Glorisse Lurdes Benincá	Suplente: Lindomar Machado
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SJC	Titular: Elenita Massaneiro	
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST	Titular: Simone Cristina Vieira Machado	Suplente: Sandra Regina da Silva Coimbra
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST	Titular: Jeronimo Luiz Duarte Maia	Suplente: Fabiana Vieira
Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE	Titular: Elaine Carmelita Piucco	Suplente: Mônica Moraes
Federação Catarinense das Associações de Municípios - FECAM	Titular: Ana Paula Medeiros e Silva Vicente	Suplente: Rosi Voltolini

Fonte: CEAS, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.2.2 Representação Não Governamental

Órgão	Representantes
Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA (Entidade de Assistência Social)	Titular: Kelly Aparecida dos Santos
Cáritas Brasileira – Regional Santa Catarina (Entidade de Assistência Social)	Titular: Maria Aparecida da Fonseca
Fundação CASAN – FUCAS (Entidade de Assistência Social)	Titular: Nayana Moser Zacchi
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna – SEOVE (Entidade de Assistência Social)	Titular: Amilton Gonçalves
Pastoral da Pessoa Idosa (Entidade de Assistência Social)	Titular: Maria Joana Barni Zucco
Central Única dos Trabalhadores – CUT (Trabalhadores do Setor)	Titular: Sergio Maurici Bernardo
Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI/SC (Trabalhadores do Setor)	Titular: Lívia Maria Fontana
Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC 12º Região (Trabalhadores do Setor)	Suplente: Igor Schutz dos Santos
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Santa Catarina – SINTIBREF/SC (Trabalhadores do Setor)	Suplente: André Eduardo Foppa Souza
Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na sexualidade – ADEH	Titular: Lirous Fonseca Ávila



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**(Organização de
Usuários)**

**Fórum Estadual
Permanente de
Assistência Social - FEPAS
Associação Catarinense
para Integração do Cego
– ACIC (Organização de
Usuários)**

Titular: Elisabeth Ferrer

Titular: Solange Bueno

**Movimento Nacional de
População de Rua Titular
(Organização de
Usuários)**

Suplente: Daniel Paz dos Santos

**Federação Catarinense
de Entidades de e para
Cegos – FECEC
(Organização de
Usuários)**

Suplente: Daniel Paz dos Santos

Fonte: CEAS, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2 DIAGNÓSTICO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL

O estado de Santa Catarina, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 6.248.436 habitantes, sendo que 5.247.913 residem em área urbana, representando aproximadamente 84% da população e 1.000.523 residem em área rural, configurando 16% dos habitantes do estado.

Além disso, segundo o Censo Demográfico de 2010, o estado apresentou o número de 1.877.518 famílias residentes em domicílios particulares. Dessas famílias, 5.028 possuem rendimento mensal familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (0,27%) e 12.970 famílias (0,69%) residentes em domicílios particulares não possuem rendimento.

Contudo, cabe destacar que, em 2013, conforme dados levantados por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o estado apresentou o número de 459.599 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Destas, 240.780 possuem renda per capita mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), 120.508 entre R\$ 70,01 (setenta reais e um centavo) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e 120.272 de até R\$ 70,00 (setenta reais), configurando o número de 416.031 pessoas em situação de extrema pobreza, ou miséria, visto que contam com renda inferior ou de até R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, representando aproximadamente 6,6% da população total do estado de SC.

Em relação à segurança alimentar e nutricional, ainda de acordo com a SAGI/MDS, considerando as 27 unidades da federação, Santa Catarina, em 2009, apresentou o maior percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional, com 85,23%. Contudo, 10,44% dos domicílios encontram-se em situação de insegurança alimentar e nutricional leve, 2,42% em situação de insegurança alimentar e nutricional moderada e 1,91% em situação de insegurança alimentar e nutricional grave.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apesar de o panorama nacional evidenciar que o estado encontra-se bem posicionado no que se refere à extrema pobreza e segurança alimentar e nutricional, existe em SC um grande desequilíbrio entre as regiões, sendo que em algumas a vulnerabilidade socioeconômica é mais acentuada. A extrema pobreza, por exemplo, se concentra nas regiões urbanas, tais como Lages, Joinville, Chapecó e Florianópolis. É significativa também a incidência de insegurança alimentar total vivenciada nos lares catarinenses, pois, 14,8% dos domicílios do estado encontram-se nesta condição.

Os dados que seguem, referem-se à população mais vulnerável de SC, compondo o público a quem prioritariamente se dirige a Política de Assistência Social. Estes elementos apontam a existência de um significativo número de famílias em condições de vulnerabilidade (mesmo que inferior no quadro nacional) e exigem a responsabilidade do órgão gestor no trato e inclusão dessas populações em serviços, projetos, programas e benefícios vinculados à Política de Assistência Social e demais Políticas Públicas, oportunizando as reais condições de superação das vulnerabilidades e riscos sociais e/ou pessoais, bem como, das violações de direitos.

2.1.1 Crianças e Adolescentes

Os dados que serão apresentados a seguir foram coletados no Sistema de Informação para a Proteção da Infância e Adolescência – SIPIA que armazena informações sobre as violações aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são os seguintes: Direito à vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e Direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Contudo, a presente análise se focará no Direito à Convivência Familiar e Comunitária e ao Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade por serem os direitos que apresentam maior número de registros de violações no SIPIA, juntamente com o Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e também por serem direitos que envolvem e demandam ações e respostas específicas da Política de Assistência Social.

Assim sendo, de acordo com os registros do SIPIA, preenchido pelos Conselhos Tutelares (CT) do Estado, em 2013, foram registradas 17.889 violações aos direitos de crianças



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

e adolescentes em Santa Catarina. Deste total, 9.949 violações se referem à Convivência Familiar e Comunitária, conforme destacam os dados da Tabela X abaixo:

Tabela 1: Registros Direito Violado/Convivência Familiar e Comunitária - Santa Catarina, 2013

Direito Violado – Convivência Familiar e Comunitária		
Violações	Nº de Registros	%
Violações à dignidade/Negligência Familiar	5.493	55,22%
Inadequação do Convívio Familiar	3.052	30,68%
Privação ou Dificuldade de Convívio Familiar	1.282	12,88%
Atos atentatórios ao exercício da cidadania	86	0,86%
Ausência de Programas e Ações específicas para aplicação de Medidas de Proteção	36	0,36%
Total	9.949	100%

Fonte: SIPIA-CT 2013, GEPAS/DIAS/SST, Acesso em 22 jan 2014

Já as violações relacionadas à liberdade, respeito e dignidade, os dados levantados por meio do SIPIA-CT, seguem elencados na Tabela 2:

Tabela 2: Registros Direito Violado/Liberdade, Respeito e Dignidade - Santa Catarina, 2013

Direito Violado – Liberdade, Respeito e Dignidade		
Violações	Nº de Registros	%
Violência Sexual - Abuso	807	29,61%
Atos atentatórios à cidadania	632	23,19%
Violência Física	557	20,44%
Violência Psicológica	475	17,43%
Discriminação	65	2,40%
Negação do direito à liberdade e respeito	55	2,02%
Restrições ao direito de ir e vir	50	1,83%
Submissão de crianças ou adolescentes a atividades ilícitas ou contravenções sociais	49	1,80%
Violência Sexual – Exploração sexual comercial	35	1,28%
Total	2.725	100%

Fonte: SIPIA-CT 2013, GEPAS/DIAS/SST, Acesso em 22 jan 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esses dados demonstram uma parte do cenário referente à violação de direitos de crianças e adolescentes, hoje, no estado. No entanto, deve-se levar em consideração que nem todos os municípios do estado alimentam este sistema de informações e que muitas situações ainda não são denunciadas, dessa forma, a incidência de violação de direitos é seguramente maior.

Enquanto política pública que recebe parte dessa demanda, os dados do Censo SUAS 2012 - CREAS demonstram as seguintes informações:

Tabela 3: Crianças em situação de violência/violação de direitos inseridas no PAEFI em agosto de 2012 - Santa Catarina, 2014

Crianças inseridas no PAEFI – Agosto de 2012

Violações	Faixa Etária	Nº de Crianças	%
Violência intrafamiliar (física/psicológica)	0 a 12 anos	535	37%
Negligência ou abandono	0 a 12 anos	459	32%
Abuso sexual	0 a 12 anos	358	25%
Situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0 a 12 anos	69	5%
Exploração sexual	0 a 12 anos	07	1%
Total		1.428	100%

Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST, Acesso em 24 jan 2014

Tabela 4: Adolescentes em situação de violência/violação de direitos inseridas no PAEFI em agosto de 2012 - Santa Catarina, 2014

Adolescentes inseridos no PAEFI – Agosto de 2012

Violações	Faixa Etária	Nº de Crianças	%
Violência intrafamiliar (física/psicológica)	13 a 17 anos	316	39%
Negligência ou abandono	13 a 17 anos	224	28%
Abuso Sexual	13 a 17 anos	188	23%
Situação de trabalho infantil (até 15 anos)	13 a 17 anos	44	5%
Exploração sexual	13 a 17 anos	29	4%
Total		801	100%

Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST, Acesso em 24 jan 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As informações elencadas enfatizam que a Política de Assistência Social é uma das responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das demandas referentes à violação de direitos de crianças e adolescentes por meio da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Porém, é importante salientar que o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, não compete exclusivamente à Política de Assistência Social, pelo contrário, sua complexidade exige a articulação e o desenvolvimento de ações complementares com outras Políticas Sociais e órgãos de defesa de direitos, visando promover proteção integral às famílias e aos indivíduos. (BRASIL, 2011, p. 15)

Em relação ao trabalho infantil, segundo a amostra do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o número de pessoas de 10 a 17 anos de idade no estado de Santa Catarina é de 846.328. Deste total, 160.140 possuem algum tipo de ocupação, ou seja, 18,92% dessa população. Destas 160.140 pessoas, 111.475 residem em área urbana, configurando 69,61% e 48.665 residem em área rural, englobando 30,39%. E, ainda, 38.847 destas crianças e adolescentes não frequentam a escola, representando 24,30% e 359 não são alfabetizadas.

Destarte, de acordo com dados do IBGE, do total de 160.140 pessoas de 10 a 17 anos de idade, 102.549 estão empregadas no estado de Santa Catarina, totalizando 64,04% do universo apresentado no Censo e 27.168 pessoas da faixa etária citada trabalham por conta própria e são empregadoras, configurando 16,97%. Além disso, 20.220 pessoas de 10 a 17 anos de idade trabalham sem remuneração, englobando 12,63% e 10.203 são trabalhadoras na produção para o próprio consumo, configurando 6,36% dessa população.

O Censo Demográfico de 2010 também demonstra que 38.287 pessoas de 10 a 17 anos de idade trabalham em atividades voltadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Já 31.783 pessoas nessa faixa etária trabalham em atividades do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e 75.963 em outras atividades.

Vale ressaltar que segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, define-se trabalho infantil como:

as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a (dezesesseis anos), ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. (BRASIL, 2011, p. 06)

Decorre então que o estado ocupa o 4º lugar no *ranking* do trabalho infantil no país, estando à frente apenas dos estados do Piauí, Tocantins e Rondônia. Embora a faixa etária contemplada no Censo Demográfico 2010 seja apenas entre 10 e 17 anos, não contemplando as crianças de 0 a 09 anos de idade, vale lembrar que os dados estão agrupados por tratarem-se da exploração do trabalho juvenil de forma a prejudicar “*seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social*” (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; artigo 66). O ECA prescreve a erradicação do trabalho infantil, na faixa etária de até 12 anos de idade, assim como considera o dever de proteção ao trabalho do adolescente, cuja faixa etária inicia-se aos 12 anos e encerra-se aos 18 anos. Os dados sinalizam o urgente tratamento da questão que envolve a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalho do adolescente.

Pelo Censo SUAS 2012 o trabalho infantil, conforme demonstram as Tabelas 3 e 4, em agosto de 2012, foram inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) 69 crianças em situação de trabalho infantil, representando 5% e 44 adolescentes perfazendo 5%. Importante destacar que em relação aos adolescentes foi considerada apenas a faixa etária entre 13 e 15 anos. Segundo o Censo SUAS 2012, de 86 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) existentes no estado, 70 atenderam situações de trabalho infantil, representando 81% do total desses equipamentos.

Em relação ao cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto, o Censo SUAS 2012 demonstrou que, em 2011, no estado de Santa Catarina, dos 86 CREAS existentes à época, 81 realizaram o Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). Dos 81 CREAS que informaram ofertar o serviço, 26 possuíam equipe técnica exclusiva responsável pela execução do mesmo, representando 30% dos CREAS, enquanto que 55 deles informaram não possuir equipe exclusiva, configurando 64%, ou seja, mais da metade dos equipamentos informaram não possuir equipe exclusiva para realizar tal serviço. Além disso, 05 CREAS informaram que não realizaram o Serviço de Proteção Social



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de PSC e LA, englobando 5% dos 86 equipamentos.

Ainda, de acordo com o Censo SUAS 2012, em 2011, o total de famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em acompanhamento pelo PAEFI foi de 3.530 famílias no estado de Santa Catarina, sendo que o total de adolescentes em cumprimento de MSE, neste mesmo ano, foi de 4.435 adolescentes. Deste total de adolescentes, 2.664 estavam em cumprimento de PSC e 1.376 estavam em cumprimento de Liberdade Assistida.

Contudo, o Censo SUAS 2012 registrou, ainda, que somente no mês de agosto de 2012, o total de adolescentes em cumprimento de MSE era de 2.261 adolescentes, sendo que 1.477 estavam em cumprimento de PSC e 912 estavam em cumprimento de LA.

Considerando que 81 dos 293 municípios catarinenses à época que possuem CREAS declararam executar tal serviço, entende-se que o número de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de PSC e LA no estado é bem expressivo.

No período de dezembro de 2012 a abril de 2013, a Gerência de Proteção Social Especial, da Diretoria de Assistência Social da SST realizou uma pesquisa, por meio de um questionário aplicado aos municípios catarinenses sobre o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Verificou-se que em relação às atividades desenvolvidas pelos adolescentes no cumprimento de MSE de PSC, 220 municípios responderam realizar o *Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC e LA*, tanto nos equipamentos CREAS quanto no órgão gestor municipal de Assistência Social. Destes, 193 declararam ter adolescentes que realizam atividades de serviços gerais, embora o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2012), afirme que as ações socioeducativas devem exercer influência sobre a vida do jovem que cumpre medida socioeducativa, contribuindo para a construção de sua identidade e favorecendo a elaboração de um projeto de vida. Além disso, prevê uma intervenção obrigatoriamente pedagógica e não punitiva. Mas autores como Veronese e Lima (2009), CFP (2012) afirmam que a inserção de práticas pedagógicas em detrimento das punitivas ainda é um grande desafio na execução das medidas socioeducativas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1.2 Idosos (as)

A população idosa de Santa Catarina, que ao longo dos últimos 10 anos triplicou, de acordo com o Censo de 2010 é hoje de 656.913, totalizando 10,5% da população do estado. Com base na análise da amostragem dos Planos Municipais de Assistência Social 2014/2017, realizada pela GEPAS/DIAS/SST, os 72 Planos Municipais analisados corroboram a informação de crescimento da população idosa e todos destacaram este dado em seus respectivos Planos.

De acordo com estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, em Santa Catarina, a renda per capita da pessoa idosa é muito baixa: cerca de 25 mil (3,7%) ganham até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e aproximadamente 156 mil (23,7%) possuem rendimento de até 1 salário mínimo.

Além da fragilidade socioeconômica, dados do Censo SUAS 2012 revelam que em 2011 foram acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), 2.653 idosos(as) em situação de negligência ou abandono e 2.338 idosos(as) em situação de violência intrafamiliar.

O Censo SUAS 2012 também revela uma gama de situações de violência/violações acometidas contra a pessoa idosas que, por sua vez, foram atendidas nos 86 (oitenta e seis) CREAS espalhados pelo Estado, conforme quadro abaixo:

Tabela 5: Quantidade de CREAS por situações acometidas contra idosos(as), conforme Censo SUAS 2012

CREAS - Violações contra Idosos(as)

Situações acometidas contra idosos	Qtd CREAS que atendeu	%
Violência Física	78	91
Violência psicológica	77	90
Abuso sexual	24	28
Exploração Sexual	11	13
Negligência ou abandono	78	91
Tráfico de pessoas	4	5
Situação de rua	34	40
Discriminação em decorrência da orientação sexual	11	13
Discriminação em decorrência da raça/etnia	11	13

Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST, Acesso em 24 jan 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Observa-se que 90% dos CREAS atendem situações de violência física, psicológica e de negligência ou abandono. Em seguida, vêm os casos de idosos(as) em situação de rua e casos de abuso sexual representando uma demanda de 40% e 28%, respectivamente. Situações de exploração sexual, discriminação em decorrência da orientação sexual e da raça/etnia também foram atendidas por 13% dos CREAS.

Destarte, a III Conferência Estadual de Direitos da Pessoa Idosa em Santa Catarina, realizada em 2011, apontou a necessidade de: implantação de Centros Dia, Centros de Convivência e Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas; estímulo à participação do idoso em espaços de discussões para que ele seja protagonista na garantia de seus direitos; divulgação, de forma sistemática, de informações sobre o Estatuto do Idoso, dentre outras.

2.1.3 Pessoas com Deficiência

Os direitos das pessoas com deficiência abrangem diversos setores das Políticas Públicas. No que tange à Assistência Social, a III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 2012, aponta a necessidade de que o Estado garanta, em seu território, avanços nos seguintes pontos:

- Implementação de unidade de habilitação e reabilitação nos municípios de acordo com as demandas levantada pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou outros órgãos de assistência social e saúde, garantida a contínua capacitação dos profissionais, articuladas com a Previdência Social, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDE);
- Definição de normativa para articular a habilitação/reabilitação com as políticas de educação e qualificação profissional, previdência social, MTE, SINE, Sistema Nacional de Aprendizagem, CRAS, Conselhos de Direitos e outros;
- Instituir os serviços de habilitação e reabilitação nas micro-regiões de saúde e fortalecer os já existentes com equipes multiprofissionais que possam contribuir para a redefinição e criação de modelos inovadores de reabilitação e habilitação.
- Implantar e implementar ações da política de assistência social na proteção social básica e proteção social especial em conformidade com as legislações vigentes desta política.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implantar residência inclusiva para a pessoa com deficiência que tenha seus direitos violados e vínculos familiares rompidos, sendo que tal equipamento deverá estar vinculado à rede de atendimento, e os usuários deverão ser encaminhados mediante avaliação da equipe técnica da Assistência Social.

Segundo informações do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência – CONEDE, no ano de 2011 há o registro de uma média de 06 denúncias de violência contra a pessoa com deficiência ou contra entidade de atendimento por mês. Além disso, dados do Censo SUAS indicam que 855 pessoas com deficiência foram acompanhadas pelo PAEFI em 2011, conforme tabela abaixo:

Tabela 6: Total de situações em acompanhamento pelo PAEFI em 2011 – Santa Catarina

Violações contra Pessoa com Deficiência - PAEFI

Situações acompanhadas pelo PAEFI	Total	%
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar	302	35
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	553	65
Total	855	100

Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST, Acesso em 24 jan 2014

2.1.4 População Negra

Conforme informações coletadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), no Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a população negra em Santa Catarina é de aproximadamente 954 mil pessoas, representando um contingente de 15,5%. Desse total, 282 mil são de jovens, sendo que 51.312 não estudam e também não trabalham, representando 23% dessa população.

Ainda, segundo informações recolhidas pela SEPPIR, no Censo Escolar da Educação Básica, realizado em 2012, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), 22.423 jovens negros(as) estavam no Ensino Médio, em Santa Catarina. Destes, 18.321 foram aprovados, representando 81,7%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

do total de jovens no Ensino Médio, 2.359 foram reprovados, configurando 10,5% e 1.743 jovens abandonaram o Ensino Médio, englobando 7,8% do universo mensurado.

A SEPIR mediante dados coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e da base demográfica do IBGE, do ano de 2010, informa que a taxa de homicídios de jovens negros é de 26 jovens por 100 mil habitantes, em Santa Catarina, sendo maior que a taxa de homicídios de jovens brancos que é de 22 jovens por 100 mil habitantes e superior à taxa de homicídios de jovens de todas as raças que também é de 22 jovens por 100 mil habitantes.

Em relação à população quilombola, segundo informações da SEPIR, reunidas por meio do Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em setembro de 2013, o estado de Santa Catarina possui três comunidades quilombolas certificadas¹.

As comunidades quilombolas certificadas são as seguintes:

Tabela 7: Comunidades Quilombolas Certificadas - Santa Catarina, 2013

Comunidades Quilombolas Certificadas – Santa Catarina		
Território	Comunidades	Estágio
Família Thomaz	01	RTID
Invernada dos Negros	01	Decreto
São Roque	01	RTID

Fonte: SEPIR 2013, Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola, Acesso em 24 jan 2014

A Comunidade Família Thomaz localiza-se no município de Treze de Maio e tem 20 famílias quilombolas. Conforme a Tabela 7, a referida comunidade possui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação² (RTID), sendo o mesmo já publicado do Diário Oficial da União

¹ Conforme a SEPIR, a certificação de comunidades quilombolas é emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e é o documento que comprova que a comunidade é remanescente de quilombos. O passo seguinte à certificação é a abertura de processo administrativo de regularização fundiária, com o qual a comunidade passa existir legalmente como proprietária da terra na qual se localiza e da qual tira sua subsistência. Esse processo é executado pelo INCRA, em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e Secretaria de Patrimônio da União.

² Segundo o sítio eletrônico do INCRA, o RTID é um conjunto de documentos que aborda a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica. Trata-se da fase mais complexa para a regularização fundiária de uma comunidade quilombola.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(DOU). A Comunidade Invernada dos Negros encontra-se nos municípios de Abdon Batista e Campos Novos, tem 84 famílias e já possui Decreto nº 0-003, de 18 de junho de 2010, que declara de Interesse Social, para Fins de Desapropriação, os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola de Invernada dos Negros. A Comunidade Invernada dos Negros foi o primeiro território quilombola reconhecido em Santa Catarina. A Comunidade de São Roque está localizada no município de Praia Grande, tem 32 famílias e já possui o RTID.

De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)³, além das citadas acima, existem outras comunidades que estão em processo de certificação e regularização fundiária no estado. São elas:

Tabela 8: Comunidades em Processo de Certificação - Santa Catarina, 2013

Comunidades Quilombolas em processo de Certificação e Regularização Fundiária – Santa Catarina

Território	Comunidade(s)	Famílias	Município	Estágio
Areias Pequenas	01	-	Araquari	Processo aberto no INCRA
Itapocu	01	-	Araquari	Processo aberto no INCRA
Morro do Boi	01	-	Balneário Camboriú	RTID em elaboração
Vidal Martins	01	-	Florianópolis	Certidão Fundação Cultural Palmares
Campo dos Poli	01	15	Fraiburgo e Monte Carlo	RTID em elaboração
Aldeia	01	-	Garopaba	Certidão Fundação Cultural Palmares
Morro do Fortunato	01	32	Garopaba	Certidão Fundação Cultural Palmares
Santa Cruz	01	-	Paulo Lopes	Certidão Fundação Cultural Palmares
Valongo	01	27	Porto Belo	RTID em elaboração
Caldas do Cubatão	01	-	Santo Amaro	Certidão Fundação

³ De acordo com o sítio eletrônico da CPI-SP, a Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não-governamental, fundada em 1978, que atua junto aos índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tabuleiro	01	-	da Imperatriz Santo Amaro da Imperatriz	Cultural Palmares Certidão Fundação Cultural Palmares
Tapera	01	-	São Francisco do Sul	Processo aberto no INCRA
Mutirão e Costeira	01	-	Seara	Processo aberto no INCRA

Fonte: CPI-SP 2013, Acesso em 13 dez 2013

Segundo informações retiradas do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) pela SEPPIR, em julho de 2013, o estado de Santa Catarina tem 263 famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico. Destas famílias, 132 possuem a faixa de renda per capita acima de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), representando 48,9% do universo cadastrado, 63 entre R\$ 70,00 (setenta reais) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), configurando 23,3% e 75 de até R\$ 70,00 (setenta reais), englobando 27,8% das famílias cadastradas. Deste universo, 92 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando 35% das famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico.

Conforme dados levantados pela SEPPIR, no Censo Escolar 2012, o estado possui quatro escolas quilombolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos tendo 125 alunos matriculados e apenas uma delas possui materiais didáticos específicos a alunos quilombolas. E, ainda, conforme o Censo Escolar 2012, as quatro escolas quilombolas possuem abastecimento de água e têm energia elétrica, porém apenas uma delas tem acesso à internet.

2.1.5 População Indígena

Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, em Santa Catarina, há 18.213 pessoas indígenas, sendo que 9.227 residem em terras indígenas e 8.986 fora de terras indígenas. Das 9.227 pessoas que residem em terras indígenas, 1.030 têm de 00 a 04 anos de idade, 1.250 de 05 a 09 anos, 1.407 de 10 a 14 anos, 1.848 de 15 a 24 anos, 2.567 de 25 a 49 anos e 1.125 têm 50 anos ou mais.

Sobre a renda das pessoas indígenas residentes em terras indígenas, o Censo do IBGE demonstrou que 3.671 possuem renda per capita mensal de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 2.441 de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

¼ a ½ salário mínimo, 1.787 de ½ a 1 salário mínimo, 446 de 1 a 2 salários mínimos, 82 mais de 2 salários mínimos e 781 pessoas declararam não possuir rendimento.

Por meio do Censo Demográfico 2010 identificou-se, ainda, que 10.937 pessoas residem em terras indígenas, sendo que 7.055 declararam-se indígenas, 2.172 não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas, 471 não se declararam e nem se consideravam indígenas e 1.239 não prestaram declaração a respeito.

De acordo com o sítio eletrônico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPF/SC), as principais etnias indígenas presentes em Santa Catarina são as seguintes:

Tabela 9: Etnias Indígenas - Santa Catarina, 2014

Etnias Indígenas presentes em Santa Catarina

Etnia	Município
Kaingang	Abelardo Luz
Guarani e Guarani M'Bya	Araquari
Kaingang	Arvoredo
Guarani	Balneário Barra do Sul
Guarani, Guarani M'Bya e Guarani Nhandeva	Biguaçu
Kaingang	Chapecó
Guarani	Cunha Porã
Guarani e Xokleng	Doutor Pedrinho
Guarani	Entre Rios
Guarani	Garuva
Guarani	Ibicareé
Guarani M'Bya	Imaruí
Kaingang	Ipuaçu
Xokleng	Itaiópolis
Xokleng	José Boiteux
Kaingang	Paial
Guarani, Guarani M'Bya e Guarani Nhandeva	Palhoça
Xokleng	Porto União
Guarani e Guarani M'Bya	São Francisco do Sul
Guarani	Saudades



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Kaingang	Seara
Guarani	Treze Tílias
Guarani e Xokleng	Vítor Meirelles

Fonte: FUNAI/IBGE e MPF/SC, 2014

2.2 POLÍTICA DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Os dados presentes na publicação do Setor de Análise do Mercado de Trabalho – SST/SINE, que tem por finalidade divulgar a evolução do emprego formal em Santa Catarina, tendo por base os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que em dezembro de 2013 foram fechados 34.330 vínculos de emprego com carteira assinada no estado. Este saldo líquido de empregos representa a diferença entre 60.148 admissões contra 94.478 desligamentos.

Segundo a publicação, historicamente, o mês de dezembro apresenta um saldo negativo de vagas, reflexo de um comportamento sazonal na geração de empregos. Tal tendência se deve a uma série de fatores como entressafra agrícola, término de ano letivo, poucas admissões, feriados, etc. Ao analisar o comportamento normal do período, observa-se que o último mês de dezembro foi o pior da série histórica iniciada em 2003. Em comparação com o mesmo mês de 2012, houve uma perda de aproximadamente dez por cento.

Com o resultado de dezembro o estoque de empregos formais no estado registrou uma variação de -1,72% sobre o estoque de empregos. A retração em SC foi maior que a verificada tanto na região Sul (-1,42%) quanto no Brasil (-1,10%). Já ao longo de todo o ano de 2013, em sete dos doze meses o estado registrou uma variação relativa do emprego superior ao verificado no Brasil e na região Sul.

Ainda, de acordo com o Setor de Análise do Mercado de Trabalho – SST/SINE, no ano de 2013, houve a criação de 68.782 novos postos formais de trabalho assalariado no estado. Este montante representa um aumento de 28% em relação ao desempenho do ano anterior, em que se registrou um saldo de 53.840 novos postos. Levando-se em consideração o saldo acumulado de empregos com ajustes, que incorpora as declarações realizadas fora do prazo, o saldo de empregos celetistas em 2013 representou um crescimento de 4% no estoque de assalariados, ao gerar 76.762 novos vínculos formais de emprego. O aumento no estoque de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

empregos formais ao longo de 2013 em SC foi superior ao verificado tanto na região Sul, de 3,64%, quanto no Brasil, que foi de 2,82%.

No último mês de 2013, em nenhum dos setores de atividade econômica se registrou um saldo positivo na geração de empregos. O pior desempenho foi registrado na Indústria de transformação, que fechou 16.751 postos de trabalho em dezembro. Dentre os subsetores, apenas os Serviços de alojamento e alimentação (+931 postos), Comércio varejista (+197) e Instituições de crédito, seguros e capitalização (+72) registraram aumento no volume de empregos. Já no acumulado de 2013, com exceção dos Serviços industriais de utilidade pública, todos os outros setores apresentaram resultados positivos. Destaque para os Serviços, em que houve a abertura de mais de 33 mil empregos e representou 44% do total de empregos criados no estado catarinense. Em termos de variação relativa, o maior crescimento se deu na Administração Pública, 9,3%. O saldo de 20.129 postos de trabalho criados pela Indústria em 2013 foi 38% maior que o volume gerado no ano anterior.

Dentre os trinta e seis maiores municípios catarinenses, o ranking de maior geração de empregos formais no mês de dezembro de 2013 foi encabeçado por Balneário Camboriú (+348 vagas), seguido por Imbituba (+182) e Florianópolis (+45). Enquanto em Balneário Camboriú e na Capital o saldo positivo se deveu principalmente pelo Comércio, em Imbituba foi o setor de Serviços que mais contribuiu para a geração de empregos. Em relação a admissões e desligamentos, a maior parte dos municípios catarinenses apresentou um número maior de desligamentos do que admissões em dezembro. Ao longo de todo o ano de 2013, os municípios que registraram o maior volume de empregos formais em Santa Catarina foram Florianópolis (7.601), Joinville (6.491) e São José (5.433).

2.3 VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS

Para enfrentar a questão social em Santa Catarina, cujas expressões foram preliminarmente descritas, atualmente a gestão da Política de Assistência Social alinha-se às diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social, desenvolvendo a desafiante responsabilidade de implementar o SUAS, tal qual prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109 do CNAS/2009, que organiza o SUAS em níveis de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios. Em se tratando de benefícios assistenciais e transferência de renda, o cenário atual configura-se da seguinte forma no estado:

2.3.1 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

2.3.1.1 Programa Bolsa Família

Conforme os registros de dezembro de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamento de janeiro de 2014 do Programa Bolsa Família, disponibilizados por meio da SAGI/MDS, o estado de Santa Catarina possui 143.467 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando 8,09% da população do estado.

Tendo como base a SAGI/MDS, de junho de 2011 a setembro de 2013, 13.731 famílias em situação de extrema pobreza foram incluídas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família no estado. O valor total de repasses às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família teve um aumento de 61,10% no estado entre os anos de 2010 e 2013, comparado à média nacional de 71,9% de crescimento. Em 2013, o valor total das transferências para as 144.651 famílias beneficiárias foi de R\$ 239.764.328,00 (duzentos e trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e oito reais).

Em Santa Catarina, o Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Programa Bolsa Família – IGD-PBF, referente ao ano de 2012, foi de 0,81. O IGD-PBF é um índice que mede o desempenho dos Municípios e do Estado na gestão do Programa e do CadÚnico, considerando a qualidade dos registros cadastrais das famílias (validade e atualização dos cadastros) e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação. Com base nos resultados apurados por intermédio do IGD, os Municípios e Estado que apresentam bom desempenho recebem mensalmente recursos para investir em atividades voltadas à gestão do Programa Bolsa Família. Esse valor quanto mais próximo de 1 indica a maior efetividade e o sucesso do referido Programa no atendimento ao seu objetivo.

Segundo a Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, em 2013, foi realizado acordo de cooperação celebrado entre a União, por meio do Ministério do



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Estado de Santa Catarina, por meio da SST, para integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa Santa Renda.

Assim sendo, o Programa Santa Renda é um programa estadual de transferência de renda que tem como objetivo complementar o valor do benefício do Programa Federal Bolsa Família. O referido Programa visa atender as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza cuja renda per capita, mesmo após o recebimento do benefício federal, tenha permanecido inferior a R\$ 80,00 e que tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 15 anos.

A renda é apurada pelo somatório entre a renda declarada pela família no Cadastro Único e o valor dos benefícios do Programa Bolsa Família e Brasil Carinhoso, dividido pelo número de membros da família.

Ainda, com base em informações repassadas pela Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, em fevereiro de 2014, 16.097 famílias catarinenses foram beneficiadas pelo Programa Santa Renda, totalizando uma transferência de renda de R\$ 583.190,00 (quinhentos e oitenta e três mil e cento e noventa reais).

2.3.1.2 Benefício de Prestação Continuada – BPC

Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93, em seu Art. 20, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atende idosos(as) e pessoas com deficiência que “comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”. Em Santa Catarina, até o mês de dezembro de 2013, foram repassados os benefícios a 21.917 pessoas idosas e 40.604 pessoas com deficiência, totalizando 62.521 beneficiários.

Ao longo dos anos a cobertura vem sendo progressivamente ampliada à medida que incorpora reivindicações da sociedade. Até 1998, a idade considerada para concessão do benefício para idoso era de 70 anos, porém nesse ano a idade foi reduzida para 67 anos por meio de uma alteração no Art. 38 da LOAS. Já em 2003, incorporando os preceitos do Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º/10/2003), a idade foi novamente reduzida para 65 anos de idade. Atualmente a ampliação da cobertura também vem sendo discutida pelas propostas de:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Equiparação das regras entre o BPC destinado à pessoa com deficiência e o BPC destinado ao idoso. No caso do BPC destinado ao idoso, o Estatuto do Idoso alterou as regras de concessão do BPC indicando que o benefício de pessoa idosa não é considerado no cálculo da renda mensal familiar para a concessão de benefício a outro idoso da mesma família.
- b) Aumento do corte de renda de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* para $\frac{1}{2}$ ou 1 salário mínimo *per capita*;
- c) Inclusão de outras deficiências não consideradas até o momento para a concessão do BPC;
- d) Redução da idade de 65 anos para 60 anos, no caso da pessoa idosa e para 55 anos quando se tratar de pessoa em situação de rua.

No intuito de articular benefícios e serviços, foi criado o **Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC (Programa BPC na Escola)**, que faz parte do Plano Nacional Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612 de 17/11/2011. O Programa BPC na Escola, lançado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18 de 24/04/2007, visa identificar beneficiários do BPC até 18 anos matriculados e não matriculados nas escolas, indicando barreiras que impeçam ou dificultem seu acesso e sua permanência na escola, bem como ações e políticas que visem à superação destas barreiras e à inclusão educacional e social.

Em Santa Catarina participam do Grupo Gestor Estadual (GGE) representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), Secretaria de Estado da Educação (SED), Secretaria de Estado da Saúde (SES) e Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). No ano de 2014, a Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) será convidada para integrar o Grupo. A representação da Assistência Social no âmbito estadual vem sendo feita pela analista técnica da Coordenação Estadual de Benefícios Assistenciais.

Todos os municípios podem participar do Programa no sentido de promover mudanças positivas nos Sistemas de Ensino, tornado as escolas adaptadas para garantir a permanência e acesso das pessoas com deficiência nos espaços educacionais. Mesmo que no município não haja pessoas com deficiência é importante participar do Programa, demonstrando proatividade em relação ao Sistema de Ensino. As crianças e adolescentes até 18 anos e suas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

famílias também devem ser acompanhadas pelos profissionais dos CRAS de seus municípios por meio do Plano de Acompanhamento de Beneficiários.

Em janeiro de 2014 participavam do Programa 153 municípios, necessitando por parte do Estado reforçar a campanha de mobilização para que os demais também venham a participar do Programa BPC na Escola. Conforme dados do Sistema BPC na Escola (2012) em Santa Catarina existem 10.259 beneficiários do BPC entre 00 e 18 anos de idade, destes 1.518 não estão matriculadas em escolas, ou seja, 14,80% do público alvo do Programa no Estado. Vale destacar, que para este dado não é computado aquelas crianças e adolescentes que frequentam instituições assistenciais privadas de interesse público, como Associações de Pais e Alunos Especiais (APAEs), Pestalozzi, dentre outras congêneres.

Com a mesma intenção, o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (Programa BPC Trabalho) integra o Plano Nacional Viver sem Limite. O mesmo destina-se a articular ações intersetoriais para promover a qualificação profissional e o acesso ao trabalho às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, envolvendo as políticas de assistência social, trabalho e emprego, educação e direitos humanos.

O Programa BPC Trabalho foi instituído pela Portaria Interministerial nº 02, de 02/08/2012 e pressupõe a participação intersetorial de representantes da política de Assistência Social, Educação, Trabalho e Emprego e Direitos Humanos. No caso do Estado de Santa Catarina, estão previstos para compor o Grupo Gestor Estadual (GGE) representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), Secretaria de Estado da Educação (SED), Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC), Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONEDE/SC). Atualmente a representação da Assistência Social no âmbito estadual é feita pela analista técnica da Coordenação Estadual de Benefícios Assistenciais em parceria com analista técnica de referência do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS).

O Programa BPC Trabalho possui uma forte interação com o Programa ACESSUAS, tanto que os municípios que em 2013 fizeram adesão ao ACESSUAS, automaticamente



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

aderiram ao Programa BPC Trabalho. É importante destacar que todos os municípios podem participar do Programa BPC Trabalho promovendo ações que auxiliem no alcance de seu objetivo. O público prioritário do referido Programa são beneficiários do BPC entre 16 e 45 anos de idade.

O estado de Santa Catarina recebeu do MDS como meta para o Programa a realização de 1.275 visitas domiciliares aos beneficiários no ano de 2013 e 572 visitas para o ano de 2014, totalizando 1.905 visitas. Para o ano de 2013, também estavam previstos o cumprimento de 648 inserções de beneficiários e suas famílias em programas e serviços da rede assistencial (educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, entre outros) e 290 no ano de 2014, totalizando 953. No que se refere à inserção em cursos de qualificação, haja vista a interface com o ACESSUAS e Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para o ano de 2013 estavam previstas 56 inserções de beneficiários em cursos de qualificação e 19 para 2014, somando 76.

Vale destacar que os maiores quantitativos estão nas visitas e decrescem ao se aproximarem do momento de inserção em cursos de qualificação profissional, pois o Programa necessita de um primeiro contato com o beneficiário e sua família para conhecer a sua realidade e, assim, possibilitar que o profissional responsável realize um diagnóstico da situação em que vive. De posse destas informações essenciais, o profissional poderá encaminhar o beneficiário e sua família para participarem de serviços e programas ofertados pela rede socioassistencial ou a um curso de qualificação conforme o seu interesse. Por fim, com a segurança adquirida pelo beneficiário e sua família, haverá o encaminhamento para o mundo do trabalho. Logicamente, esta transição e encaminhamentos necessitam estar bem articulados entre as diferentes políticas públicas que os realizam, evidenciando a importância da intersecretorialidade na gestão pública.

2.3.1.3 Benefícios Eventuais

Os Benefícios Eventuais são definidos pela LOAS em seu artigo 22: “entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo”. A mesma lei estabelece, em seu artigo 13º, que compete aos Estados “destinar recursos financeiros, a título de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social”.

Os Benefícios Eventuais integram o conjunto de provisões da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, não possuem valor fixo determinado, sendo calculados de acordo com a realidade local do município. Entretanto, o pagamento deve ser suficiente para suprir com qualidade as necessidades geradas pela fragilidade em questão e deverá ser disponibilizado ao cidadão quando ocorrer necessidade.

De acordo com o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual no âmbito do SUAS - 2012/2015, a participação de Santa Catarina no custeio do pagamento de auxílio natalidade e mortalidade aos municípios foi iniciada em 2001, mediante estudo técnico, pactuação de critérios na Comissão Intergestores Bipartite e deliberação pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. A proposta previu o pagamento gradual dos Benefícios Eventuais, a partir de 2001, iniciando-se pelos municípios com pior índice de desenvolvimento social, acrescentando anualmente municípios conforme os índices, até a cobertura de 100% dos municípios. No ano de 2003, dos 157 municípios que atendiam aos critérios pactuados poucos puderam receber os recursos devido a entraves documentais para a efetivação dos convênios. Mesmo diante da manutenção da previsão orçamentária para cofinanciamento de benefícios eventuais nos anos subseqüentes, não mais se destinou recursos financeiros para essa ação de extrema relevância para as populações vulneráveis, nos últimos oito anos.

Em 2012, retomou-se o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais, sendo previsto o valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) destinado aos 293 municípios catarinenses⁴. Entretanto, o repasse efetuado foi de R\$ 776.146,24 (setecentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) a 144 municípios. Os demais municípios não receberam o recurso, pois não apresentaram a documentação necessária no prazo limite estabelecido nas Resoluções mencionadas.

No ano de 2013, foi previsto o valor de R\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais) destinado aos 293 municípios catarinenses habilitados no SUAS. Contudo, foram repassados efetivamente R\$ 1.399.051,67 (hum milhão, trezentos e noventa e nove mil,

⁴ Conforme critérios pactuados pela CIB/SC mediante a Resolução nº 02, de 15 de fevereiro de 2012 e aprovada pelo CEAS/SC por meio da Resolução nº 08, de 27 de fevereiro de 2012.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) a 204 municípios. Até fevereiro de 2014, a SST estava negociando o repasse deste recurso para 88 municípios que apresentaram problemas operacionais em suas contas bancárias. Em 2014, o valor pactuado na CIB e deliberado no CEAS para repasse aos 293 municípios catarinenses habilitados ao SUAS foi de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

2.3.1.4 Benefício Assistencial de Caráter Financeiro devido em situações de Gestação Múltipla

O Benefício Assistencial de Caráter Financeiro devido em situações de Gestação Múltipla é um benefício específico do Estado de Santa Catarina, tendo sido instituído pela Lei Estadual nº 15.390, de 21/12/2010 e alterada pela Lei Estadual nº 15.978 de 25/03/2013.

O Benefício é de R\$ 357,00 (trezentos e cinquenta e sete reais) devido mensalmente, a cada nascido com vida proveniente de gestação múltipla com três ou mais nascituros, até a idade de 06 anos, observadas as condições estabelecidas na Lei que o instituiu. Os beneficiários devem ser nascidos no estado de Santa Catarina e os responsáveis devem manter residência no estado até o término do período de fruição do benefício. Para receber o benefício, a família deverá ter como limite de renda *per capita*, até 75% do valor do salário mínimo estipulado nacionalmente.

Para solicitar o benefício, o requerente deve dar entrada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) do território de abrangência de seu município que, por sua vez, encaminhará para SST - Coordenação dos Benefícios Assistenciais da DIAS, que realizará a análise dos documentos e se deferida, encaminhará para a Secretaria de Estado da Administração (SEA) providenciar o pagamento do benefício.

Cabe ressaltar, que até fevereiro de 2014, o número de famílias beneficiárias no estado era de 80 famílias.

Após essa breve contextualização das vulnerabilidades e riscos sociais do estado, que buscou apresentar minimamente a realidade socioeconômica de Santa Catarina, tratar-se-á posteriormente sobre a divisão territorial da Assistência Social no estado, sendo a mesma resultado de um trabalho iniciado em janeiro de 2013 pela então Gerência de Monitoramento e Avaliação do SUAS que, atualmente, é parte integrante da GEPAS/DIAS, passando por



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

discussões na CIB e concluído ao final de 2013 com consenso na Comissão e apresentação no CEAS das Macrorregiões e Regiões Socioassistenciais de Santa Catarina.

2.4 TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Na Lei Orgânica de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social possui como objetivos ofertar ações visando proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice possuindo como base de organização, o território. Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pode ser lido que os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, e que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

Na sequência, a PNAS coloca o território como eixo estruturante da política:

considerando a alta densidade populacional do país e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os seus inúmeros municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (PNAS, 2004, p. 43)

As mesmas considerações utilizadas na lógica nacional podem ser aplicadas, em menor escala, no âmbito dos estados possibilitando um detalhamento maior na análise da realidade que implica em ações mais efetivas do poder público. A PNAS ao citar Menicucci (2002) afirma que:

o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território. (PNAS, 2004, P. 44)

Ou seja,

ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (PNAS, 2004, p. 44)

Na operacionalização do Sistema Único de Assistência Social além de se encontrar o território citado dentro dos objetivos e dos princípios organizativos (respeito das diversidades territoriais) e dentro das seguranças afiançadas (abordagem em territórios de incidência de situações de risco), o território adquire elevada importância na realização de diagnósticos cuja base é o conhecimento da realidade a partir das leituras territoriais, microterritoriais ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (NOB SUAS 2012).

Segundo a Norma Operacional Básica, a realização de diagnóstico socioterritorial requer:

I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;

II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;

III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social;

IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações.

Assim como a garantia da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios possui o território como base de organização, a vigilância socioassistencial, uma das funções da Política de Assistência Social, deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas que ampliem o conhecimento das equipes dos serviços, programas, projetos e benefícios sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes.

Devido à importância do território na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, nos diagnósticos, na estruturação da vigilância socioassistencial para posterior subsídio no processo de regionalização dos serviços da proteção social especial e considerando

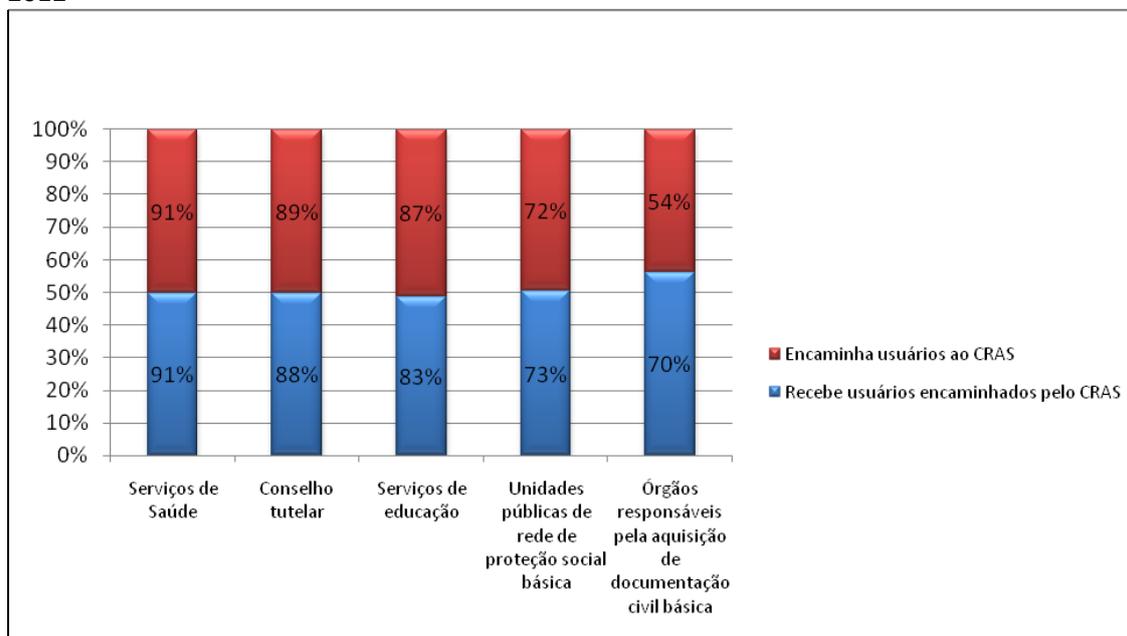


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

o fato de que segundo a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) 2012, o Estado de Santa Catarina figura entre os oito estados brasileiros (Roraima, Amazonas, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí) que não possuem desenho de regionalização, iniciou-se um processo de discussão na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) no início de 2013, a partir de proposta encaminhada pelo órgão gestor.

A proposta considerava os desenhos territoriais existentes no Estado, a articulação dos equipamentos de proteção social básica e de proteção social especial (Gráficos 1 e 2) e a ementa comentada da IX Conferência Nacional de Assistência Social sobre o eixo da regionalização (em que se lê: para a definição da localização dos serviços regionais, o desenho deverá considerar o critério de proximidade de Comarca). Assim, utilizou-se como ponto de partida o desenho territorial da Secretaria de Estado da Saúde agregando o desenho territorial do Poder Judiciário por meio das comarcas.

Gráfico 1: Articulação dos CRAS com serviços, programas e outras instituições - Santa Catarina, 2012

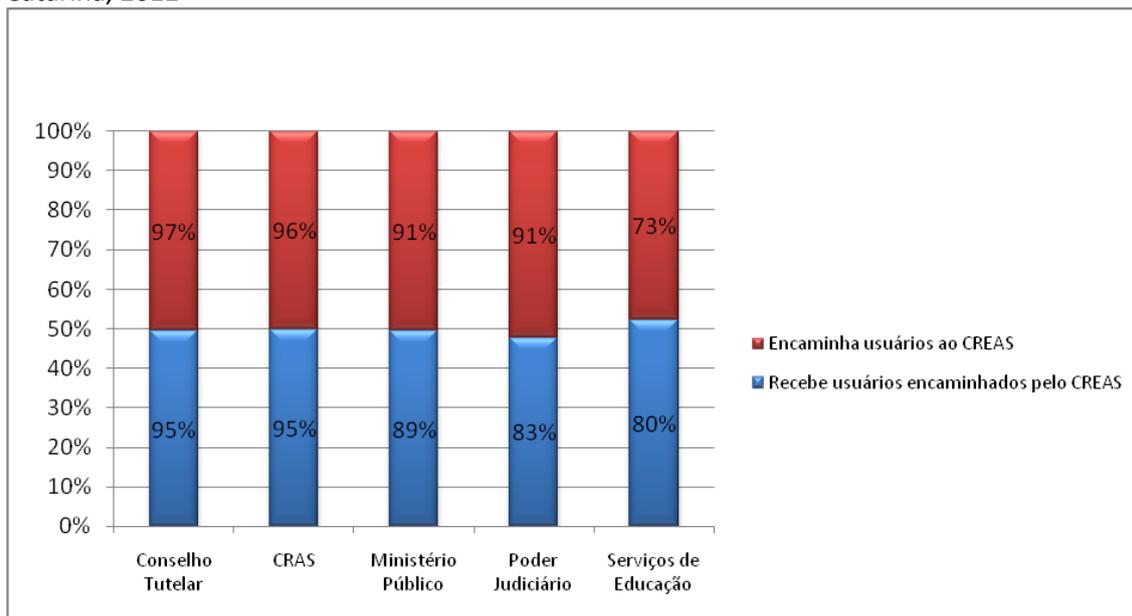


Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gráfico 2: Articulação dos CREAS com serviços, programas e outras instituições – Santa Catarina, 2012



Fonte: CensoSUAS 2012, GEMAV/DIAS/SST

No final de 2013, houve acordo na CIB e apresentação ao Conselho Estadual de Assistência Social sobre o desenho territorial para o Estado de Santa Catarina que passou a ser dividido em 08 Macrorregiões e 16 Regiões de Assistência Social, conforme a descrição com a delimitação dos polígonos abaixo:

MACRORREGIÃO 01

Macrorregião do Grande Oeste

Região do Extremo Oeste

Anchieta	Bandeirante	Barra Bonita
Belmonte	Bom Jesus do Oeste	Campo Erê
Descanso	Dionísio Cerqueira	Flor do Sertão
Guaraciaba	Guarujá do Sul	Iporã do Oeste
Iraceminha	Itapiranga	Maravilha
Mondai	Palma Sola	Paraíso



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Princesa	Riqueza	Romelândia
Saltinho	Santa Helena	Santa Terezinha do Progresso
São Bernardino	São João do Oeste	São José do Cedro
São Miguel da Boa Vista	São Miguel do Oeste	Tigrinhos
Tunápolis		
Região Oeste		
Águas de Chapecó	Águas Frias	Caibi
Caxambu do Sul	Chapecó	Cordilheira Alta
Coronel Freitas	Cunha Porã	Cunhataí
Formosa do Sul	Guatambu	Irati
Jardinópolis	Modelo	Nova Erechim
Nova Itaberaba	Palmitos	Pinhalzinho
Planalto Alegre	Quilombo	Santiago do Sul
São Carlos	Saudades	Serra Alta
Sul Brasil	União do Oeste	
Região de Xanxerê		
Abelardo Luz	Bom Jesus	Coronel Martins
Entre Rios	Faxinal dos Guedes	Galvão
Ipuaçu	Jupiaí	Lajeado Grande
Marema	Novo Horizonte	Ouro Verde
Passos Maia	Ponte Serrada	São Domingos
São Lourenço do Oeste	Vargeão	Xanxerê
Xaxim		

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 02

Macrorregião do Meio Oeste

Região do Alto Uruguai Catarinense

Alto Bela Vista	Ipumirim	Paial
Arabutã	Irani	Peritiba



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Arvoredo	Itá	Piratuba
Capinzal	Lacerdópolis	Presidente Castello Branco
Concórdia	Lindóia do Sul	Seara
Ipira	Ouro	Xavantina

Região Meio Oeste

Abdon Batista	Água Doce	Anita Garibaldi
Brunópolis	Campos Novos	Catanduvas
Celso Ramos	Ervail Velho	Herval d'Oeste
Ibicaré	Jaborá	Joaçaba
Luzerna	Treze Tílias	Vargem
Vargem Bonita	Zortéa	

Região do Alto Vale do Rio do Peixe

Arroio Trinta	Caçador	Calmon
Curitibanos	Fraiburgo	Frei Rogério
Ibiam	Iomerê	Lebon Régis
Macieira	Monte Carlo	Pinheiro Preto
Ponte Alto do Norte	Rio das Antas	Salto Veloso
Santa Cecília	São Cristóvão do Sul	Tangará
Timbó Grande	Videira	

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 03

Macrorregião do Planalto Norte

Região do Planalto Norte

Bela Vista do Toldo	Campo Alegre	Canoinhas
Irineópolis	Itaiópolis	Mafra
Major Vieira	Major Costa	Monte Castelo
Papanduva	Porto União	Rio Negrinho
São Bento do Sul	Três Barras	

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MACRORREGIÃO 04

Macrorregião da Foz do Rio Itajaí/Nordeste

Região Nordeste

Araquari	Balneário Barra do Sul	Barra Velha
Corupá	Garuva	Guaramirim
Itapoá	Jaraguá do Sul	Joinville
Massaranduba	São Francisco do Sul	São João do Itaperiú
Schroeder		

Região da Foz do Rio Itajaí

Balneário Camboriú	Balneário Piçarras	Bombinhas
Camboriú	Gaspar	Ilhota
Itajaí	Itapema	Luis Alves
Navegantes	Penha	Porto Belo

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 05

Macrorregião do Vale do Itajaí

Região do Alto Vale do Itajaí

Agrolândia	Agronômica	Atalanta
Aurora	Braço do Trombudo	Chapadão do Lageado
Dona Emma	Ibirama	Imbuia
Ituporanga	José Boiteux	Laurentino
Leoberto Leal	Lontras	Mirim Doce
Petrolândia	Pouso Redondo	Presidente Getúlio
Presidente Nereu	Rio do Campo	Rio do Oeste
Rio do Sul	Salete	Santa Terezinha
Taió	Trombudo Central	Vidal



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vitor Meireles	Witmarsum
----------------	-----------

Região do Médio Vale do Itajaí

Apiúna	Ascurra	Benedito Novo
Blumenau	Botuverá	Brusque
Doutor Pedrinho	Guabiruba	Indaial
Pomerode	Rio dos Cedros	Rodeio
Timbó		

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 06

Macrorregião da Grande Florianópolis

Região da Grande Florianópolis

Águas Mornas	Angelina	Anitápolis
Antônio Carlos	Biguaçu	Canelinha
Florianópolis	Garopaba	Governador Celso Ramos
Major Gercino	Nova Trento	Palhoça
Paulo Lopes	Rancho Queimado	Santo Amaro da Imperatriz
São Bonifácio	São João Batista	São José
São Pedro de Alcântara	Tijucas	

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 07

Macrorregião da Serra Catarinense

Região da Serra Catarinense

Alfredo Vagner	Bocaina do Sul	Bom Jardim da Serra
Bom Retiro	Campo Belo do Sul	Capão Alto
Cerro Negro	Correia Pinto	Lages



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Otacílio Costa	Painel	Palmeira
Ponte Alta	Rio Rufino	São Joaquim
São José do Cerrito	Urubici	Urupema

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

MACRORREGIÃO 08

Macrorregião do Sul

Região de Laguna

Armazém	Braço do Norte	Capivari de Baixo
Grão Pará	Gravatal	Imaruí
Imbituba	Jaguaruna	Laguna
Pedras Grandes	Pescaria Brava	Rio Fortuna
Sangão	Santa Rosa de Lima	São Ludgero
São Martinho	Treze de Maio	Tubarão

Região Carbonífera

Balneário Rincão	Cocal do Sul	Criciúma
Forquilha	Içara	Lauro Muller
Morro da Fumaça	Nova Veneza	Orleans
Siderópolis	Treviso	Urussanga

Região do Extremo Sul Catarinense

Araranguá	Balneário Arroio do Silva	Balneário Gaivota
Ermo	Jacinto Machado	Maracajá
Meleiro	Morro Grande	Passo de Torres
Praia Grande	Santa Rosa do Sul	São João do Sul
Sombrio	Timbé do Sul	Turvo

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.5 MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na definição das dimensões, dos componentes e dos indicadores para a construção de um Índice da Assistência Social seguiu-se uma estratégia pragmática e empírica visando à construção do Plano Estadual de Assistência Social e pesando a disponibilidade e a confiabilidade das informações. Assim, foram definidas 4 dimensões, 15 componentes e 76 indicadores⁵ a partir das bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de setembro de 2012, do Censo SUAS 2012 e do Demonstrativo Físico-Financeiro de 2011 (referente à prestação de contas de recursos federais).

Os indicadores funcionam como perguntas que devem ser respondidas com sim ou não. Cada sim é computado como uma situação satisfeita, atribuindo-se o valor 1. Cada não é computado como uma situação insatisfeita e o indicador recebe o valor 0. Portanto, o índice varia entre 0 e 1 sendo melhor quanto mais próximo de 1 e pior quanto mais próximo de zero. São atribuídos pesos idênticos a todos os indicadores de um mesmo componente, a todos os componentes de uma mesma dimensão e a todas as dimensões. A seguir, detalhamento de cada dimensão.

2.5.1 Dimensão CRAS

A dimensão CRAS é formada por três componentes: estrutura física, execução do serviço e recursos humanos. No componente estrutura física foi incluído o indicador “respondeu Censo CRAS 2012” com o intuito de valorizar os municípios que preencheram o questionário e diferenciar os municípios que possuem o equipamento e não preencheram daqueles que não possuem o equipamento.

⁵ Como a referência para recursos humanos varia de acordo com o porte do município, para o cálculo do total de indicadores considerou-se a quantidade existente nos portes médio e grande por se entender que os pequenos portes neles estão contidos. Isto significa que para o CRAS, por exemplo, há 10 indicadores no componente recursos humanos (8 relacionados à referência e 2 ao coordenador). Evitou-se, assim, somar além dos 10 indicadores citados, mais os 04 indicadores para pequeno porte I e mais os 06 indicadores para pequeno porte II, visto que os mesmos já estão contemplados nos indicadores para médio e grande porte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O indicador “possui CRAS” foi inserido pelo fato de que o Estado de Santa Catarina possui 22 municípios sem o equipamento. Das quatro situações (próprio, alugado, cedido e outro) previstas no questionário do Censo SUAS para a definição da situação do imóvel, descartou-se apenas a opção “outro”. Na tentativa de captar algo sobre as condições de acessibilidade, considerou-se o indicador “acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS de acordo com as normas da ABNT”.

Quadro 1: Indicadores do componente Estrutura Física para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CRAS	Estrutura Física	Respondeu Censo CRAS 2012
		Possui CRAS
		Estrutura Própria
		Estrutura Própria ou Alugada
		Estrutura Própria ou Alugada ou Cedida
		Estrutura Exclusiva
		Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS de acordo com as normas da ABNT

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

No componente execução do serviço, optou-se por considerar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), dado sua primazia no CRAS, e se definiu quatro faixas que contemplassem as 19 ações/atividades prescritas no questionário (recepção e acolhida, acompanhamento de famílias, atendimento de indivíduos, visitas domiciliares, acompanhamentos dos encaminhamentos realizados etc). Os municípios pontuaram em cada indicador de acordo com a quantidade de ações/atividades desempenhadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 2: Indicadores do componente Execução do Serviço para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CRAS	Execução do Serviço	Executa mais de 15 ações e/ou atividades no âmbito do PAIF
		Executa mais de 11 ações e/ou atividades no âmbito do PAIF
		Executa mais de 7 ações e/ou atividades no âmbito do PAIF
		Executa mais de 3 ações e/ou atividades no âmbito do PAIF

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Para o componente recursos humanos, estabeleceu-se indicadores quanto à existência da função do coordenador (“possui coordenador”) e quanto a sua atuação (“o coordenador é exclusivo”). Para o estabelecimento dos indicadores que descrevem a equipe de referência, observou-se a composição definida de acordo com os portes dos municípios. Assim, o município pontua apenas dentro da referência indicada ao porte em que se situa, desconsiderando-se os indicadores correspondentes aos outros portes. É importante observar na situação em que o município respondeu possuir coordenador, este não foi considerado para a equipe de referência mesmo quando acumulava as funções de coordenador e técnico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 3: Indicadores do componente Recursos Humanos para a dimensão CRAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CRAS	Recursos Humanos	Possui coordenador(a)
		O coordenador(a) é exclusivo
		<u>Referência para PPI</u>
		1 Assistente Social
		1 Psicólogo
		2 Técnicos de nível médio
		1 ou 2 Técnicos de nível médio
		<u>Referência para PPII</u>
		2 Assistentes Sociais
		1 ou 2 Assistentes Sociais
		1 Psicólogo
		1, 2 ou 3 Técnicos de nível médio
		2 ou 3 Técnicos de nível superior
		3 técnicos de nível médio
		<u>Referência para Portes Médio e Grande</u>
		2 Assistentes Sociais
		1 ou 2 Assistentes Sociais
		1 Psicólogo
1 Profissional do SUAS		
1, 2, 3 ou 4 Técnicos de nível médio		
2, 3 ou 4 Técnicos de nível médio		
3 ou 4 Técnicos de nível médio		
4 Técnicos de nível médio		

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

2.5.2 Dimensão CREAS

Na mesma lógica utilizada para o CRAS, a dimensão CREAS é formada pelos mesmos três componentes: estrutura física, execução do serviço e recursos humanos. No componente estrutura física foi incluído o indicador “respondeu Censo CREAS 2012” com o intuito de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

valorizar os municípios que preencheram o questionário e diferenciar os municípios que possuem o equipamento e não preencheram daqueles que não possuem o equipamento.

O indicador “possui CREAS” não foi considerado para os municípios de pequeno porte I, considerando-se necessária a existência do equipamento nos municípios de pequeno porte II, médio e grande. Assim como no CRAS, das quatro situações (próprio, alugado, cedido e outro) previstas no questionário do Censo SUAS para a definição da situação do imóvel, descartou-se apenas a opção “outro”. Para as condições de acessibilidade, considerou-se o indicador “acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CREAS de acordo com as normas da ABNT”.

Quadro 4: Indicadores do componente Estrutura Física para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CREAS	Estrutura Física	Respondeu Censo CREAS 2012
		Possui CREAS
		Estrutura Própria
		Estrutura Própria ou Alugada
		Estrutura Própria ou Alugada ou Cedida
		Estrutura Exclusiva
		Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CREAS de acordo com as normas da ABNT

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

No componente execução do serviço, optou-se por considerar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), dado sua primazia no CREAS, e se definiu também quatro faixas que contemplassem as 25 ações/atividades prescritas no questionário (entrevistas de acolhida para avaliação inicial dos casos, atendimento psicossocial em grupo, visitas domiciliares, elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento, dentre outros). Na mesma lógica, os



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

municípios pontuaram em cada indicador de acordo com a quantidade de ações/atividades desempenhadas.

Quadro 5: Indicadores do componente Execução do Serviço para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CREAS	Execução do Serviço	Executa mais de 20 ações e/ou atividades no âmbito do PAEFI
		Executa mais de 15 ações e/ou atividades no âmbito do PAEFI
		Executa mais de 10 ações e/ou atividades no âmbito PAEFI
		Executa mais de 5 ações e/ou atividades no âmbito do PAEFI

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Para o componente recursos humanos, assim como no CRAS, estabeleceu-se indicadores quanto à existência da função do coordenador (“possui coordenador”) e quanto a sua atuação (“o coordenador é exclusivo”). Para o estabelecimento dos indicadores que descrevem a equipe de referência, observou-se a composição definida de acordo com os portes dos municípios. Assim, o município pontua apenas dentro da referência indicada ao porte em que se situa, desconsiderando-se os indicadores correspondentes aos outros portes. É importante observar que na situação em que o município respondeu possuir coordenador, este não foi considerado para a equipe de referência mesmo quando acumulava as funções de coordenador e técnico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 6: Indicadores do componente Recursos Humanos para a dimensão CREAS, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CREAS	Recursos Humanos	Possui coordenador(a)
		O coordenador(a) é exclusivo
		<i>Referência para PPI, PPII e Médio</i>
		1 Assistente Social
		1 Psicólogo
		1 Advogado
		1 Auxiliar Administrativo
		<i>Referência para Grande Porte</i>
		1 ou 2 Assistentes Sociais
		2 Assistentes Sociais
		1 ou 2 Psicólogos
		2 Psicólogos
		1 Advogado
		1 Auxiliar Administrativo
1 ou 2 Auxiliares Administrativo		

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

2.5.3 Dimensão Gestão Municipal

Na dimensão Gestão Municipal há quatro componentes: gestão financeira, conselho, orientação e apoio técnico e inclusão produtiva. Alocou-se o conselho dentro da dimensão gestão municipal, pois as ações do controle social impactam diretamente na gestão e vice-versa. O componente orientação e apoio técnico, composto por apenas um indicador, objetiva incluir a responsabilidade da gestão estadual no cálculo do índice. Por sua vez, o componente inclusão produtiva buscou mensurar a interface com a Política do Trabalho, devido às ações integradas entre esta e a Política de Assistência Social.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 7: Indicador do componente Orientação e apoio técnico para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
Gestão Municipal	Orientação e apoio técnico	Nos últimos 12 meses recebeu pelo menos uma visita dos técnicos da Secretaria de Estado

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Quadro 8: Indicadores do componente Inclusão Produtiva para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
Gestão Municipal	Inclusão produtiva	Desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação
		Desenvolve ações de qualificação profissional e/ou intermediação de mão-de-obra

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Para o componente Gestão Financeira, trabalhou-se com as informações contidas no Demonstrativo Físico-Financeiro de 2011 estabelecendo-se faixas para medir a execução financeira dos recursos federais. Para as informações contidas na base de dados do Demonstrativo é importante ressaltar que alguns municípios que permaneceram com o status em preenchimento registraram valores na execução. Quando isso ocorreu, as informações foram utilizadas, contudo o valor atribuído ao indicador “respondeu o Demonstrativo 2011” foi zero.

Além do Demonstrativo 2011, neste componente foram utilizadas informações do Censo SUAS referentes à gestão. No indicador “o fundo municipal possui CNPJ próprio”, as respostas possíveis são: sim (como matriz e como filial) e não possui. Não se estabeleceu diferença entre o CNPJ como matriz e o CNPJ como filial, isto é, ambas possuem o mesmo peso. Para o indicador “o fundo municipal é uma unidade orçamentária” somente é possível uma resposta positiva ou negativa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 9: Indicadores do componente Gestão Financeira para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
GESTÃO MUNICIPAL	Gestão financeira	Respondeu Demonstrativo 2011
		Execução acima de 85% dos recursos alocados
		Execução acima de 65% dos recursos alocados
		Execução acima de 50% dos recursos alocados
		Execução acima de 30% dos recursos alocados
		Recebe recursos estaduais para cofinanciamento
		Respondeu Censo Gestão 2012
		O Fundo Municipal possui CNPJ próprio
		O Fundo Municipal é uma unidade orçamentária

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

No componente conselho, atribuiu-se peso ao preenchimento do Censo SUAS, à secretaria executiva e à capacidade deliberativa com um indicador sobre os planos de assistência. Este último indicador foi considerado para os municípios que responderam no questionário da gestão que possuíam plano municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 10: Indicadores do componente Conselho para a dimensão Gestão Municipal, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
Gestão Municipal	Conselho	Respondeu Censo Conselho 2012
		Possui secretária executiva
		Secretária (o) executiva é exclusiva do CMAS
		CMAS deliberou sobre Plano de Assistência Social

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

2.5.4 Dimensão CadÚnico

No intuito de agregar informações sobre a estrutura da assistência social com dados sobre a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda do Estado e visando medir o grau de vulnerabilidade em diferentes aspectos incluiu-se uma dimensão específica para o CadÚnico⁶. Esta é composta por cinco componentes: domicílio, saneamento básico, trabalho e remuneração, escolaridade e vulnerabilidade familiar.

A partir do bloco de perguntas sobre as características do domicílio, localizado no “Formulário principal de cadastramento” foram criados quatro indicadores. Assim, considerou-se o valor 1 (um) para a espécie de domicílio particular permanente (residência habitual da família e construído para servir como moradia) e 0 (zero) para o particular improvisado (caracteriza-se, geralmente, por não ter sido construído para servir de local de moradia, mas é ocupado por moradores) e o coletivo (abrigos, campings, hotéis, pensões etc).

Para o indicador sobre material predominante na construção das paredes externas do domicílio as situações de alvenaria, com ou sem revestimento, foram consideradas positivas enquanto as situações que envolviam construção a partir de madeira aparelhada, taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material foram consideradas com o valor 0 (zero).

⁶ Devido a inconsistências na base de dados, não foi possível localizar informações para todos os indicadores em todos os municípios. Neste caso, os campos não foram considerados para fins de cálculo. Para o componente domicílio há 30 casos, no componente saneamento básico há 2 casos e no componente escolaridade há 62 casos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No indicador acerca da iluminação elétrica, as respostas “elétrica com medidor próprio”, “elétrica com medidor comunitário” e “elétrica sem medidor” foram igualmente consideradas como positivas. Por último, ao indicador sobre calçamento/pavimentação em frente ao domicílio foi atribuído valor 0 (zero) somente no caso de inexistência.

Quadro 11: Indicadores do componente Domicílio para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014

DIMENSÃO	COMPONENTE	INDICADORES
CADÚNICO	Domicílio	Domicílio particular permanente
		Material predominante na construção da parede externa do domicílio de alvenaria com ou sem revestimento
		Possui iluminação elétrica
		Calçamento/pavimentação total ou parcial do logradouro em frente ao domicílio

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

No que diz respeito aos indicadores do componente saneamento básico, as respostas positivas foram associadas à existência de água canalizada, ao abastecimento de água por rede geral de distribuição, à coleta de lixo, à existência banheiro ou sanitário e sua forma de escoamento por meio de rede coletora de esgoto ou pluvial.

As respostas valoradas com 0 (zero) foram: ausência de água canalizada; a forma de abastecimento por meio de poço, nascente, cisterna ou outra forma; as situações em que o lixo era queimado ou enterrado na propriedade, jogado no terreno baldio ou logradouro, jogado no rio, lago ou mar ou outro destino; a inexistência de banheiro ou sanitário e as formas de escoamento do banheiro ou sanitário por meio de fossa séptica ou rudimentar, vala a céu aberto, direto para um rio, lago ou mar e outras formas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 12: Indicadores do componente Saneamento básico para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
CADÚNICO	Saneamento básico	Possui água canalizada
		Forma de abastecimento de água por rede geral de distribuição
		Possui coleta de lixo direta ou indiretamente
		Possui banheiro ou sanitário
		Forma de escoamento do banheiro ou sanitário realizada por meio de rede coletora de esgoto ou pluvial

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

O componente Trabalho é composto pelo indicador sobre trabalho infantil valorando-se positivamente a inexistência da condição.

Quadro 13: Indicadores do componente Trabalho para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
CADÚNICO	Trabalho	Ausência de trabalho infantil

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Do bloco escolaridade do formulário principal do CadÚnico, a partir da questão “sabe ler e escrever” extraiu-se um indicador para medir o analfabetismo nas famílias para pessoas acima de 10 anos. Buscou-se também indicadores para a escolaridade do responsável familiar e a quantidade de famílias com crianças e adolescentes frequentando a escola. Salientando que, para estes dois últimos indicadores o cálculo a partir do número total de famílias com crianças e adolescentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 14: Indicadores do componente Escolaridade para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
CADÚNICO	Escolaridade	Ausência de analfabeto com idade superior a 10 anos
		Responsável familiar com ensino superior completo
		Responsável familiar com ensino médio completo
		Responsável familiar com ensino fundamental completo
		Famílias com crianças frequentando escola
		Famílias com adolescentes frequentando escola

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Com vistas na vulnerabilidade familiar, os indicadores buscaram refletir a quantidade de famílias compostas por pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Observe-se que alguns indicadores na dimensão CadÚnico consideraram as ausências, e não as presenças, de situações. Isto significa que no caso do indicador “ausência de idoso na família”, por exemplo, quanto maior o índice, menor a quantidade de famílias com idosos.

Quadro 15: Indicadores do componente Vulnerabilidade Familiar para a dimensão CadÚnico, Santa Catarina, 2014

<u>DIMENSÃO</u>	<u>COMPONENTE</u>	<u>INDICADORES</u>
CADÚNICO	Vulnerabilidade familiar	Ausência de idoso na família
		Ausência de pessoa com deficiência
		Ausência de criança
		Ausência de adolescente

Fonte: GEMAV/DIAS/SST, 2014

Note-se que, segundo a forma como os indicadores foram construídos, isto é, com a mesma característica aparecendo mais de uma vez, como é o caso de estrutura própria (em um indicador) estrutura própria ou alugada (em um segundo indicador), estrutura própria ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

alugada ou cedida (em um terceiro indicador), a presença de estrutura própria é levada em consideração três vezes. Essa forma de construção, denominada indicadores em cascata, permite que a característica considerada tenha um peso três vezes maior.

Ao agregar os indicadores, juntou-se primeiramente as informações sobre os componentes, gerando um índice para cada um. Em segundo lugar, juntou-se os índices dos componentes, gerando um índice para as dimensões. Posteriormente, agregou-se os índices das dimensões resultando no Índice da Assistência Social do município. O mesmo raciocínio foi aplicado na agregação dos municípios em macrorregiões e regiões (partiu-se dos componentes para chegar ao Índice da Assistência Social). Os cálculos foram feitos por meio de média aritmética.

No que se refere à desagregabilidade (unidade mínima de análise para a qual se pode obter o índice), é possível efetuar o cálculo para cada componente dentro da macrorregião, da região, do município e da dimensão.

Dessa forma, por meio da aplicação do método ora apresentado obtiveram-se os índices para cada dimensão nas Regiões e Macrorregiões Socioassistenciais, que resultaram em um índice geral para cada Região e Macrorregião Socioassistencial culminando no Índice final da Assistência Social no estado de Santa Catarina. Tais índices encontram-se agrupados no APÊNDICE 01.

Com base nos índices obtidos e em outros dados relevantes para a Política de Assistência Social foram elaboradas Fichas Técnicas das Regiões e Macrorregiões de Assistência Social, contextualizando o atual cenário referente à implantação do SUAS no estado de Santa Catarina. As Fichas Técnicas encontram-se do APÊNDICE 02 ao APÊNDICE 17.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O PEAS 2014-2015 tem como objetivo geral consolidar o Sistema Único de Assistência Social no Estado de Santa Catarina, no aprimoramento e fortalecimento da política estadual de assistência social, por meio de ações a serem executadas no período de 2014 e 2015.

Para tanto os objetivos específicos foram delineados de acordo com a competência de cada gerência e objetivos comuns direcionados pela Diretoria Estadual, na perspectiva de planejar ações prioritárias que venham consolidar a gestão do SUAS no Estado, tais como:

- I - Fortalecer a Política de Assistência Social e a gestão do SUAS em SC;
- II - Consolidar o SUAS por meio da criação e revisão dos marcos regulatórios da Política de Assistência Social no Estado;
- III - Garantir maior proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- IV - Promover articulação intersetorial e apoio técnico às ações e programas, em âmbito estadual;
- V - Excluir da extrema pobreza 132.292 pessoas;
- VI - Qualificar a oferta dos serviços em âmbito municipal e fortalecer a rede de serviços de Assistência Social no estado;
- VII - Aumentar o número de monitoramentos realizados no interior do estado;
- VIII - Consolidar a relação entre Estado e Municípios;
- IX - Promover a qualificação do atendimento das entidades privadas sem fins lucrativos que atendem crianças e adolescentes em SC;
- X - Aprimorar a Gestão do SUAS no âmbito municipal, principalmente, nos municípios ainda não habilitados ao SUAS, nos municípios em gestão inicial e na Macrorregião do Vale do Itajaí;
- XI - Ampliar o quadro necessário de recursos humanos para executar todas as ações da Política de AS no estado;
- XII - Qualificar a oferta dos serviços e benefícios do SUAS nos municípios;
- XIII – Realizar diagnóstico para identificação da oferta necessária para atender as situações de violações de direitos no estado;
- XIV - Apoiar técnica e financeiramente os municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais;
- XV - Minimizar a utilização inadequada do recurso e ampliação das possibilidades de aplicação do mesmo;
- XVI - Implantar o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas;
- XVII - Ampliar a execução financeira dos municípios;
- XVIII - Garantir a cobertura dos serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes nos municípios abaixo de 50 mil habitantes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- XIX - Promover a efetiva participação das instancias de deliberação e controle social na implantação da Política de Assistência Social no estado;
- XX - Direcionar as ações para regionalização dos serviços de proteção social especial;
- XXI - Acompanhar e prestar apoio no reordenamento dos serviços de alta complexidade;
- XXII – Minimizar a incidência do trabalho infantil em SC;
- XXIII - Minimizar a situação de violação de direitos da população LGBT;
- XXIV - Implantar o processo de reordenamento do serviço de acolhimento executado atualmente no Centro Educacional São Gabriel para a modalidade de Residências Inclusivas;
- XXV - Implantar e unificar sistemas de informação, monitoramento e vigilância, em consonância com os sistemas nacionais;
- XXVI - Cofinanciar a expansão de Unidades de Atendimento, destinadas a Grupos de Proteção Social Básica e Especial, como CRAS e CREAS;
- XXVII - Implantar Centros-dia para pessoas idosas em situação de violação de direitos, por meio de cofinanciamento de equipamentos;
- XXVIII - Promover a educação permanentes dos trabalhadores do SUAS pelo Estado e ou em parceria com o MDS, bem como aos Conselheiros da Assistência Social;
- XXIX - Realizar diagnóstico socioterritoriais que possibilitem identificar as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como a diversidade social e cultural;
- XXX - Assegurar o cofinanciamento para a proteção social básica, especial e benefícios eventuais;
- XXXI - Assegurar a transferência de renda por meio do Programa Santa Renda;
- XXXII - Apoiar técnica e financeiramente os municípios em Gestão Inicial;
- XXXIII - Garantir apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento dos Conselhos Estaduais, visando o fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS;
- XXXIV - Fortalecer a articulação entre CIB, CEAS e SST/SC;
- XXXV - Construção do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do SUAS;
- XXXVI - Implementar a territorialização da assistência social em Macrorregiões e Regiões;
- XXXVII - Delimitar as regiões/microrregiões de assistência social do estado para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS, devidamente pactuados na CIB;
- XXXVIII - Estabelecer o Piso Catarinense da Assistência Social;
- XXXIX - Elaborar e encaminhar a minuta de Lei do Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina em conjunto com outros órgãos afins;
- XL - Agilizar e dar transparência às ações da DIAS.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4 DIRETRIZES

As diretrizes da Política de Assistência Social no Estado de Santa Catarina baseiam-se no que já preconiza a Política Nacional de Assistência Social, bem como, em suas legislações e normativas:

- I - Consolidação da Assistência Social como política pública de Estado;
- II - Descentralização político-administrativa e comando único das ações nos entes federativos estadual e municipal;
- III - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- IV - Primazia da responsabilidade do Estado, no âmbito de sua competência, na condução da política de assistência social;
- V – Matricialidade sociofamiliar para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios;
- VI- Financiamento partilhado entre União, Estado e Municípios;
- VII- Territorialização;
- VIII- Fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5 PRIORIDADES, METAS, AÇÕES E ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

5.1 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Promover o acesso a serviços socioassistenciais e setoriais da Política de Assistência	Construção de 61 CRAS	1.Projeto Acelera SC-PACTO Social	X	
	Construção de 27 CREAS	1.Projeto Acelera SC-PACTO Social	X	
	Construção de 12 Centros dia para idosos	1.Projeto Acelera SC-PACTO Social	X	
II – Apoiar os municípios na realização da busca ativa para inclusão nos programas sociais	Aquisição de 210 veículos para os municípios de SC	1.Projeto Acelera SC-PACTO Social	X	
III – Minimizar a incidência da extrema pobreza em SC	Realizar transferência de renda para 33.073 famílias	1.Programa Santa Renda	X	
IV - Promover a aproximação do estado com os municípios	Realização de encontros, oficinas e reuniões descentralizadas e/ou regionais, entre os gestores e técnicos municipais	1.Realizar oficinas de alinhamento técnico	X	X
	Orientar e assessorar os municípios quanto à aplicação correta de recursos	1.Distribuir cartilhas	X	
V – Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média e Alta	Cofinanciar todos os municípios que possuem pelo menos 1 CRAS	1.Cofinanciamento para os 293 municípios habilitados ao SUAS	X	
	Cofinanciar todos os municípios que	1.Cofinanciamento para 86 municípios	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
Complexidade e dos Benefícios Eventuais	possuem pelo menos 1 CREAS			
	Cofinanciar todos os municípios que possuem termo de aceite de alta complexidade	1.Cofinanciamento para 126 municípios	X	
	Cofinanciar todos os municípios com gestão de benefícios eventuais	1.Cofinanciamento para os 293 municípios habilitados ao SUAS	X	
VI - Elaboração do Plano Estadual de Combate às Drogas		1.Elaboração e realização de ações estratégicas do Colegiado Gestor Intersetorial para Políticas Públicas sobre drogas	X	
VII - Promover a aproximação e a articulação de ações entre a Política de Assistência Social e a Política de Trabalho e Emprego	Realizar ações conjuntas entre a Diretoria de Assistência Social e a Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda capacitando as equipes do Serviço Psicossocial dos SINE's e os Gerentes de Assistência Social das SDR's	1.Realização de Oficinas de Alinhamento Técnico	X	
VIII - Propor por meio de legislação estadual, o reordenamento institucional da Diretoria de Assistência Social - DIAS	Elaborar o projeto de legislação para reordenamento formal da DIAS.	1.Encaminhar o referido projeto para tramitação nas instâncias necessárias para aprovação e formalização do mesmo.		X
IX - Propor a abertura de novo edital de concurso público para a SST	Realizar o chamamento de mais profissionais para DIAS, incluindo o Centro Educacional São Gabriel	1.Elaborar e encaminhar solicitação para realização de novo Concurso Público, com vagas definidas a partir do estudo de necessidades da DIAS.		X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte: DIAS/SST, 2014

5.1.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Incremento de equipamentos CRAS na rede socioassistencial de SC;
- Incremento de equipamentos CREAS na rede socioassistencial de SC e;
- Implantação do equipamento Centro dia, pioneiro em SC.

- Prioridade II

- Deslocamento e apoio às equipes socioassistenciais na realização de visitas e inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social nos programas sociais.

- Prioridade III

- Excluir da extrema pobreza 132.292 pessoas.

- Prioridade IV

- Qualificação da oferta dos serviços em âmbito municipal e fortalecimento da rede de serviços de Assistência Social no estado e;
- Ampliação da execução financeira dos municípios e qualificação da prestação de contas dos Municípios ao Estado.

- Prioridade V

- Consolidação da Gestão do SUAS no Estado.

- Prioridade VI

- Implantação do Plano Estadual de Combate às Drogas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Prioridade VII**

- Maior articulação das políticas públicas, bem como, aumento no número de monitoramentos realizados no interior do estado.

- **Prioridade VIII**

- Consolidação da Gestão do SUAS em SC.

- **Prioridade IX**

- Ampliação do quadro necessário para executar todas as ações da Política de AS no estado visando a consolidação do SUAS.

5.2 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Reordenamento institucional e programático do órgão gestor estadual da Assistência Social, para adequação ao SUAS.	Instituição, na estrutura do órgão gestor de Assistência Social, de áreas constituídas como subdivisões administrativas da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial.	1.Elaborar proposta de reordenamento institucional, formalizando Gerências e Coordenações já existentes e criando as que ainda não existem conforme meta (Gestão do FEAS, Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial); 2. Realizar reunião com Diretoria e áreas afins para discussão e encaminhamento da proposta de reordenamento; 3.Realizar revisão do Regimento Interno da DIAS.	X	X
	Criar e atualizar os marcos regulatórios da Política de Assistência	1. Formar Grupo de Trabalho da DIAS para elaboração da minuta da Lei Estadual do SUAS e minuta com	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	Social que cria o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Santa Catarina, bem como, criar o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – Estadual – SUAS	versão modelo para elaboração da Lei Municipal do SUAS a ser disponibilizada aos municípios; 2.Apresentar as minutas para DIAS; 3. Apresentar minuta ao Grupo de Trabalho Oficial com a participação das instâncias CEAS, CIB, FEPAS, FETSUAS, Frente Parlamentar da AS para discussão e finalização; 4. Elaborar minuta de atualização da Lei do FEAS já existente; 5. Consultar área jurídica sobre a possibilidade de previsão dos Pisos de Financiamento Estaduais, Índice de Gestão e pagamento de profissionais do SUAS na Lei do FEAS para posterior regulamentação.		
	Garantir quadro de pessoal efetivo correspondente às funções de gestão no órgão e em suas unidades administrativas descentralizadas, se houver, assim como as equipes de referência das unidades públicas;	1.Elaborar estudo das necessidades de recursos humanos da Diretoria de Assistência Social, sob coordenação da Gestão do Trabalho/GEPAS; 2.Realizar reuniões com as Gerências/Coordenações da DIAS para identificação das necessidades conforme ações desenvolvidas pelas mesmas; 3.Com base no estudo elaborado, encaminhar a necessidade de realização de novo Concurso Público, para providências da Diretoria.	X	X
	Criação e execução do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores/trabalhadoras da	1.Estruturar a Gestão do Trabalho do SUAS no Estado e a partir disso iniciar discussão sobre o PCCS do Estado e posteriormente assessorar os municípios		X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	Política de Assistência Social construído coletivamente, assegurando estabilidade funcional, possibilidade de ascensão na carreira, piso salarial com isonomia, e com definição de requisitos, competências e perfis profissionais.	sobre tal assunto.		
II - Organização do território estadual em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência.	Realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS, ou por meio da realização de pesquisa nacional ou de leitura das pesquisas já realizadas, com cofinanciamento da União e dos Estados.	1.Elaborar diagnóstico estadual da Assistência Social para subsidiar Plano Estadual de Assistência Social 2016-2019.		X
III - Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social.	Elaborar plano anual de apoio técnico aos Municípios não habilitados no SUAS, em gestão inicial e à Macrorregião com menores índices na dimensão que se refere à gestão, para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS,	1.Elaborar Roteiro de Monitoramento da Gestão; 2.Definir Cronograma de Monitoramento da Gestão, com base no diagnóstico do PEAS; 3. Elaborar os fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do SUAS no Estado (Plano de Providências);	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>4. Elaborar Plano de Apoio do Estado aos municípios em Plano de Providências no que se refere à Gestão do SUAS;</p> <p>5. Participar dos encontros trimestrais com as equipes do MDS para apoio e assessoramento técnico e individualizado.</p> <p>6. Elaborar e encaminhar à GECOP para publicação/publicização a Cartilha sobre utilização dos recursos estaduais;</p> <p>7. Encaminhar à GECOP o Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015 para publicação/publicização;</p> <p>8. Encaminhar à GECOP para publicação a “Análise Dados Censo CRAS 2011” elaborado pela outrora GEMAV e GEPSB e demais materiais técnicos elaborados pelas Gerências/Coordenações da DIAS.</p>		
IV - Educação Permanente: PECSUAS, CapacitaSUAS e Núcleos de Educação Permanente do SUAS	Executar o PECSUAS, conforme pactuação na CIB/SC e deliberação no CEAS/SC para 2014 e 2015	<p>1. Realizar reuniões para definição dos Encontros/Oficinas de Alinhamento Técnico Regionalizados;</p> <p>2. Preparar metodologia de trabalho dos Encontros/Oficinas de Alinhamento Técnico Regionalizados no que se refere à Gestão do SUAS;</p> <p>3. Elaborar Termo de Referência (TR);</p> <p>3. Executar a capacitação propriamente dita.</p>	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	Executar a segunda etapa do Programa CapacitaSUAS no Estado	<ol style="list-style-type: none">1.Elaborar critérios para definição do público alvo do CapacitaSUAS para posterior pactuação na CIB e deliberação no CEAS;2. Elaborar Termo de Referência para execução dos cursos de capacitação ofertados em referido Programa;3.Encaminhar para realização do processo licitatório;4. Realizar reuniões com IES licitadas;5.Elaborar material preparatório para execução (turmas, inscrições, entre outros);6.Acompanhar a execução dos cursos do CapacitaSUAS;7. Repassar informações sobre os cursos à GEMAV para alimentação do sistema do MDS.		X
	Promover capacitações aos técnicos da DIAS, conforme necessidades	<ol style="list-style-type: none">1.Solicitar à Gerência de Gestão de Pessoas da SST capacitações específicas para receber e interagir com as pessoas com deficiência a serem disponibilizadas à toda equipe da DIAS;2.Identificar demais necessidades das Gerências/Coordenações da DIAS, por meio da Gestão do Trabalho, no que diz respeito à educação permanente;3.Solicitar à Gerência de Gestão de Pessoas as	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		capacitações identificadas; 4. Participar das capacitações.		
	Implantar o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS, bem como apoiar e assessorar os municípios para constituição dos Núcleos Municipais	1. Promover encontros com os atores que serão integrantes do Núcleo Estadual – CEAS, FETSUAS, DIAS/SST, COEGEMAS e usuários da AS; 2. Implantar o Núcleo Estadual por meio de Portaria; 3. Assessorar os municípios para constituição dos Núcleos Municipais de Educação Permanente do SUAS.	X	X
V- Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado	Implantar e unificar sistemas de informação, monitoramento e vigilância, em consonância com os sistemas nacionais	1. Realizar reuniões com as Gerências/Coordenações da DIAS e área meio para estruturação do sistema e sua viabilidade; 2. Elaborar Projeto do 1º Módulo do Sistema de Informação em conjunto com a GEMAV; 3. Socializar com toda DIAS e definir encaminhamentos.	X	X
VI - Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial	Instituir sistemática de repasse fundo a fundo no Estado até 2015	1. Realizar reunião com GEPLA visando sensibilização dos gestores para instituir referida sistemática; 2. Solicitar assessoria do MDS para regularização do fundo a fundo no Estado.	X	X
	Criar Piso Estadual para Cofinanciamento dos Serviços Socioassistenciais	1. Elaborar diagnóstico orçamentário estadual do custo operativo da Política de Assistência Social com objetivo de instituir percentual mínimo para	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		cofinanciamento do estado.		
VII - Apoio ao exercício da participação e do controle social	Incorporar as deliberações das Conferências de Assistência Social, em conformidade com o SUAS, no Plano Estadual de Assistência Social.	1. Organizar as deliberações da X Conferência por Gerências/Coordenações da DIAS visando à incorporação das mesmas no PEAS 2016-2019		X

Fonte: GEPAS/DIAS/SST, 2014

5.2.1 Monitoramento e Avaliação do SUAS

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Organização do território estadual e do Distrito Federal em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou polo e municípios de abrangência	Realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS, ou por meio da realização de pesquisa nacional ou de leitura das pesquisas já realizadas, com cofinanciamento da União e dos Estados	1. Reuniões de discussão com as demais gerências; 2. Sistematização das informações; 3. Elaboração da Minuta de Projeto de Pesquisa população vulnerabilizada; 4. Encaminhamento para Comissão Permanente de Licitação (CPL).		X
	Delimitação das regiões/microrregiões de assistência social dos estados para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS,	1. Análise da pesquisa de população vulnerabilizada. 2. Coleta de dados sobre violação de direitos. 3. Sistematização dos dados sobre violação de		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	devidamente pactuados na CIB.	direitos. 4. Análise de dados sobre violação de direitos. 5. Reuniões para discussão na diretoria. 6. Elaboração de proposta de delimitação de regiões/microrregiões.		
II - Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado	Implantação de Sistema Estadual de Informação no Módulo Gestão (Cofinanciamento de serviços, Prestação de Contas, Relatório de Atividades).	1. Elaboração de cronograma de reuniões com as gerências interessadas. 2. Realização das reuniões. 3. Reunião com GEAFIC para apresentação do SIGEF e coleta de sugestões. 4. Reunião com técnicos da Secretaria da Fazenda para capacitar no uso do SIGEF. 5. Apresentação dos projetos técnicos da GEPSB e GEPES. 6. Minuta de Projeto de sistema de informação. 7. Elaboração de minuta de projeto a partir das reuniões, documentos apresentados e sugestões. 8. Encaminhamento da minuta à GETIN para inserção de informações técnicas referentes à área de tecnologia de informação. 9. Encaminhamento do projeto à CPL. 10. Regulamentação Normativa, em parceria com a área meio, do sistema de informação.	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
II - Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado	Concepção de Projeto de Sistema Estadual de Informação no Módulo Monitoramento	1. Elaboração de cronograma de reuniões com as gerências interessadas; 2. Realização de reuniões para discussão. 3. Sistematização das idéias; 4. Elaboração da minuta de Projeto de sistema de informação. Encaminhamento da minuta à Gerência de Tecnologia e Informação (GETIN) para inserção de informações técnicas referentes à área; 5. Encaminhamento do projeto à Comissão de Permanente de Licitação (CPL); 6. Regulamentação Normativa, em parceria com a área meio, do sistema de informação.		X
	Concepção de Sistema de Gestão de Indicadores	1. Pesquisa de parâmetros nacionais; 2. Elaboração de minuta de projeto.	X	
III - Educação Permanente: PECSUAS	Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Assistência Social	1. Elaboração do TR; 2. Elaboração do material didático; 3. Definição das questões logísticas.		X
	REDE SUAS	1. Parceria UDESC e MDS para realização de videoaulas; 2. Contato com UDESC (infraestrutura) e MDS (palestrantes); 3. Produção de material didático; 4. Contato GETIN (disponibilização do material no site).		X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	Ferramentas da SAGI	1.Parceria UDESC e MDS para realização de videoaulas; 2.Contato com UDESC (infraestrutura) e MDS (palestrantes); 3.Produção de material didático; 4.Contato GETIN (disponibilização do material no site).		X
III - Educação Permanente: PECSUAS	Sistema Estadual de Informação (Módulo Gestão)	1. Parceria com UDESC para realização de videoaula tendo como público alvo os municípios e técnicos da SST.		X
	Seminário de Formação do Programa BPC Escola: Identificação de Barreiras e Monitoramento do Acesso e Permanência de Alunos com Deficiência na Educação Básica.	1.Parceria com MEC, MDS, MS, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e Fundação Catarinense de Educação Especial; 2.Participar do curso de formação para coordenadores das oficinas temáticas; 3.Ministrar Oficina Temática 1 - Simulação da aplicação do Questionário de Identificação de Identificação de Barreiras.	X	
IV - Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Assistência Social	Monitorar e avaliar a execução do Plano gestão 2014-2015.	1. Montagem do plano de monitoramento e avaliação a partir das informações sistematizadas pela gestão: a. Elaboração da	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		matriz de monitoramento e avaliação; b. comparativo entre relatório anual de atividades da DIAS e planejamento previsto no plano; 2. Avaliação do plano.		
V - Monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Capacitação do SUAS (PECSUAS/SC)	Monitorar e avaliar a execução do PECSUAS/SC.	1. Montagem do plano de monitoramento e avaliação: a. Elaboração da matriz de monitoramento e avaliação; b. construção do instrumental de monitoramento e avaliação (questionário); c. tabulação do instrumental. 2. Avaliação do plano.	X	X
VI – Monitoramento e Avaliação do SUAS	Elaborar o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do SUAS	1.Processo a ser construído por meio dos encontros regionalizados, de assessoria técnica aos municípios, pela concepção do sistema informatizado no módulo monitoramento e avaliação, das pesquisas de população em vulnerabilidade e violação de direitos.		X
VII - Encontros Regionalizados (Monitoramento e Avaliação com foco nas proteções básica e especial)	Realização de 02 encontros abrangendo 35 municípios	1.Participação em grupo de trabalho com gerências da DIAS para estruturação dos encontros; 2.Elaboração do Termo de Referência. Preparação das técnicas para a condução dos encontros; 3.Elaboração de material de apoio;	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		4.Contato com municípios objetivando mapear experiências exitosas para que sejam socializadas nos encontros.		
	Elaboração de material para 02 encontros abrangendo 59 municípios	1.Participação em grupo de trabalho com gerências da DIAS para estruturação dos encontros.	X	

Fonte: GEPAS/DIAS/SST, 2014

5.2.1.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito estadual e;
- Consolidação do SUAS por meio da criação e revisão dos marcos regulatórios da Política de Assistência Social no Estado.

- Prioridade II

- Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito estadual e;
- Consolidação da relação entre Estado e Municípios.

- Prioridade III

- Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito municipal, principalmente, nos municípios ainda não habilitados no SUAS, nos municípios em gestão inicial e na Macrorregião do Vale do Itajaí, conforme índices presentes neste Plano.

- Prioridade IV

- Concretização da educação permanente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Prioridade V

- Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito estadual.

- Prioridade VI

- Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito estadual ;
- Qualificar a oferta dos serviços e benefícios do SUAS nos municípios e;
- Consolidação da relação entre Estado e Municípios.

- Prioridade VII

- Promoção da efetiva participação dessas instâncias na implantação da Política de Assistência Social no estado.

5.2.1.2 Impactos e resultados esperados - Monitoramento e Avaliação do SUAS:

- Prioridade I

- Finalização da pesquisa;
- Subsidiar processo de regionalização;
- Conhecer a realidade do Estado;
- Definição das regiões/microrregiões;
- Ampliação da cobertura de atendimento.

- Prioridade II

- Efetivação do sistema de informação;
- Agilidade e transparência das ações;
- Projeto finalizado e encaminhado;
- Aprimorar informações para o monitoramento e avaliação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Prioridade III

- Realização das Capacitações;
- Fornecer aos municípios ferramentas para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Assistência Social;
- Instruir os municípios na utilização dos aplicativos da Rede SUAS;
- Instruir os municípios na utilização das ferramentas para vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação;
- Instruir os municípios na utilização de Sistema Estadual de Informação;
- Promover a Formação dos Grupos Gestores e Técnicos do Programa BPC na Escola do Estado de SC envolvidos no processo de aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras, no Acompanhamento dos Beneficiários e no desenvolvimento das Ações Intersectoriais para superação das barreiras identificadas pelo Questionário.

- Prioridade IV

- Avaliação do Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015;
- Construção de parâmetros para execução das ações;

- Prioridade V

- Avaliação do Plano Estadual de Capacitação;
- Construção de parâmetros para execução das ações.

- Prioridade VI

- Construção do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do SUAS;
- Fornecer aos municípios ferramentas para monitoramento e avaliação.

- Prioridade VII

- Aproximação com os 35 municípios do estado participantes dos encontros;
- Socialização de práticas para o monitoramento e avaliação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Produção de instrumentos e rotinas de trabalho;
- Incentivar a prática de monitoramento e avaliação nos municípios;
- Fornecer aos municípios ferramentas para monitoramento e avaliação.

5.3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I – Cofinanciamento da Proteção Social Básica	Cofinanciar os serviços da Proteção Social Básica e realizar até o ano de 2014, em conjunto com o Governo Federal, estudo de custos e definir padrões mínimos nacionais que orientem o cofinanciamento dos serviços.	1.Contatar o Órgão Gestor Federal para o planejamento das ações conjuntas; 2.Propor critérios de partilha para cofinanciamento estadual dos serviços da proteção social básica a serem pactuados na CIB; 3.Pactuar na CIB os critérios de partilha para o cofinanciamento; 4.Elaborar orientação técnica, para os municípios elegíveis ao cofinanciamento, sobre o preenchimento do Projeto Técnico e Plano de Aplicação de Recursos 5. Participar das reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração de Cartilha de orientações sobre aplicação de recursos estaduais para custeio e possibilidade de investimento.	X	X
II - Prestação de apoio técnico aos municípios no que se refere à Proteção Social Básica	Monitorar 42 serviços/equipamentos CRAS em 34 municípios	1.Definir Cronograma de monitoramentos, com base no diagnóstico do PEAS; 2.Realizar o monitoramento propriamente dito;	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		3.Elaborar Relatórios de Monitoramento; 4.Elaborar Plano de Apoio aos municípios em Plano de Providências; 5. Elaborar orientações técnicas, cartilhas e outros documentos pertinentes aos serviços da PSB; 6. Realizar visitas técnicas aos municípios que apresentam irregularidades na execução dos serviços ou aplicação dos recursos, conjuntamente com a área meio.		
	Assessorar tecnicamente os municípios que aderiram ao Programa Acessuas Trabalho no estado.	1. Elaborar Orientação Técnica para os municípios que anuíram ao Programa Acessuas Trabalho; 2. Encaminhar folder sobre o Programa Acessuas para impressão na Imprensa Oficial; 3. Elaborar Instrumental de Acompanhamento do Programa Acessuas e encaminhar para a Imprensa Oficial; 4. Realizar Monitoramento - Visita Técnica aos Municípios que aderiram ao Programa Acessuas da Macrorregião da Grande Florianópolis; 5. Assessorar os municípios via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST sobre o Programa Acessuas Trabalho; 6. Realizar três Encontros Regionais sobre o Programa BPC Trabalho – Região Socioassistencial da	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		Grande Florianópolis, do Médio Vale do Itajaí e do Sul; 7. Contatar todos os municípios elegíveis para adesão ao Acessuas 2014 e; 8. Orientar os municípios quanto ao preenchimento do Relatório de Mobilização Mensal - RMM com vistas a quantificar as visitas domiciliares aos beneficiários do BPC Trabalho.		
	Qualificar a implantação e execução do Programa Acessuas Trabalho.	1. Solicitar junto ao MDS o RMM de todo o Estado e 2. Promover Reuniões com a Diretoria do Trabalho, Emprego e Renda DITE/SST		
III - Educação Permanente: PECSUAS	Executar o I Encontro de Alinhamento Técnico previsto no Plano Operacional do PECSUAS/SC para 2014 no município de Criciúma, contemplando os municípios que compõem a Macrorregião Sul para discussão sobre os serviços da proteção social básica, os benefícios assistenciais e PBF/CadÚnico.	1. Definir público alvo e metodologia do Encontro; 2. Elaborar Termo de Referência; 3. Encaminhar para processo licitatório; 4. Executar o Encontro propriamente dito.	X	
IV - Fortalecer a articulação entre as	Constituir Grupo Gestor Estadual	1. Participar das reuniões do GGE do Programa BPC	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
políticas públicas implicadas na integração ao mundo do trabalho.	(GGE) para coordenar as ações do BPC Trabalho com parceiros intersetoriais	Trabalho como representante da SST; 2. Apropriar-se das diretrizes do Programa BPC Trabalho e dos Programas ACESSUAS, PRONATEC e Plano Viver Sem Limite.		
	Qualificar a implantação e execução do Programa BPC Trabalho.	1. Encaminhar Roteiro de Acompanhamento da Implantação do Programa BPC Trabalho na Capital e Municípios de Grande Porte no estado; 2. Encaminhar ao MDS retorno sobre o Roteiro de Acompanhamento da Implantação do Programa BPC Trabalho na Capital e Municípios de Grande Porte no estado; 3. Realizar três Encontros Regionais sobre o Programa BPC Trabalho – Região Socioassistencial da Grande Florianópolis, do Médio Vale do Itajaí e do Sul; 4. Elaborar Instrumental de Acompanhamento do Programa BPC Trabalho para a Imprensa Oficial; 5. Realizar monitoramento - Visita Técnica aos Municípios que aderiram ao Programa Acessuas na Macrorregião da Grande Florianópolis; 6. Assessorar os municípios via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST sobre o Programa BPC Trabalho; 7. Contactar todos os municípios participantes do Programa Acessuas 2014;	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>8. Orientar os municípios quanto ao preenchimento do Relatório de Mobilização Mensal – RMM;</p> <p>9. Promover Reuniões com a Diretoria do Trabalho, Emprego e Renda DITE/SST;</p> <p>10. Promover Reuniões com a Coordenação Estadual do Plano Viver Sem Limite;</p> <p>11. Auxiliar na elaboração do plano de trabalho no Grupo Gestor Estadual do Programa BPC Trabalho;</p> <p>12. Fomentar o registro das atividades de execução do Programa BPC trabalho no Sistema de Registro de Acompanhamento do SUAS;</p> <p>13. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas estipuladas pelo Programa BPC Trabalho para visitas domiciliares dos beneficiários do BPC;</p> <p>14. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas estipuladas pelo Programa para inserção beneficiários do BPC nos serviços da rede de atendimento e</p> <p>15. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas estipuladas pelo Programa BPC Trabalho para inserção em cursos de qualificação profissional dos beneficiários do BPC para inserção em cursos de qualificação profissional dos beneficiários do BPC.</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte: GEPSB/DIAS/SST, 2014

5.3.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Definição de padrões nacionais que orientem o cofinanciamento dos serviços;
- Ampliação das condições financeiras do município para a manutenção e execução dos serviços;
- Legitimação do cofinanciamento;
- Contribuir com as informações e condições necessárias para garantir que os municípios recebam o cofinanciamento e;
- Redução da utilização inadequada do recurso e ampliação das possibilidades de aplicação do mesmo.

- Prioridade II

- Qualificação dos serviços ofertados pelos municípios;
- Qualificação da aplicação dos recursos na oferta dos serviços e;
- Qualificar a implantação e execução do Programa Acessuas Trabalho.

- Prioridade III

- Qualificação dos serviços ofertados pelos municípios

- Prioridade IV

- Articulação intersetoriais para assegurar o alinhamento das ações dos Programas Acessuas e Pronatec BSM;
- Definição de padrões nacionais que oriente o cofinanciamento dos serviços;
- Ampliação das condições financeiras do município para a manutenção e execução dos serviços;
- Legitimação do cofinanciamento e qualificação da aplicação dos recursos na oferta dos serviços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Qualificação da oferta dos serviços.

Ainda sobre as prioridades da GEPSB, a Resolução CNAS nº 32, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal, prevê como uma das prioridades do Estado, a definição do processo de transição da municipalização da execução direta estadual de serviços da Proteção Social Básica e dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes executados em municípios de grande porte ou metrópoles, contendo metas, responsáveis e prazos.

Dessa forma, conforme o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual no âmbito do SUAS - 2012/2015, o Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara que executava ações da Proteção Social Básica, juntamente com a Gerência de Proteção Social Básica, realizou os seguintes procedimentos:

- Desde fevereiro de 2011, o referido equipamento está alocado na Secretaria Executiva de Combate à Fome vinculada à SST, sendo que as ações de PSB são executadas pelo município de Palhoça-SC.

5.4 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I – Cofinanciamento dos Benefícios Eventuais	Qualificar o processo de cofinanciamento estadual de benefícios eventuais para os municípios	1. Encaminhar projeto técnico para GEPAS e GEMAV; 2. Lançar folder de benefícios eventuais; 3. Acompanhar análise realizada pela COJUR da minuta de resolução estadual que regulamenta a concessão de benefícios eventuais para ser encaminhada ao CEAS para deliberação;	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>4. Discutir com Diretora da Assistência Social a minuta de resolução estadual que regulamenta a concessão de benefícios eventuais para ser encaminhada ao CEAS;</p> <p>5. Informar CEAS por ofício valor do cofinanciamento para BE e que conforme Resolução do ano passado, os critérios permanecerão os mesmos;</p> <p>6. Preparar tabela com valores do cofinanciamento estadual por município para apresentação na CIB e modelo de resolução para postar no site da SST;</p> <p>7. Pactuar na CIB prazos e documentos para cofinanciamento estadual, incluir neste ano o projeto técnico e resolução aprovando o projeto técnico;</p> <p>8. Pactuar na CIB prazos e documentos para cofinanciamento estadual, incluir neste ano o projeto técnico e resolução aprovando o projeto técnico;</p> <p>9. Analisar e encaminhar documentos para cofinanciamento.</p>		
II - Prestação de apoio técnico aos municípios no que se refere aos Benefícios Assistenciais	Qualificar atendimento aos municípios na SST	1. Assessorar os municípios via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST	X	
	Disseminar informações qualitativas sobre benefícios eventuais	1. Publicar/divulgar Levantamento Estadual dos Benefícios Eventuais (2012) no site da SST, dentre outros meios e; 2. Publicar nota técnica acerca do estudo social voltado à concessão de benefícios eventuais (retificação da	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		informação repassada pela FECAM).		
	Qualificar o acompanhamento aos beneficiários do BPC pelos municípios	<ol style="list-style-type: none">1. Assessorar os municípios via telefone, e-mail ou pessoalmente na sede da SST, quanto aos aspectos legais, normativos e técnicos no que concerne à gestão e operacionalização do BPC;2. Contribuir para o fortalecimento da articulação intersetorial entre os órgãos e instituições responsáveis pela gestão e operacionalização do BPC e de acompanhamento de beneficiários, como CRAS e CREAS;3. Fomentar junto aos municípios e instituições correlatas ao tema, estratégias de expansão e potencialização do atendimento aos usuários do BPC;4. Realizar estudo do Decreto 6.214 de 26/09/2007, Portaria 44 de 19/02/2009 (que estabelece instruções sobre o BPC), Instrução Operacional conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 06 de 29/10/2010 e Lei 12.470 de 13/08/2011 (que dispõe sobre o cadastro no CadÚnico de donas de casa para fins de alíquota diferenciada de contribuição);5. Criar manual do SAA para que o município saiba identificar os dados dos beneficiários do BPC no município;6. Apresentar o Manual do SAA para equipe da PSB e reprodução deste para uso nos monitoramentos de CRAS;	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>7. Articular com INSS sobre o Seminário Integrado (discussão gerada no dia 15/02/2012 em reunião entre INSS e SST);</p> <p>8. Realizar diagnóstico sobre acesso e acompanhamento dos usuários do BPC nos municípios;</p> <p>8. Auxiliar as equipes do PAIF via equipe da GEPSB/DIAS/SST e Gerências Regionais de Assistência Social (GERAS), a localizar e acompanhar as famílias com membros integrantes do BPC;</p> <p>9. Orientar o cadastramento de famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico;</p> <p>9. Assessorar os municípios via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST sobre o Programa BPC na Escola;</p> <p>10. Fomentar adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola;</p> <p>11. Mandar folder do Programa BPC na Escola para a Imprensa Oficial;</p> <p>12. Criar Grupo de estudos sobre o BPC na Escola na GEPSB com vistas aos Seminários Estaduais do Programa BPC na Escola;</p> <p>13. Elaborar plano de trabalho junto com o Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola;</p> <p>14. Viabilizar junto com GEMAV acesso no Sistema BPC na Escola para todos da PSB da SST;</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>15. Viabilizar 1º, 2º e 3º Seminários do Programa BPC na Escola;</p> <p>16. Obter dos municípios a inserção do Plano de Acompanhamento dos Beneficiários e o Plano Intersetorial do Grupo Gestor Municipal no Sistema BPC na Escola;</p> <p>17. Auxiliar na assessoria aos municípios via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST em relação ao Programa BPC Trabalho;</p> <p>18. Participar das reuniões do GGE como suporte ao Programa BPC Trabalho;</p> <p>19. Auxiliar na elaboração do plano de trabalho no Grupo Gestor Estadual do Programa BPC Trabalho;</p> <p>20. Fomentar busca ativa de beneficiários do BPC com perfil para o Programa BPC Trabalho nos municípios por meio de Manual do SAA;</p> <p>21. Apropriar-se dos Programas ACESSUAS (ferramenta “Relatório de mobilização social”, PRONATEC e Plano Viver Sem Limite (estadual) para traçar paralelos com o Programa BPC Trabalho e auxílio na elaboração do Plano de Trabalho);</p> <p>22. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas estipuladas pelo Programa BPC Trabalho para visitas domiciliares dos beneficiários do BPC;</p> <p>23. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		<p>estipuladas pelo Programa para inserção beneficiários do BPC nos serviços da rede de atendimento;</p> <p>24. Alcançar no Estado, por meio dos municípios, as metas estipuladas pelo Programa BPC Trabalho para inserção em cursos de qualificação profissional dos beneficiários do BPC para inserção em cursos de qualificação profissional dos beneficiários do BPC;</p> <p>25. Assessorar os municípios e SDRs via telefone, e-mail ou presencialmente na sede da SST, os profissionais das SDRs e beneficiários do benefício assistencial de caráter financeiro devido nos casos de gestação múltipla de que trata a Lei Estadual nº 15.390, de 21/12/2010, alterada pela Lei Estadual nº 15.978 de 25/03/2013;</p> <p>26. Reescrever exposição de motivos para a COJUR provocar alterações no Decreto Estadual nº 937/2012;</p> <p>27. Revisar processos que estão na GEPSB e conferir se estão de acordo com o SGP-e/SC;</p> <p>28. Digitalizar todas as peças de processos que estão na GEPSB e</p> <p>29. Inserir todas as peças de processos no SGP-e/SC.</p>		
III - Educação Permanente: PECSUAS	Qualificar atendimento e financiamento de benefícios eventuais nos municípios	1. Realizar oito Encontros Regionais sobre Benefícios Eventuais – Região da Grande Florianópolis, Médio Vale do Itajaí, Carbonífera e Extremo Sul Catarinense, Laguna, Alto Vale do Itajaí, Xanxerê, Oeste, Extremo Oeste.	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
--------------------	--------------	--------------	-------------	-------------

Fonte: Coordenação Estadual de Benefícios Assistenciais/DIAS/SST, 2014

5.4.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Viabilizar e agilizar o processo de cofinanciamento;
- Informatização do projeto técnico;
- Assessorar CEAS a regulamentar os benefícios eventuais no Estado.

- Prioridade II

- Divulgação dos benefícios eventuais;
- Coordenação dos Benefícios Assistenciais dominando o conteúdo das normativas específicas do BPC;
- 100% dos beneficiários visitados por profissionais do SUAS em 100% municípios (busca ativa);
- Qualificação do atendimento ao beneficiário em 100% dos municípios;
- 100% dos municípios participando do Programa BPC na Escola e 100% do público alvo do programa atendido nos municípios.

- Prioridade III

- Regulamentação de benefícios eventuais em 100% dos municípios onde foram realizados os Encontros;
- Qualificação do atendimento ao beneficiário.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.	Realizar a Gestão do CadÚnico considerando a coordenação, capacitação dos operadores, capacitação de gestores, assessoramento técnico, monitoramento aos municípios e o fortalecimento da intersectorialidade na gestão do Programa Bolsa Família e monitoramento das condicionalidades.	<ol style="list-style-type: none">1. Capacitar 1.400 trabalhadores do SUAS (gestores municipais do CadÚnico, bolsa família, CRAS) acerca da inclusão social da população em extrema pobreza no CadÚnico;2. Capacitar 900 técnicos, focalizando as condicionalidades e a intersectorialidade do Programa Bolsa Família;3. Capacitar 180 novos Entrevistadores do PBF/CadÚnico;4. Capacitação 100 Gestores do PBF/CadÚnico;5. Capacitação para 160 novos Operadores do Sistema V7 CadÚnico;6. Realizar oficina de Busca Ativa, Oficina de Acompanhamento das famílias que descumprem as condicionalidades do PBF e Oficina de Gestão do Cadastro Único para gestores e técnicos do PBF e;7. Realizar oficina sobre sistema do Cadastro Único para técnicos.	X	X

Fonte: Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família e cadastro Único/DIAS/SST, 2014

5.5.1 Impactos e resultados esperados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Prioridade I

- Qualificação dos trabalhadores do SUAS para atuarem na Gestão do CadÚnico;
- Qualificação dos gestores do PBF na área da Saúde, Educação e Assistência Social;
- Qualificação dos novos entrevistadores do PBF e dos novos operadores do Sistema V7 CadÚnico e
- Orientações para técnicos.

5.6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Organização do território estadual em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou polo e municípios de abrangência	Realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS, ou por meio da realização de pesquisa nacional ou de leitura das pesquisas já realizadas, com cofinanciamento da União e do Estado.	1. A partir do diagnóstico elaborado pela DIAS por meio da pesquisa sobre as populações vulnerabilizadas, orientar os municípios na implantação e execução dos serviços de proteção social especial com vistas à regionalização.		X
II - Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II	Implantar ou ampliar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS Regionais até 2015	1. Elaborar proposta de consórcio com os municípios para implantação de equipamentos de CREAS regionais a partir do referido diagnóstico elaborado pela DIAS.		X
	Garantir a cobertura de PAEFI/CREAS nos Municípios de Pequeno Porte I com unidades Municipais	1. Definir os municípios elegíveis para construção de equipamentos CREAS dentro dos critérios do BNDES e/ou Banco do Brasil	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
II - Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II		2. Elaborar os critérios para cofinanciamento da média complexidade para pactuação na CIB e aprovação no CEAS	X	X
	Delimitação das regiões/microrregiões de Assistência Social do estado para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS	1. Delimitar as regiões/microrregiões do estado a partir do diagnóstico elaborado pela DIAS com vistas à regionalização.		X
	Elaborar o desenho da regionalização do PAEFI, executados no âmbito dos CREAS, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS	1. Apresentar e submeter à CIB/SC o desenho da regionalização do PAEFI, executados no âmbito dos CREAS para pactuação.		X
	Atingir até 2015 a cobertura de 0,5 vagas de acolhimento de crianças e adolescentes por mil crianças nas microrregiões definidas no desenho da regionalização da alta complexidade, assegurando cobertura para as populações dos municípios abaixo de 50 mil habitantes.	1. Realizar estudo a respeito da cobertura de vagas de acolhimento de crianças e adolescentes por mil crianças nas microrregiões definidas no desenho da regionalização da alta complexidade.	X	X
	Elaborar o desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS.	1. Apresentar e submeter à CIB/SC, o desenho da regionalização do PAEFI, executados no âmbito dos CREAS para pactuação.		X
	Cofinanciar os serviços regionais de média e	1. Destinar recurso estadual para		X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
II - Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II	alta complexidade, pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS.	cofinanciamento dos serviços regionais de proteção social especial pactuado na CIB e deliberado pelo CEAS.		
	Implantação de serviços de caráter regional ou de unidades regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, podendo ter como referência a existência de comarcas, as micro regiões e o mapa de risco social.	1. Realizar estudo de regionalização de Serviços de Proteção Social Especial a partir do diagnóstico de vulnerabilidades e riscos sociais. 2. Elaborar Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial, conforme as orientações SUAS.		X
	Instalar novos equipamentos de alta complexidade	1. Elaborar proposta de consórcio com os municípios para implantação de equipamentos de acolhimento institucional regionalizado a partir de diagnóstico. 2. Elaborar projeto para construção de abrigo institucional para crianças e adolescentes, instituição de longa permanência para idosos e repúblicas para egressos de comunidades terapêuticas.	X	X
	Reordenar os serviços já existentes da alta complexidade, após pactuação nas comissões	1. Orientar e apoiar técnica e financeiramente o reordenamento	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	PECSUAS/SC.	2. Elaborar Termo de Referência; 3. Encaminhar para processo licitatório; 4. Executar a Oficina propriamente dita.	X X X	X X X
V - Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado	Realizar diagnóstico socioterritorial sobre violações de direito e ofertas necessárias.	1. Elaborar módulo sobre violações de direitos e ofertas necessárias para incluir no sistema de informação, monitoramento e avaliação dos serviços da proteção social especial.	X	X
VI - Cofinanciamento da Proteção Social Especial	Cofinanciar os serviços da Proteção Social Especial	1. Propor critérios de partilha para cofinanciamento estadual dos serviços da proteção social especial e encaminhar para pactuação na CIB e deliberação no CEAS.	X	X
VII – Implementação do Plano de Ação do PETI	Minimizar a ocorrência do trabalho infantil em SC	1. Fazer o monitoramento in loco dos municípios que fizeram a adesão ao Termo de Aceite do Reordenamento do PETI em julho de 2013; 2. Acompanhar a adesão de outros municípios catarinenses quando de	X X	X X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
VII – Implementação do Plano de Ação do PETI	Minimizar a ocorrência do trabalho infantil em SC	nova expansão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, fazendo o monitoramento in loco após 06 (seis) meses da adesão dos mesmos; 3. Prestar orientações aos municípios no que tange ao PETI e ao trabalho infantil no Estado; 4. Realizar campanha de enfrentamento ao trabalho infantil em parceria com a Federação Catarinense de Futebol, realizar pedágio de mobilização e, ainda, veicular as campanhas nacionais. 5. Fomentar a participação no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina/FETI-SC. 6. Monitorar os sistemas relacionados ao PETI e auxiliar os municípios no seu preenchimento. 7. Promover 3 (três) capacitações referentes às ações que devem ser desenvolvidas no PETI para os municípios catarinenses que fizerem	X X X X X	X X X X X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
VII – Implementação do Plano de Ação do PETI	Minimizar a ocorrência do trabalho infantil em SC	a adesão ao Termo de Aceite de 2013. 8. Realizar trimestralmente reuniões intersetoriais com as políticas públicas em âmbito estadual afetas ao tema em questão. 9. Acompanhar o registro de crianças e adolescentes e suas famílias identificadas em situação de trabalho infantil no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/CadÚnico. 10. Incentivar os municípios, durante as visitas in loco de todos os níveis de proteção, a realizar a busca ativa, sensibilizando as equipes técnicas para identificação de todas as formas de trabalho infantil. 11. Orientar as equipes técnicas dos municípios para o correto encaminhamento das crianças e adolescentes identificadas enquanto situação de trabalho infantil para os SCFV ou outras ações socioeducativas da rede e para o	X X X X	X X X X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
IX – Estabelecer fluxo de Atendimento das denúncias do disque 100 em parceria com a Casa Civil, Ouvidoria Geral do Estado e outras Secretarias de Estado	Aprimorar o atendimento das denúncias de violação de direitos no estado.	1. Realizar webconferência sobre direitos e o atendimento da população LGBT, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH	X	
		1. Reuniões periódicas para discutir sobre o fluxo de atendimento das denúncias do disque 100;	X	
		2. Apresentar proposta de fluxo após discussão com equipe técnica da GEPES.	X	

Fonte: GEPES/DIAS/SST, 2014

5.6.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Direcionamento das ações para regionalização dos serviços de proteção social especial.

- Prioridade II

- Ampliação da cobertura dos serviços de proteção social especial;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Garantia de cobertura do PAEFI/CREAS nos municípios de pequeno porte;
- Garantia de cobertura dos serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes nos municípios abaixo de 50 mil habitantes;
- Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial e;
- Reordenamento dos Serviços de Alta complexidade.

- Prioridade III

- Qualificação dos serviços ofertados.

- Prioridade IV

- Qualificação dos serviços ofertados.

- Prioridade V

- Diagnóstico para identificação da oferta necessária para atender as situações de violações de direitos no estado.

- Prioridade VI

- Ampliação do cofinanciamento de forma a qualificar a oferta dos serviços nos municípios.

- Prioridade VII

- Minimizar a incidência do Trabalho Infantil em SC.

- Prioridade VIII

- Minimizar a situação de violação de direitos da população LGBT.

- Prioridade IX

- Maior agilidade no atendimento às denúncias captadas pelo disque 100.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.7 CENTRO EDUCACIONAL SÃO GABRIEL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Reordenar o serviço de acordo com as orientações da PNAS/Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que prevê a modalidade de atendimento dos serviços de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em Residências Inclusivas.	Implantar o processo de reordenamento do serviço de acolhimento executado atualmente para a modalidade de Residências Inclusivas (03 unidades).	1. Reestruturação da estrutura atual do GEGAB conforme projeto elaborado em conjunto com o DEINFRA (Reforma/ampliação para duas unidades de Residências Inclusivas; e construção de uma unidade em novo terreno). 2. Construção de um Plano de Reordenamento em conjunto com a equipe GEPES (SST), dando continuidade ao reordenamento metodológico do serviço.		X
II - Humanizar o atendimento a partir de readequações na estrutura física atual do Centro Educacional até que se efetive o processo de reordenamento do serviço.	Realizar adaptações na estrutura física atual do Centro Educacional São Gabriel para a resolução de questões imediatas para o funcionamento mais humanizado da instituição.	1. Construção de sala administrativa e de atendimento para a equipe técnica do serviço em espaço anexo à instituição. 2. Modificar a atual sala da equipe técnica em sala de jogos/recreação para os acolhidos. 3. Reforma e adaptação da estrutura dos banheiros (Conserto dos chuveiros, entre outros). 4. Reforma de espaço para a rouparia	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
		com vistas à organização e conservação da roupas dos acolhidos. 5. Reforma da quadra de esportes para a instalação de uma sala de recreação coberta a ser utilizada em dias de chuva.		
III - Promoção de ações que favoreçam a construção progressiva da autonomia e do protagonismo social dos acolhidos do serviço, através da participação social e de momentos de diversão.	Promover a participação dos acolhidos em espaços de lazer e entretenimento, procurando proporcionar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições que as demais pessoas.	Criar/alterar subação dos recursos estatais repassados ao Centro Educacional São Gabriel, com o intuito de favorecer a possibilidade de financiamento de ações de lazer, esporte, entretenimento e cultura, incluindo eventos (como Colônia de Férias semestrais) e festas de aniversário.	X	
IV - Promoção da reintegração comunitária e social dos acolhidos	Inclusão dos acolhidos nas instituições que prestam de atendimento social, de saúde e reabilitatórios no município de São José e entornos.	Inserir os acolhidos que, geralmente permanecem no abrigo, no período oposto ao que frequenta a FCEE, em outros serviços e instituições disponíveis na Grande Florianópolis.	X	
V - Estimular os aspectos biopsicossociais dos acolhidos da instituição	Promover a reabilitação dos acolhidos para a melhoria das condições de saúde, psíquica e emocional de acordo com a necessidade de	1. Contratação de serviços de terceiros (pessoa física) para a realização de assessoria técnica para	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
	cada um, e conseqüentemente elevando a qualidade de vida dos mesmos.	execução de trabalho não clínico (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, educador físico, fisioterapeuta, entre outros). 2. Aquisição de materiais específicos para a atuação profissional dos mesmos.		
VI - Capacitação profissional da equipe técnica e de cuidado do Centro Educacional São Gabriel	Atualização profissional e aprimoramento do cuidado no âmbito da instituição, especialmente na área de saúde mental.	1. Realizar reunião com o Setor de Saúde Ocupacional, solicitando agenda de cursos voltados ao atendimento prestado pelo serviço, e elaborando agenda de capacitações em conjunto com o setor.	X	

Fonte: GEGAB/DIAS/SST, 2014

5.7.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Qualificação do serviço ofertado, com vistas a favorecer uma melhor qualidade de vida aos acolhidos, propiciando a construção progressiva da autonomia e do protagonismo, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares.

- Prioridade II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Melhoria da estrutura física propiciando uma melhor organização das atividades da rotina diária, subsidiando os cuidados relacionados aos acolhidos, favorecendo o desenvolvimento de ações e contribuindo para a limpeza e organização da instituição e;
- Promoção da qualidade de vida no trabalho aos profissionais do serviço.

- Prioridade III

- Desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos acolhidos, e reconhecimento do direito dos mesmos como cidadãos, desmistificando estereótipos da pessoa com deficiência e desobstruindo as barreiras para sua participação na vida social, deixando de onerar somente os recursos pessoais (BPC) para estes fins.

- Prioridade IV

- Inserção social e fortalecimento de laços sociais dos acolhidos, no intuito de promover oportunidades em igualdade de condições com as demais pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e para a superação de barreiras existentes como geradoras de situações de dependência.

- Prioridade V

- Desenvolvimento da independência e construção progressiva da autonomia de cada acolhido.

- Prioridade IV

- Qualificação e humanização do atendimento prestado, especialmente no que se refere ao cuidado diário aos acolhidos do serviço, compreendendo sua condição de desenvolvimento.

Ainda sobre as prioridades da GEPES e da GEGAB, a Resolução CNAS nº 32, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do SUAS, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Federal, prevê como uma das prioridades do Estado, a definição do processo de transição da municipalização da execução direta estadual de serviços da Proteção Social Básica e dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes executados em municípios de grande porte ou metrópoles, contendo metas, responsáveis e prazos.

Desta forma, o Centro Educacional São Gabriel que executa o serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, juntamente com a Gerência de Proteção Social Especial, realizou as seguintes ações até o momento:

- No ano de 2013, houve encaminhamentos da Gerência de Proteção Social Especial (GEPES) para a municipalização do Centro Educacional São Gabriel, na tentativa de que o município de São José assumisse a gestão do serviço. Caso se efetivasse, esse processo de municipalização ocorreria mediante um Plano de Transição do serviço de acolhimento atualmente executado pela esfera estadual, onde gradativamente a gestão seria assumida pela esfera municipal, com previsão de apoio técnico e financeiro das esferas federal e estadual.
- Concomitantemente ao processo de planejamento deste plano de transição, foi planejado o processo de reordenamento do trabalho atualmente executado pela GEGAB para a modalidade de acolhimento em Residências Inclusivas, conforme as normativas nacionais. Neste sentido, o serviço de acolhimento atualmente ofertado a 21 jovens e adultos com deficiência seria reordenado com vistas à inclusão social, reintegração comunitária e social, e construção e desenvolvimento da autonomia.
- A partir do exposto e tendo como pressuposto o rompimento com a lógica do isolamento das grandes instituições e com o paradigma histórico de estruturação dos serviços de acolhimento no formato médico-hospitalar, verificou-se que ao longo de 2013 seriam necessárias adaptações de rotina e reestruturação do trabalho técnico desenvolvidos, de forma continuada no âmbito deste serviço até a efetiva implementação das 03 (três) unidades de Residências Inclusivas, conforme projeto de reforma e construção que foi sendo elaborado ao longo do ano.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A partir do mês de fevereiro de 2013, foi então elaborado o Plano de Organização do Cotidiano, que seria um instrumento de planejamento e organização da rotina institucional, contemplando princípios e diretrizes, e também um arsenal prático, onde cada equipe de trabalho recebeu uma tabela que contemplava atividades a serem desenvolvidas nos plantões. O Plano começou a ser executado na instituição por volta de março/abril de 2013. O processo de reordenamento do trabalho técnico desenvolvido na GEGAB contemplou também a construção do PIA – Plano Individual de Atendimento para cada acolhido. Desta forma, os profissionais da equipe técnica realizaram um planejamento de ações para o ano de 2013 e construíram prontuários individualizados para o acompanhamento destas ações.
- Após intervenção dos gestores para a municipalização do serviço, em setembro de 2013, a SST/GEPES recebeu o Ofício nº 1187/2013 comunicando que o município embora tenha interesse em implantar o equipamento de Residência Inclusiva, encontra-se impossibilitado da execução do serviço por indisponibilidade de espaço físico, bem como falta de equipe de referência. O mesmo documento afirma estar impossibilitado de assumir a execução do Centro Educacional São Gabriel.
- Atualmente, o Estado esforça-se para realizar o reordenamento do serviço para modalidade de Residência Inclusiva, buscando opções de local que tornem viável financeira e tecnicamente a proposta.

5.8 PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Organização do território estadual em macrorregiões de assistência social, com	Descentralizar as atividades da Comissão Intergestores Bipartite – CIB criando comissões intergestoras em macrorregiões do	1. Promover reuniões com as instâncias envolvidas para definição de proposição da descentralização das atividades da CIB;	X	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência.	Estado	Garantir que a proposta da definição das macrorregiões da assistência social e, o papel que irá desenvolver no processo de regionalização, seja definida pelas assembleias regionais da CIB com o acompanhamento do CEAS.	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar, acompanhar e promover reuniões técnicas para definição de proposição da regionalização com as gerências da DIAS;2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação;3. Manter interlocução com as orientações, pactuações e deliberações da instância federal;4. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.	X	X
II - Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II	Fomentar a pactuação na CIB do desenho da regionalização do PAEFI, executados no âmbito dos CREAS, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar, acompanhar e promover reuniões técnicas para definição de proposição de desenho da regionalização do PAEFI nas macrorregiões da assistência social com as gerências da DIAS;2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação;3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.	X		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Fomentar a pactuação na CIB do desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar, acompanhar e promover reuniões técnicas com as gerências da DIAS para definição de proposição do desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes;2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação;3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.		
III - Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.	Fomentar a pactuação na CIB do plano anual de apoio técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar, acompanhar e subsidiar reuniões técnicas com as gerências da DIAS e demais gerências afins da SST para elaboração de proposta do plano;2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação;3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.	X	X
IV - Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial	Fomentar a pactuação na CIB dos critérios de partilha dos recursos de cofinanciamento estadual dos serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados de Proteção Básica e Especial e de Benefícios Eventuais.	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar, acompanhar e subsidiar reuniões técnicas com as gerências da DIAS para elaboração dos critérios de partilha dos recursos de cofinanciamento estadual dos serviços socioassistenciais;2. Promover espaços de diálogo, negociação e	X	X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

		articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação; 3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.		
V - Apoio ao exercício da participação e do controle social com a meta de garantir em 100% dos conselhos estaduais de assistência social a proporcionalidade entre representantes de usuários, trabalhadores e entidades, na representação da sociedade civil.	Garantir apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho Estadual, visando o fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS.	1. Fomentar a realização de reuniões ampliadas como estratégia de fortalecimento do controle social; 2. Propor e fomentar a criação de Fóruns Regionais sob a responsabilidade da SST, no intuito de realizar o controle social de forma descentralizada garantindo a participação das comunidades tradicionais; 3. Subsidiar o CEAS quanto ao acompanhamento das ações executadas pelo órgão gestor estadual da Assistência Social.	X	X
	Incorporar as deliberações das Conferências, em conformidade com o SUAS, no Plano Estadual de Assistência Social, com monitoramento das deliberações contempladas nos Planos Estaduais.	1. Subsidiar o CEAS quanto ao acompanhamento da incorporação/execução das deliberações das Conferências de Assistência Social.	X	

Fonte: GEPAD, GEPAS/DIAS/SST, 2014

5.8.1 Impactos e resultados esperados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Prioridade I

- Fortalecimento da articulação entre CIB, CEAS e SST/SC e;
- Possibilitar apreciações qualificadas fornecendo subsídios aos membros da CIB e aos conselheiros do CEAS na realização das pactuações e deliberações, respectivamente.

- Prioridade II

- Fortalecimento da articulação entre CIB, CEAS e SST/SC e;
- Possibilitar apreciações qualificadas fornecendo subsídios aos membros da CIB e aos conselheiros do CEAS na realização das pactuações e deliberações, respectivamente.

- Prioridade III

- Fortalecimento da articulação entre CIB, CEAS e SST/SC e;
- Possibilitar apreciações qualificadas fornecendo subsídios aos membros da CIB e aos conselheiros do CEAS na realização das pactuações e deliberações, respectivamente.

- Prioridade IV

- Fortalecimento da articulação entre CEAS e SST/SC;
- Fortalecimento do controle social e;
- Possibilitar apreciações qualificadas fornecendo subsídios aos membros da CIB e aos conselheiros do CEAS na realização das pactuações e deliberações, respectivamente.

- Prioridade V

- Fortalecimento do controle social.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.9 COMUNICAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO SUAS

Prioridades	Metas	Ações	2014	2015
I - Aumentar o fluxo de informações técnicas entre DIAS e os municípios	Assessorar e subsidiar tecnicamente os 293 municípios catarinenses habilitados ao SUAS sobre a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, por meio da publicização de materiais técnicos.	Desenvolver e publicar materiais técnicos de apoio aos trabalhadores municipais do SUAS.	X	
II - Organizar a documentação impressa e virtual da DIAS	Realizar a divulgação de todas as ações da DIAS aos 293 municípios catarinenses habilitados ao SUAS no estado.	Desenvolver materiais e documentos para divulgação das ações estratégicas da DIAS por meio de folders, ofícios, e-mails etc.	X	

Fonte: DIAS/SST, 2014

5.9.1 Impactos e resultados esperados:

- Prioridade I

- Publicização de materiais técnicos elaborados pela Gestão Estadual da Assistência Social aos municípios catarinenses;
- Qualificação da Gestão do SUAS nos municípios do estado.

- Prioridade II

- Divulgação contínua das ações da DIAS aos municípios catarinenses.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6 RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

Com base nas prioridades, metas e ações apresentadas pela Diretoria, Gerências e Coordenações, torna-se evidente a necessidade de ampliação dos recursos humanos na DIAS, influenciando, conseqüentemente, nos recursos materiais e financeiros desta Secretaria.

A Diretoria de Assistência Social apresenta como prioridade a necessidade de uma ampla reforma em sua estrutura física para comportar de forma adequada tanto os profissionais que já atuam nesta Diretoria quanto à ampliação do seu quadro funcional. Além disso, o Centro Educacional São Gabriel também necessita de ampla reforma em sua estrutura física e, mais do que isso, este serviço precisa ser reordenado, conforme o que preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, para se tornar um serviço de acolhimento institucional na modalidade de residência inclusiva.

Diante disso, necessita-se da ampliação dos seguintes recursos materiais, tais como:

- Equipamentos eletrônicos: computadores, contratação de serviços de internet (provedores), impressoras, scanners, datashow, GPS, equipamentos de áudio e vídeo, modem, equipamentos para instalação ou ampliação de redes de internet, softwares para processamento de dados;
- Mobiliário: mesas individuais, mesas de reunião, cadeiras, arquivos, armários, gaveteiros, condicionadores de ar, quadros de aviso, aparelhos telefônicos, desumidificadores de papel e outros que sejam necessários para a estrutura física do ambiente de trabalho;
- Materiais de consumo e expediente: papéis para impressora e formulários, toners e/ou tinta para impressoras, borrachas, lápis, canetas, grampeadores, furadores, pastas, caixas arquivos, entre outros.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os recursos materiais supracitados visam atender tanto a DIAS quanto o Centro Educacional São Gabriel. Contudo, para o GEGAB necessita-se ainda de:

- Materiais esportivos, instrumentos de fonoaudiologia e fisioterapia, materiais e jogos pedagógicos e outros equipamentos necessários para a qualificação da execução do serviço.

Sobre os Recursos Humanos, cabe destacar que se planeja realizar um estudo das necessidades da DIAS, conforme o reordenamento institucional, contudo a princípio a Diretoria apresentou a necessidade imediata dos seguintes profissionais:

- 20 Assistentes Sociais;
- 05 Psicólogos(as);
- 01 Contador(a);
- 01 Administrador(a);
- 01 Antropólogo(a);
- 01 Sociólogo(a);
- 03 Pedagogos(as);
- 02 Terapeutas Ocupacionais;
- 01 Estatístico;
- 01 Analista de Sistemas;
- 10 Técnicos de nível médio.

Os profissionais referidos acima se destinam a atender tanto a necessidade da DIAS quanto do Centro Educacional São Gabriel. Além disso, precisa-se de:

- Contratação de pessoas jurídicas ou físicas, por tempo determinado, para o desenvolvimento de estudos, diagnósticos e pesquisas afetas ao SUAS.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

7 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Os mecanismos e fontes de financiamento desta Secretaria constituem-se da seguinte maneira:

- Unidade Orçamentária 26001 - Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST;
- Unidade Orçamentária 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;
- Unidade Orçamentária 26095 - Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária - FEAES;
- Unidade Orçamentária 26096 – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECEP;
- Unidade Orçamentária 26099 - Fundo da Infância e da Adolescência - FIA.

No entanto, ressalta-se que a principal fonte de financiamento das prioridades, metas e ações aqui apresentadas é o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), porém as demais unidades orçamentárias também são responsáveis pelo financiamento de algumas ações principalmente das elencadas pela Diretoria de Assistência Social.

Sobre a Tabela abaixo salienta-se que os recursos previstos para 2014 encontram-se atualizados conforme a previsão orçamentária aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) no final de 2013 e tais informações foram retiradas do Quadro de Detalhamento de Despesa do FEAS referente ao ano de 2014 repassado pela GEPLA/SST. Já os recursos para 2015 estão de acordo com o Plano Plurianual 2012-2015 do Estado de Santa Catarina.

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
009462 Aprimoramento de Gestão	– Acompanhar e orientar municípios na implementação do Sistema Único de Assistência Social, instituído pela Lei nº	0.1.00	R\$ 300.000,00	R\$ 119.989,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
	12.435 de 2011, e no cumprimento das normas, pactos e planos vigentes nas esferas nacional e estadual.	0.2.25	R\$ 500.000,00	R\$ 399.949,00
002294 – Manutenção do Centro Educacional São Gabriel	Manter, a título de custeio, investimento, reforma e construção, acolhimento institucional executado pela SST de jovens, e adultos com deficiência mental e Transtorno Global de Desenvolvimento, mediante determinação judicial.	0.1.00	R\$ 500.000,00	R\$ 599.949,00
		0.2.25	R\$ 40.716,00	R\$ 33.597,00
002017 – Eventos Estaduais de Gestão da Política de Assistência Social	Promover eventos: conferências, fóruns, seminários, encontros, além de campanhas de conscientização da população e outros relacionados a comemorações de ano/períodos significativos, conforme estabelecido por organismos estadual, nacional e internacional e apoiar a representação de delegações estaduais nas conferências nacionais.	0.1.00	R\$ 239.979,00	R\$ 959.918,00
002067 – Cofinanciamento de Benefícios Eventuais	Cofinanciar, a título de custeio, a concessão de Benefícios Eventuais (Auxílio Natalidade e Funeral, situações de vulnerabilidade temporária,	0.1.00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 99.898,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
	casos de calamidade pública), através da transferência de recursos aos Fundos Municipais de Assistência Social.	0.2.61		R\$ 1.199.898,00
002286 Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	- Transferir aos FMAS, a título de custeio e investimento, recursos para a gestão e oferta por parte de municípios e/ou entidades socioassistenciais, dos serviços de: Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, casa-lar e de passagem e residência inclusiva; Acolhimento em República, em Família Acolhedora e de Proteção e Abrigamento em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.	0.1.00	R\$ 7.027.020,00	R\$ 1.339.802,00
		0.2.61		R\$ 3.500.000,00
009459 Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	- Transferir aos FMAS, a título de custeio e invest., recursos p/ a gestão e oferta, por parte de municípios e/ou entidades socioassistenciais, dos serviços de: Proteção Social e Atendimento Especializado a: Famílias e Indivíduos; Abordagem Social; Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa-LA/PSC; Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, e Pessoas em Situação de Rua.	0.1.00	R\$ 7.868.965,00	R\$ 129.898,00
011657 Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica	- Transferir aos Fundos Municipais de Assistência Social, a título de custeio e investimento, recursos para gestão e oferta,	0.1.00	R\$ 9.204.000,00	R\$ 3.091.476,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
	por parte de municípios e entidades beneficentes, de serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.			
002138 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Monitorar e avaliar in loco os serviços de Média Complexidade.	0.1.00	R\$ 141.988,00	R\$ 00,00
011653 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Monitorar e avaliar in loco os serviços de Alta Complexidade.	0.1.00	R\$ 91.993,00	R\$ 00,00
002071 – Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família	Promover ações de capacitação e monitoramento para aperfeiçoamento do Cadastro Único -CadÚnico, para acesso adequado de famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, para fomento de ações intersetoriais de promoção social dessas famílias e para eficaz funcionamento do Controle Social.	0.2.25	R\$ 389.100,00	R\$ 359.969,00
002026 – Capacitação continuada dos atores da Política de Assistência Social	Elaborar e executar Plano Estadual de Capacitação Continuada e Educação Permanente para gestores, trabalhadores e conselheiros da Política de Assistência Social em SC, para apoiá-los no cumprimento de suas competências.	0.1.00	R\$ 1.026.100,00	R\$ 259.918,00
		0.2.25	R\$ 519.044,00	R\$ 850.000,00
		0.2.61		R\$ 599.949,00
002030 – Sistema de Informação Social, Monitoramento e	Implantar, implementar e manter Sistema Estadual de Avaliação e Monitoramento do	0.1.00	R\$ 220.000,00	R\$ 9.984,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
Avaliação - SIS	SUAS em ambiente web para gestão de repasses de recursos e avaliação dos impactos sociais nos municípios e estado compatível com o sistema nacional.			
002041 – Gestão dos Benefícios e Serviços de Proteção Social Básica	Monitorar e avaliar <i>in loco</i> a execução dos Benefícios e os serviços de Proteção Social Básica desenvolvidos nos municípios.	0.1.00	R\$ 200.000,00	R\$ 279.959,00
009508 – Pesquisa sobre Populações Vulnerabilizadas	Realizar pesquisas visando identificar o perfil e a localização das populações vulnerabilizadas em Santa Catarina, subsidiando o diagnóstico estadual para maior adequação e eficácia da política de assistência social	0.1.00	R\$ 249.979,00	R\$ 00,00
011668 – Controle Social da Política de Assistência Social	Viabilizar ações de controle social da Política de Assistência Social, incluindo participação de conselheiros em eventos nacionais e locais, reuniões ordinárias e extraordinárias, realização de visitas de acompanhamento e/ou assessoria aos conselhos municipais.	0.1.00	R\$ 151.187,00	R\$ 346.770,00
		0.2.25	R\$ 50.000,00	R\$ 10.078,00
012384 – Construção, Reforma e Ampliação de CRAS – SDR Gde Florianópolis	Emendas ALESC	0.1.00	100.000,00	R\$ 10.609,00
012190 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial – SDR Criciúma	Emenda ALESC	0.1.00	R\$ 100.000,00	R\$ 10.609,00
012483 – Programa Transferência de Renda Complementar – SANTA RENDA		0.1.00	R\$ 7.514.289,00	R\$ 5.000.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC)

Subação	Objetivo	Fonte de Recurso	Recurso Previsto	
			2014 (QDD)	2015 (PPA)
012393 – Gestão do Benefício da Lei nº 15.390/2010	Emenda deputados	0.1.00	R\$ 1.080.000,00	R\$ 00,00

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa 2014 e Plano Plurianual do Estado de Santa Catarina 2012-2015 - GEPLA/SST

Além dos recursos alocados no FEAS, serão utilizadas outras fontes para financiamento das ações constantes neste Plano. Assim sendo, a construção dos equipamentos CRAS, CREAS e Centros Dia estão contemplados no Pacto por Santa Catarina – Proteção Social, em que os recursos são provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme o Plano Plurianual desta Secretaria do ano de 2014, disponibilizado no site da SST, os recursos para a construção de CRAS, CREAS e Centros Dia para Idosos, estão contidos na Unidade Orçamentária 26096 – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, por meio das subações 012743, 012744 e 012741, respectivamente, somando o montante de R\$ 31.662.616,00 (trinta e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e seiscentos e dezesseis reais).

Além destas ações, a Unidade Orçamentária 26096 prevê o valor de R\$ 2.743.130,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e três mil e cento e trinta reais) para atender a subação 012740 que trata da aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de Assistência Social, sendo previsto o mesmo valor para a subação 012567 que também versa sobre a aquisição de mobiliário e equipamentos para as unidades de Assistência Social, na Unidade Orçamentária 26001, por meio da Fonte de Recurso 0.1.91 – BNDES. E, tendo como mesma Fonte de Recurso o BNDES, está prevista a subação 012615 que trata da ampliação do Centro Educacional São Gabriel, presumindo o valor de R\$ 619.000,00 (seiscentos e dezenove mil reais).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

A cobertura da rede prestadora de serviços presente neste Plano concentra-se nos equipamentos e serviços ofertados por meio da Política de Assistência Social, tanto pelo setor público quanto pelas entidades socioassistenciais não governamentais. Cabe ressaltar, que as informações referentes à Proteção Social Básica foram repassadas pela Gerência de Proteção Social Básica, com base em dados retirados do CadSUAS, aplicativo que compõe o sistema de informação do MDS - Rede SUAS, em 30 de janeiro de 2014.

No tocante à Proteção Social Especial de Média Complexidade, as informações foram transmitidas pela equipe da GEPES responsável pela Média Complexidade. Tais informações foram coletadas no CadSUAS, aplicativo da Rede SUAS. Sobre a Alta Complexidade, os dados foram fornecidos pela equipe da GEPES responsável pela Alta Complexidade. Tais dados foram mapeados por meio de contato com os municípios catarinenses realizado no início de 2013, sendo que em agosto do mesmo ano já houve a atualização de algumas informações.

As informações ora apresentadas contemplam o número de equipamentos existentes em cada Região e Macrorregião da Assistência Social no estado, bem como, o número de municípios que possuem tais equipamentos para oferta dos serviços socioassistenciais. No que se refere aos serviços de Alta Complexidade, foram elencados o número de serviços ofertados no estado, de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

acordo com os públicos prioritários da Política de Assistência Social, bem como, o número de municípios que disponibilizam tais serviços à população.

Sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), as informações foram obtidas pela Gerência de Gestão da Política de Assistência Social, por meio das Tabelas Sociais disponibilizadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Tais dados referem-se ao ano de 2013 e restringem-se ao quantitativo de municípios que ofertam SCFV às faixas etárias de crianças de 0 a 06 anos e/ou idosos e adolescentes de 15 a 17 anos, não contemplando, dessa forma, o quantitativo de SCFV existentes, visto que ainda não foi realizado o mapeamento desses serviços no estado. Após essas considerações, apresenta-se a seguir a cobertura da rede prestadora de serviços no estado.

8.1 Macrorregião 01

MACRORREGIÃO DO GRANDE OESTE

REGIÃO DO EXTREMO OESTE

31 Municípios

Rede Socioassistencial Pública	Rede Socioassistencial Não Governamental
---------------------------------------	---

CRAS: 32 CRAS em 31 Municípios

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Equipes Volantes: 00	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 27	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 06	-
CREAS: 05 CREAS em 05 Municípios	-
Centros POP: 00	-
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	
Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 03 Municípios	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:
Modalidade Casa Lar: 02 Casas Lares em 02 Municípios	Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 31 famílias em 08 Municípios	Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar
	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
REGIÃO OESTE	
26 Municípios	
Rede Socioassistencial Pública	
CRAS: 30 CRAS em 25 Municípios	Rede Socioassistencial Não Governamental
	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Equipes Volantes: 00	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 21	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 05	-
CREAS: 07 CREAS em 06 Municípios	-
Centros POP: 00	-
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 02 Municípios	Modalidade Abrigo Institucional: 00
Modalidade Casa Lar: 05 Casas Lares em 02 Municípios	Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 61 famílias em 16 Municípios	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos
Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo	Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua
Modalidade Casa de Passagem: 00	Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres	Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres
Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo	Modalidade Abrigo Institucional: 00
Serviço de Acolhimento em República: 01 República	Serviço de Acolhimento em República: 00
Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência	Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 01 família	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
REGIÃO XANXERÊ	
19 Municípios	
Rede Socioassistencial Pública	Rede Socioassistencial Não Governamental
CRAS: 21 CRAS em 19 Municípios	-
Equipes Volantes: 01	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 17	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 07	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS: 05 CREAS em 05 Municípios

-

Centros POP: 00

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 05 Abrigos em 05 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 41 famílias em 07 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014

8.2 Macrorregião 02

MACRORREGIÃO DO MEIO OESTE

REGIÃO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

18 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 19 CRAS em 18 Municípios

Equipes Volantes: 00

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 14

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 01

CREAS: 03 CREAS em 03 Municípios

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Centros POP: 00

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 04 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa Lar: 02 Casas Lares em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 03 famílias em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

REGIÃO MEIO OESTE

17 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

Rede Socioassistencial Não Governamental

CRAS: 16 CRAS em 17 Municípios

-

Equipes Volantes: 00

-

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 11 -

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 00 -

CREAS: 05 CREAS em 05 Municípios -

Centros POP: 00 -

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

20 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

Rede Socioassistencial Não Governamental

CRAS: 19 CRAS em 20 Municípios -

Equipes Volantes: 02 Equipes em 02 Municípios -

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 18

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 04

CREAS: 05 CREAS em 05 Municípios

-

Centros POP: 00

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 03 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 03 Casas Lares em 03 Municípios

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 02 famílias em 01 Município

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 06 famílias em 01 Município

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Casa de Passagem: 02 Casas de Passagem em 02 Municípios

Modalidade Casa de Passagem: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014

8.3 Macrorregião 03

MACRORREGIÃO DO PLANALTO NORTE

REGIÃO DO PLANALTO NORTE

14 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 17 CRAS em 14 Municípios

Equipes Volantes: 03 Equipes em 03 Municípios

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 07

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 04

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS: 06 CREAS em 06 Municípios

-

Centros POP: 00

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 03 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 17 famílias em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Modalidade Casa de Passagem: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014

8.4 Macrorregião 04

MACRORREGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ/NORDESTE

REGIÃO NORDESTE

13 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

Rede Socioassistencial Não Governamental

CRAS: 26 CRAS em 13 Municípios

-

Equipes Volantes: 00

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 08	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 01	-
CREAS: 10 CREAS em 07 Municípios	-
Centros POP: 01	-
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Modalidade Abrigo Institucional: 06 Abrigos em 06 Municípios	Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios
Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar	Modalidade Casa Lar: 04 Casas Lares em 01 Município
Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem	Modalidade Casa de Passagem: 00
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 13 famílias em 02 Municípios	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos
Modalidade Abrigo Institucional: 00	Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 02 Municípios
Modalidade Casa Lar: 00	Modalidade Casa Lar: 00
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Abrigo Institucional: 00	Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 01 Município
Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem	Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem
Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres	
Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo	Modalidade Abrigo Institucional: 00

REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

12 Municípios

Rede Socioassistencial Pública	Rede Socioassistencial Não Governamental
CRAS: 19 CRAS em 12 Municípios	-
Equipes Volantes: 00	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 06	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 02	-
CREAS: 09 CREAS em 09 Municípios	-
Centros POP: 00	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 09 Abrigos em 07 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 07 Abrigos em 03 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 07 famílias em 01 Município

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 02 Casas de Passagem em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento em República: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em República: 01 República

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Residência Inclusiva: 00

Modalidade Residência Inclusiva: 01 Residência

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014

8.5 Macrorregião 05

MACRORREGIÃO DO VALE ITAJAÍ

REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

13 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

Rede Socioassistencial Não Governamental

CRAS: 17 CRAS em 13 Municípios

-

Equipes Volantes: 00

-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 05	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 01	-
CREAS: 06 CREAS em 06 Municípios	-
Centros POP: 01	-
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 01 Município	Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios
Modalidade Casa Lar: 00	Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar
Modalidade Casa de Passagem: 00	Modalidade Casa de Passagem: 00
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 11 famílias em 01 Município	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos
Modalidade Abrigo Institucional: 00	Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 02 Municípios
Modalidade Casa Lar: 00	Modalidade Casa Lar: 00
<hr/>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios	Modalidade Abrigo Institucional: 00
Modalidade Casa de Passagem: 00	Modalidade Casa de Passagem: 00
Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres	
Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo	Modalidade Abrigo Institucional: 00
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência	
Modalidade Abrigo Institucional: 00	Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 01 Município
Modalidade Residência Inclusiva: 00	Modalidade Residência Inclusiva: 01 Residência
REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	
29 Municípios	
Rede Socioassistencial Pública	
CRAS: 30 CRAS em 29 Municípios	-
Equipes Volantes: 00	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 20 -

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 03 -

CREAS: 03 CREAS em 03 Municípios -

Centros POP: 01 -

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 06 famílias em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 03 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa Lar: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em República: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Residência Inclusiva: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em República: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Residência Inclusiva: 00

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014

8.6 Macrorregião 06

MACRORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

20 Municípios



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rede Socioassistencial Pública	Rede Socioassistencial Não Governamental
CRAS: 27 CRAS em 20 Municípios	-
Equipes Volantes: 00	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-
Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 07	-
Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 01	-
CREAS: 08 CREAS em 07 Municípios	-
Centros POP: 02 Centros POP em 02 Municípios	-
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Modalidade Abrigo Institucional: 05 Abrigos em 03 Municípios	Modalidade Abrigo Institucional: 13 Abrigos em 03 Municípios
Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar	Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar
Modalidade Casa de Passagem: 00	Modalidade Casa de Passagem: 00
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 14 famílias em 02 Municípios	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00
Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos
Modalidade Abrigo Institucional: 00	Modalidade Abrigo Institucional: 07 Abrigos em 06 Municípios



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 03 Municípios

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem:

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 01 Município

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.7 Macrorregião 07

MACRORREGIÃO DA SERRA CATARINENSE

REGIÃO DA SERRA CATARINENSE

18 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 21 CRAS em 18 Municípios

Equipes Volantes: 03 Equipes em 03 Municípios

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 13

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 01

CREAS: 03 CREAS em 03 Municípios

Centros POP: 00

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-

-

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 02 Municípios



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 02 famílias em 01 Município

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 01 Município

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.8 Macrorregião 08

MACRORREGIÃO DO SUL

REGIÃO DE LAGUNA

18 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 20 CRAS em 18 Municípios

Equipes Volantes: 00

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 12

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 02

CREAS: 05 CREAS em 05 Municípios

Centros POP: 01

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-

-

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 04 Abrigos em 04 Municípios

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Casa Lar: 01 Casa Lar

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 21 famílias em 05 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGIÃO CARBONÍFERA

12 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 16 CRAS em 12 Municípios

Equipes Volantes: 00

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 05

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 02

CREAS: 06 CREAS em 06 Municípios

Centros POP: 01

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-

-

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 10 famílias em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 02 Abrigos em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 01 Casa de Passagem

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 01 Abrigo

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Abrigo Institucional: 00

REGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15 Municípios

Rede Socioassistencial Pública

CRAS: 15 CRAS em 15 Municípios

Equipes Volantes: 00

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Municípios que ofertam para Crianças de 0 a 06 anos e/ou Idosos: 07

Municípios que ofertam para Adolescentes de 15 a 17 anos: 00

CREAS: 02 CREAS em 02 Municípios

Centros POP: 00

Rede Socioassistencial Não Governamental

-

-

-

-

-

-

-

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa Lar: 00 Casa Lar

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 01 Município

Modalidade Casa Lar: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: 00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Modalidade Abrigo Institucional: 03 Abrigos em 02 Municípios

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Modalidade Casa de Passagem: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência

Modalidade Abrigo Institucional: 00

Fonte: GEPSB, GEPES, GEPAS/DIAS/SST, 2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

9 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são instrumentos estratégicos para a execução do Plano de Assistência Social, pois possibilitam a obtenção de informações sobre a implementação das ações planejadas, identificando as dificuldades encontradas e os resultados alcançados, proporcionando ao gestor o contínuo ajuste e aperfeiçoamento, assim como, a construção de métodos efetivos de intervenção. Constituem um imperativo ético, apontando quão criteriosa e transparente é a aplicação de recursos pelo plano e o padrão de qualidade da execução das ações planejadas, corroborando, também, para o exercício do controle social pela sociedade. (MDS, 2008).

O processo de monitoramento organiza o acompanhamento regular das atividades dentro de seus respectivos objetivos, prazos e custos (ARMANI, 2008). Sua função está em produzir informações e dados para analisar eventuais desvios, assim como decisões de revisão do plano. Estas informações são coletadas através da observação regular e sistemática do desenvolvimento das atividades, do uso de recursos, dos resultados, comparando-os com o planejamento inicial (MARTINS *et al*, 2012).

Prevêem-se, pelo menos, quatro etapas para o monitoramento (VAITSMAN, 2009):

- 1) a coleta regular de dados;
- 2) o processamento e a transmissão dos dados;
- 3) a produção de indicadores com base nos dados;
- 4) o acompanhamento e a análise dos indicadores.

No que diz respeito à avaliação, esta tem o papel de analisar criticamente o plano, segundo seus objetivos, usando como base as informações produzidas durante o processo de monitoramento. Seu objetivo é melhorar a qualidade dos processos de implementação ou verificar seus resultados, dando também subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras.

Monitorar e avaliar um plano implica em:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Conhecer e descrever: dedicar-se a descrever e analisar algum fenômeno/aspecto do plano;
- Julgar: criar condições para construir um posicionamento frente ao fenômeno/aspecto em questão, a partir de critérios explícitos;
- Aprender e tomar decisões: criar condições, tanto no decorrer do processo quanto ao término de um ciclo do plano, de nos relacionarmos de maneira diferente com ele e de reorientá-lo, mudá-lo ou melhorá-lo.

Avaliação e monitoramento são métodos analíticos articulados. A diferença entre monitorar e avaliar está nos momentos em que um e outro se realizam, do tipo de informação que geram e do escopo que cada um dos processos abrange.

Enquanto o monitoramento ocorre durante a implantação do projeto, processos avaliativos ocorrem em momentos determinados, seja ao fim de um ciclo de realização de um projeto, seja após um período predeterminado de tempo. Dessa forma, o monitoramento está relacionado àquelas informações necessárias para o bom andamento do plano e a avaliação se volta para informações e questões mais abrangentes podendo ser formativa (sendo elaborada ao mesmo tempo em que ocorre a implementação das ações planejadas, com a intenção de melhorar a estratégia ou a forma do funcionamento de um plano) ou ser somativa (aferindo aspectos de ensinamentos para um plano já finalizado).

Certamente, um processo subsidia o outro: avaliações se utilizam de informações geradas durante o monitoramento e este, por sua vez, se orienta por questões e aprendizagens trazidas de avaliações já realizadas.

Esses processos podem ocorrer de maneira tácita (implícita, inerente ao processo de trabalho e não explicitada) ou de maneira explícita (a partir de critérios e ferramentas preestabelecidas, com rotinas e procedimentos formalizados), como realizado neste plano por meio das Matrizes de Monitoramento que constam nos Apêndices 18 a 24.

Explicitar o que vai ser monitorado e avaliado pode ajudar a criar acordos sobre expectativas com relação ao monitoramento e à avaliação e criar rotinas sistemáticas para a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

produção de registros e informações. Além disso, o diálogo em torno do estabelecimento do foco e dos procedimentos e rotinas para monitorar e avaliar pode ajudar a clarear o próprio planejamento.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2012), os indicadores de monitoramento e avaliação compõem a estrutura do Plano de Assistência Social. Ademais, a NOB/SUAS ainda dispõe como responsabilidade comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: definir, em seu nível de competência, os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social.

Durante o processo de monitoramento do Plano Estadual de Assistência Social - PEAS serão utilizados diferentes tipos de indicadores que possibilitarão monitorar os recursos humanos, físicos e financeiros planejados. Os indicadores são parâmetros previamente definidos, a serem verificados na avaliação do plano.

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado. (FERREIRA, CASSIOLATO E GONZALEZ, 2009, p. 24).

Os indicadores qualitativos expressam variáveis/dimensões que não podem ser reduzidas a números, como autoestima, confiança, liderança, valores. Já os indicadores quantitativos expressam variações quantificadas em números, como percentuais, taxas, volume de recursos, número de pessoas atendidas (ZAPELINI, 2013).

De acordo com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, alguns requisitos devem ser preenchidos pelos indicadores utilizados durante o processo de monitoramento e avaliação, são eles:

- **Validade:** capacidade de representar, de forma mais próxima possível, a realidade que se pretende medir e modificar;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Confiabilidade:** devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação;
- **Simplicidade:** indicadores devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação, e entendimento pelo público geral;
- **Sensibilidade:** capacidade que um indicador possui de refletir as mudanças decorrentes das intervenções realizadas;
- **Desagregabilidade:** capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas;
- **Economicidade:** obtenção do indicador a um custo razoável;
- **Estabilidade:** capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações;
- **Mensurabilidade:** passível de aferição periódica;
- **Auditabilidade:** qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores (obtenção, tratamento, formatação, difusão, interpretação). (BRASIL, 2010, p. 25)

Os indicadores, ainda podem ser (NOB/SUAS, 2012, p. 45):

- **De estrutura ou insumos:** correspondem à qualificação e à mensuração do conjunto de recursos (humanos, materiais, institucionais, econômico-financeiros, científicos, tecnológicos etc.) necessários à implementação das iniciativas que compõem um plano, e sua efetiva utilização no processo de execução.
- **De processos ou atividades:** são indicadores intermediários, que traduzem o esforço operacional de alocação e organização dos recursos para obtenção de bens e serviços (produtos) a serem disponibilizados.
- **De produtos ou resultados:** buscam dimensionar o impacto das ações na realidade social, estando, portanto, relacionados aos objetivos finais do plano. Visam a mensurar o efeito do plano, ou seja, seu resultado efetivo.

Destarte, percebe-se que os indicadores são instrumentos que permitem um melhor direcionamento às ações planejadas, possibilitando um alcance mais assertivo quanto aos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

objetivos do plano. Eles auxiliam na medição da eficiência (menor custo e maior benefício proporcionado), eficácia (avalia o quanto é adequada a relação estabelecida entre meios e fins no desenvolvimento do plano, ou seja, a adequação da forma de execução, frente aos seus objetivos) e efetividade (o impacto causado, ou seja, os efeitos dos resultados da ação, avalia o quanto o plano foi capaz de produzir mudanças significativas e duradouras no público alvo atingido) do plano.

Para o PEAS foi pensada uma Matriz de Monitoramento para cada gerência/setor da Diretoria de Assistência Social – DIAS, constando: objetivos (aquilo que se pretende verificar/monitorar) e para cada objetivo o levantamento de indicadores, fontes de informação, período do monitoramento e seu propósito avaliativo (formativo e/ou somativo). Atenta-se ao fato de que alguns indicadores explicitados na matriz de monitoramento não são a tradução exata do que seja um indicador, tratam-se de parâmetros para construção de indicadores. Com base nos dados levantados durante o processo de monitoramento, dar-se-á prosseguimento à avaliação, através de um relatório anual, realizado no período entre Janeiro a Março, durante a vigência do plano.

Frente ao apresentado, nota-se a relevância do processo de monitoramento e avaliação do PEAS. Por se tratar de um documento essencial para a estruturação do SUAS em Santa Catarina, o PEAS representa uma oportunidade de fortalecimento da Política de Assistência Social no Estado, sendo que, a partir da avaliação, com base em um monitoramento bem estruturado, é possível obter o aprimoramento das formas de intervenção, contribuindo para o planejamento futuro, garantindo, assim, a continuidade de ações bem sucedidas e a correção daquelas que se fizerem necessárias para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social. Desta forma, é importante que o monitoramento e avaliação sejam tratados como instrumentais estratégicos de gestão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. Monitorando & Avaliando Mudanças. Ver. Eletrônica Portas, v.2, p. 10-17, jun. 2008.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Texto para Discussão nº 1227: Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro, out 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 12 fev 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Texto para Discussão nº 1414: Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro, set 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 12 fev 2014.

BRASIL. CapacitaSuas Volume 3. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1ª edição – Brasília: MDS, 2008, p. 63-69.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. IX Conferência Nacional de Assistência Social. **Informe 05/2013 – Ementas Comentadas – Eixos da IX Conferência Nacional de Assistência Social**. CNAS: Brasília, 2013.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 – **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília/DF: 2012.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 – **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília/DF: 2007.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília/DF: 2009.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: Conanda, 2006.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/#>. Acesso em 07 jan 2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>. Acesso em 28 jan 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 30 jan 2014.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Brasília/DF, 1993.

MARTINS, Maria Lucimar Pereira; PAULILO, Maria Angela Silveira; RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; SCHIBELSKY, Simoni Michele Oliveira. **Avaliação e Monitoramento nas Políticas Sociais**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_lucimar.htm>. Acesso em 10 de abril de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Base de Dados do Censo SUAS 2012**. Disponível em CD-Room. Brasília: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF – 2011. p. 15.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de Informação Social**. Tabelas Sociais. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=88. Acesso em 05 fev 2014

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais. **Manual do Entrevistador**. 3ª Edição. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/manual-do-entrevistador.pdf/view>. Acesso em 14 fev 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Cadastro Único para Programas Sociais. **Formulário Principal de Cadastramento**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/cadunico-formularios>. Acesso em 14 fev 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos- SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico** - Brasília: MP, 2010.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. p. 06.

_____. **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Propostas extraídas da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência /Fórum Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conferencia/santa-catarina>. Acesso em 29 jan 2014.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=4>. Acesso em 30 jan 2014.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Painéis de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola**. Disponível em: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1>. Acesso em 24 jan 2014.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema de Informação para Infância e Adolescência – Módulo para Conselhos Tutelares – SIPIA CT**. Disponível em: <http://www.sipia.gov.br>. Acesso em 03 fev 2014.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS: O MODELO LÓGICO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO**. IPEA, Brasília, 2009.

FURTADO, Bernardo Alves. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Texto para Discussão nº 1835: Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010) – Resultados**. Rio de Janeiro, mai 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 12 fev 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual do Idoso. **Relatório Final da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa idosa de Santa Catarina**. Compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cei/arquivos/Relatorio_Final_versao_CNDI.pdf. Acesso em 28 jan 2014.

_____. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Diretoria de Assistência Social. **Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual no âmbito do SUAS - 2012/2015**. SST/DIAS: 2011.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

_____. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Diretoria de Trabalho e Emprego. Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho. **Informativo Mensal de Emprego nº 01/2014 – Mês de Referência: dezembro de 2013**. SST/SINE: 2014.

_____. Sítio Eletrônico da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Quadro de Detalhamento de Despesa – Ano Base 2014**. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/?id=366>. Acesso em 03 mar 2014.

_____. Sítio Eletrônico da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Plano Plurianual – PPA 2012/2015**. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/?id=366>. Acesso em 03 mar 2014.

SÃO PAULO. Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). **Comunidades Indígenas/Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.cpis.org.br>. Acesso em 13 dez 2013.

VAITSMAN, Jeni. **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS: PRINCIPAIS DESAFIOS**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009 – p. 157 – 169.

VERONESE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 1(1), p.29-46, 2009.

ZAPELINI, Marcello. Material *Power Point* para a disciplina de Administração Pública 8º T. ESAG, 2013.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 01

<u>MACRORREGIÕES</u> <u>/ REGIÕES</u>	<u>Resultado CRAS</u>				<u>Resultado CREAS</u>				<u>Resultado Gestão</u>					<u>Resultado Cadúnico</u>					<u>Índice</u> <u>Assistência</u> <u>Social</u>	
	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E		VF
Macrorregião Grande Oeste	0,732	0,752	0,904	0,54	0,726	0,692	0,901	0,585	0,793	0,831	0,683	0,708	0,951	0,596	0,399	0,478	0,883	0,502	0,721	0,712
Extremo Oeste	0,743	0,733	0,951	0,545	0,703	0,714	0,95	0,446	0,789	0,778	0,685	0,774	0,919	0,587	0,384	0,446	0,877	0,513	0,717	0,706
Oeste	0,695	0,722	0,855	0,507	0,714	0,678	0,854	0,611	0,78	0,863	0,682	0,615	0,961	0,601	0,395	0,487	0,894	0,505	0,728	0,698
Xanxerê	0,759	0,801	0,907	0,568	0,762	0,686	0,9	0,7	0,811	0,852	0,684	0,736	0,973	0,601	0,418	0,503	0,878	0,489	0,719	0,733



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Meio Oeste	0,663	0,679	0,814	0,497	0,701	0,702	0,863	0,54	0,691	0,69	0,63	0,595	0,85	0,621	0,4	0,568	0,944	0,48	0,714		0,669
Alto Uruguai Catarinense	0,746	0,802	0,916	0,52	0,744	0,761	0,916	0,555	0,698	0,636	0,63	0,666	0,861	0,616	0,407	0,505	0,966	0,479	0,725		0,701
Meio Oeste	0,621	0,598	0,764	0,501	0,674	0,657	0,8	0,566	0,676	0,73	0,74	0,47	0,764	0,622	0,402	0,571	0,946	0,478	0,714		0,648
Alto Vale do Rio do Peixe	0,624	0,639	0,762	0,472	0,688	0,69	0,875	0,5	0,7	0,706	0,521	0,65	0,925	0,626	0,392	0,63	0,921	0,484	0,703		0,660

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Planalto Norte	0,661	0,714	0,75	0,519	0,637	0,595	0,791	0,527	0,83	0,841	0,696	0,785	1	0,612	0,386	0,547	0,95	0,476	0,703		0,685
Planalto Norte	0,661	0,714	0,75	0,519	0,637	0,595	0,791	0,527	0,83	0,841	0,696	0,785	1	0,612	0,386	0,547	0,95	0,476	0,703		0,685



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Foz Rio Itajaí / Nordeste	0,716	0,779	0,891	0,48	0,737	0,703	0,834	0,676	0,783	0,698	0,666	0,807	0,961	0,673	0,451	0,723	0,979	0,518	0,697		0,727
Nordeste	0,713	0,771	0,905	0,463	0,698	0,66	0,781	0,655	0,764	0,675	0,653	0,769	0,961	0,658	0,423	0,667	0,981	0,515	0,704		0,708
Foz do Rio Itajaí	0,721	0,788	0,878	0,497	0,779	0,746	0,888	0,703	0,802	0,722	0,68	0,846	0,961	0,689	0,479	0,779	0,978	0,521	0,691		0,748

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Vale do Itajaí	0,548	0,567	0,682	0,397	0,718	0,728	0,816	0,61	0,685	0,662	0,654	0,544	0,883	0,63	0,428	0,567	0,956	0,501	0,702		0,645
Médio Vale do Itajaí	0,436	0,46	0,538	0,311	0,736	0,742	0,8	0,666	0,698	0,703	0,628	0,538	0,923	0,655	0,439	0,672	0,971	0,493	0,703		0,631
Alto Vale do Itajaí	0,661	0,675	0,827	0,483	0,7	0,714	0,833	0,555	0,674	0,621	0,681	0,551	0,844	0,606	0,417	0,463	0,942	0,509	0,702		0,660



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Grande Florianópolis	0,422	0,435	0,535	0,297	0,781	0,755	0,857	0,731	0,696	0,672	0,613	0,7	0,8	0,619	0,448	0,564	0,865	0,495	0,727		0,630
Grande Fpolis	0,422	0,435	0,535	0,297	0,781	0,755	0,857	0,731	0,696	0,672	0,613	0,7	0,8	0,619	0,448	0,564	0,865	0,495	0,727		0,630

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Serra Catarinense	0,601	0,628	0,73	0,447	0,746	0,678	0,937	0,625	0,697	0,641	0,648	0,722	0,777	0,609	0,361	0,559	0,931	0,482	0,715		0,663
Serra Catarinense	0,601	0,628	0,73	0,447	0,746	0,678	0,937	0,625	0,697	0,641	0,648	0,722	0,777	0,609	0,361	0,559	0,931	0,482	0,715		0,663



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Índice CRAS	EF	ES	RH	Índice CREAS	EF	ES	RH	Índice Gestão	GF	C	OAT	IP	Índice Cadúnico	D	SB	T	E	VF		
Macrorregião Sul	0,734	0,746	0,898	0,558	0,701	0,666	0,817	0,62	0,752	0,787	0,67	0,666	0,887	0,641	0,44	0,625	0,926	0,489	0,727		0,707
Extremo Sul Catarinense	0,757	0,762	0,933	0,576	0,724	0,714	0,875	0,583	0,734	0,793	0,711	0,533	0,9	0,611	0,437	0,531	0,891	0,477	0,721		0,707
Carbonífera	0,675	0,686	0,818	0,523	0,609	0,571	0,678	0,579	0,793	0,818	0,628	0,818	0,909	0,679	0,458	0,773	0,932	0,509	0,724		0,689
Laguna	0,77	0,791	0,943	0,577	0,771	0,714	0,9	0,7	0,73	0,752	0,672	0,647	0,852	0,634	0,425	0,571	0,957	0,483	0,736		0,726

Legenda: E F: Estrutura Física; E S: Execução de Serviço; R H: Recursos Humanos; G F: Gestão Financeira; C: Conselho; O A T: Orientação e Apoio Técnico; I P: Inclusão Produtiva; D: Domicílio; S B: Saneamento Básico; T: Trabalho; E: Escolaridade; V F: Vulnerabilidade Familiar

	Maior índice
	Menor índice



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 02

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Grande Oeste
Região:	Extremo Oeste
Quantidade de municípios:	31
Pequeno Porte I (qtde):	29
Pequeno Porte II (qtde):	2
Médio Porte (qtde):	0
Grande Porte (qtde):	0
População:	240.254
Extensão territorial (Km²)	5.739,84
Densidade demográfica (hab/km²):	41,9
Posição no Estado:	10 ^º
Índice de Assistência Social:	0,706
Posição no Estado:	6 ^º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Menor Índice do Estado na Dimensão Cadúnico
Índice Dimensão Gestão:	0,789
Posição no Estado:	5 ^º
Destaque:	-
Inicial (qtde):	0
Básica (qtde):	30
Plena (qtde):	1
Índice Dimensão CRAS:	0,743
Posição no Estado:	5 ^º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Execução de Serviço
Equipamento (qtde):	31
Índice Dimensão CREAS:	0,703
Posição no Estado:	10 ^º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente Recursos Humanos
Quantidade:	5
Índice Dimensão Cadúnico:	0,587
Posição no Estado:	15 ^º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente Saneamento Básico
Quantidade de famílias:	18.965
Percentual Cadastrados/População:	28,4 %



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 03

Fichas Técnicas	
	
Macrorregião:	Grande Oeste
Região:	Oeste
Quantidade de municípios:	26
Pequeno Porte I:	25
Pequeno Porte II:	0
Médio Porte:	0
Grande Porte:	1
População:	334.101
Extensão territorial (Km²)	4.056,52
Densidade demográfica (hab/km²):	82,4
Posição no Estado:	7º
Índice Assistência Social:	0,698
Posição no Estado:	8º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,78
Posição no Estado:	6º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Gestão Financeira
Inicial:	1
Básica:	23
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,695
Posição no Estado:	8º
Destaque:	-
Quantidade:	30
Índice Dimensão CREAS:	0,714
Posição no Estado:	9º
Destaque:	-
Quantidade:	7
Índice Dimensão Cadúnico:	0,601
Posição no Estado:	14º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	25.311
Percentual Cadastrados/População:	26,4 %



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 04

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Grande Oeste
Região:	Xanxerê
Quantidade de municípios:	19
Pequeno Porte I:	16
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	0
Grande Porte:	0
População:	178.762
Extensão territorial (Km²)	5.319,80
Densidade demográfica (hab/km²):	33,6
Posição no Estado:	13 ^º
Índice Assistência Social:	0,733
Posição no Estado:	2 ^º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Maior Índice do Estado na Dimensão Gestão
Índice Dimensão Gestão:	0,811
Posição no Estado:	2 ^º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	17
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,759
Posição no Estado:	2 ^º
Destaque:	-
Quantidade:	21
Índice Dimensão CREAS:	0,762
Posição no Estado:	4 ^º
Destaque:	-
Quantidade:	5
Índice Dimensão Cadúnico:	0,601
Posição no Estado:	14 ^º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	18.742
Percentual Cadastrados/População:	37,0%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 05

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Meio Oeste
Região:	Alto Uruguai Catarinense
Quantidade de municípios:	18
Pequeno Porte I:	16
Pequeno Porte II:	1
Médio Porte:	1
Grande Porte:	0
População:	173.249
Extensão territorial (Km²)	3.657,63
Densidade demográfica (hab/km²):	47,4
Posição no Estado:	9º
Índice Assistência Social:	0,701
Posição no Estado:	7º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,698
Posição no Estado:	11º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	17
Plena:	1
Índice Dimensão CRAS:	0,746
Posição no Estado:	4º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Estrutura Física
Quantidade:	19
Índice Dimensão CREAS:	0,744
Posição no Estado:	6º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Estrutura Física
Quantidade:	3
Índice Dimensão Cadúnico:	0,616
Posição no Estado:	9º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente Escolaridade
Quantidade de famílias:	11.095
Percentual Cadastrados/População:	23,0%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 06

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Meio Oeste
Região:	Meio Oeste
Quantidade de municípios:	17
Pequeno Porte I:	14
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	0
Grande Porte:	0
População:	149.899
Extensão territorial (Km²)	6.747,89
Densidade demográfica (hab/km²):	22,2
Posição no Estado:	15º
Índice Assistência Social:	0,648
Posição no Estado:	13º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,676
Posição no Estado:	14º
Destaque:	Menores Índices do Estado no Componentes Conselho, Orientação e Apoio Técnico e Inclusão Produtiva
Inicial:	3
Básica:	14
Plena:	0
Índice Dimensão CRAS:	0,621
Posição no Estado:	12º
Destaque:	-
Quantidade:	16
Índice Dimensão CREAS:	0,674
Posição no Estado:	14º
Destaque:	-
Quantidade:	5
Índice Dimensão Cadúnico:	0,622
Posição no Estado:	7º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	13.061
Percentual Cadastrados/População:	31,4%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 07

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Meio Oeste
Região:	Alto Vale do Rio do Peixe
Quantidade de municípios:	20
Pequeno Porte I:	16
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	1
Grande Porte:	0
População:	283.722
Extensão territorial (Km²):	8.779,74
Densidade demográfica (hab/km²):	32,3
Posição no Estado:	14 ^º
Índice Assistência Social:	0,660
Posição no Estado:	12 ^º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,7
Posição no Estado:	10 ^º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Conselho
Inicial:	0
Básica:	20
Plena:	0
Índice Dimensão CRAS:	0,624
Posição no Estado:	11 ^º
Destaque:	-
Quantidade:	20
Índice Dimensão CREAS:	0,688
Posição no Estado:	13 ^º
Destaque:	-
Quantidade:	6
Índice Dimensão Cadúnico:	0,626
Posição no Estado:	6 ^º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	24.635
Percentual Cadastrados/População:	31,8%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 08

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Planalto Norte
Região:	Planalto Norte
Quantidade de municípios:	14
Pequeno Porte I:	8
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	3
Grande Porte:	0
População:	360.349
Extensão territorial (Km²)	10.438,48
Densidade demográfica (hab/km²):	34,5
Posição no Estado:	12º
Índice Assistência Social:	0,685
Posição no Estado:	10º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,83
Posição no Estado:	1º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Inclusão Produtiva
Inicial:	1
Básica:	10
Plena:	3
Índice Dimensão CRAS:	0,661
Posição no Estado:	10º
Destaque:	-
Quantidade:	17
Índice Dimensão CREAS:	0,637
Posição no Estado:	15º
Destaque:	-
Quantidade:	6
Índice Dimensão Cadúnico:	0,612
Posição no Estado:	10º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	27.603
Percentual Cadastrados/População:	31,2%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 09

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Foz do Rio Itajaí/Nordeste
Região:	Nordeste
Quantidade de municípios:	13
Pequeno Porte I:	7
Pequeno Porte II:	4
Médio Porte:	0
Grande Porte:	2
População:	894.286
Extensão territorial (Km²)	4.901,20
Densidade demográfica (hab/km²):	182,5
Posição no Estado:	2º
Índice Assistência Social:	0,708
Posição no Estado:	4º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,764
Posição no Estado:	7º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	10
Plena:	3
Índice Dimensão CRAS:	0,713
Posição no Estado:	7º
Destaque:	-
Quantidade:	24
Índice Dimensão CREAS:	0,698
Posição no Estado:	12º
Destaque:	-
Quantidade:	9
Índice Dimensão Cadúnico:	0,658
Posição no Estado:	3º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Trabalho e Remuneração
Quantidade de famílias:	35.588
Percentual Cadastrados/População:	13,3%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 10

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Foz do Rio Itajaí/Nordeste
Região:	Foz do Rio Itajaí
Quantidade de municípios:	12
Pequeno Porte I:	5
Pequeno Porte II:	2
Médio Porte:	3
Grande Porte:	2
População:	639.674
Extensão territorial (Km²):	1.903,94
Densidade demográfica (hab/km²):	336,0
Posição no Estado:	1º
Índice Assistência Social:	0,748
Posição no Estado:	1º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Maiores Índices do Estado de Assistência Social e na Dimensão Cadúnico
Índice Dimensão Gestão:	0,802
Posição no Estado:	3º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Orientação e Apoio Técnico
Inicial:	0
Básica:	10
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,721
Posição no Estado:	6º
Destaque:	-
Quantidade:	19
Índice Dimensão CREAS:	0,779
Posição no Estado:	2º
Destaque:	-
Quantidade:	9
Índice Dimensão Cadúnico:	0,689
Posição no Estado:	1º
Destaque:	Maiores Índices do Estado nos Componentes Saneamento Básico, Domicílio e Escolaridade; Menor Índice do Estado no Componente Vulnerabilidade Familiar
Quantidade de famílias:	23.563
Percentual Cadastrados/População:	13,9%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 11

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Vale do Itajaí
Região:	Alto Vale do Itajaí
Quantidade de municípios:	29
Pequeno Porte I:	27
Pequeno Porte II:	1
Médio Porte:	1
Grande Porte:	0
População:	276.788
Extensão territorial (Km²)	7.812,42
Densidade demográfica (hab/km²):	35,4
Posição no Estado:	11º
Índice Assistência Social:	0,660
Posição no Estado:	12º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Menor Índice do Estado na Dimensão Gestão
Índice Dimensão Gestão:	0,674
Posição no Estado:	15º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente Gestão Financeira
Inicial:	0
Básica:	28
Plena:	1
Índice Dimensão CRAS:	0,661
Posição no Estado:	10º
Destaque:	-
Quantidade:	30
Índice Dimensão CREAS:	0,7
Posição no Estado:	11º
Destaque:	-
Quantidade:	3
Índice Dimensão Cadúnico:	0,606
Posição no Estado:	13º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	14.397
Percentual Cadastrados/População:	21,1%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 12

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Vale do Itajaí
Região:	Médio Vale
Quantidade de municípios:	13
Pequeno Porte I:	8
Pequeno Porte II:	2
Médio Porte:	1
Grande Porte:	2
População:	626.451
Extensão territorial (Km²)	4.097,19
Densidade demográfica (hab/km²):	152,9
Posição no Estado:	4º
Índice Assistência Social:	0,631
Posição no Estado:	14º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	CRAS
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,698
Posição no Estado:	11º
Destaque:	-
Inicial:	5
Básica:	6
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,436
Posição no Estado:	14º
Destaque:	-
Quantidade:	16
Índice Dimensão CREAS:	0,736
Posição no Estado:	7º
Destaque:	-
Quantidade:	5
Índice Dimensão Cadúnico:	0,655
Posição no Estado:	4º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	17.595
Percentual Cadastrados/População:	10,0%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 13

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Grande Florianópolis
Região:	Grande Florianópolis
Quantidade de municípios:	20
Pequeno Porte I:	14
Pequeno Porte II:	2
Médio Porte:	1
Grande Porte:	3
População:	1.029,025
Extensão territorial (Km²):	6.446,75
Densidade demográfica (hab/km²):	159,6
Posição no Estado:	3º
Índice Assistência Social:	0,630
Posição no Estado:	15º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	CRAS
Destaque:	Maior Índice do Estado na Dimensão CREAS; Menores Índices do Estado de Assistência Social e na Dimensão CRAS
Índice Dimensão Gestão:	0,696
Posição no Estado:	13º
Destaque:	-
Inicial:	4
Básica:	14
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,422
Posição no Estado:	15º
Destaque:	Menores Índices do Estado nos Componentes Estrutura Física, Execução de Serviços e Recursos Humanos
Quantidade:	30
Índice Dimensão CREAS:	0,781
Posição no Estado:	1º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Recursos Humanos
Quantidade:	8
Índice Dimensão Cadúnic:	0,619
Posição no Estado:	8º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente trabalho e remuneração
Quantidade de famílias:	41.042
Percentual Cadastrados/População:	14,6%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

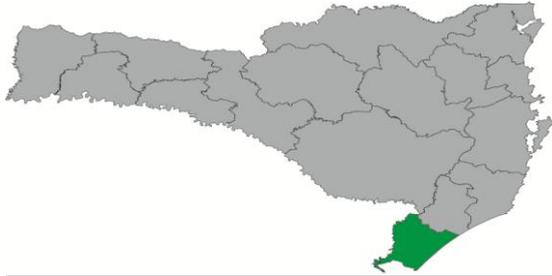
APÊNDICE 14

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Serra Catarinense
Região:	Serra Catarinense
Quantidade de municípios:	18
Pequeno Porte I:	16
Pequeno Porte II:	1
Médio Porte:	0
Grande Porte:	1
População:	287.209
Extensão territorial (Km²)	16.231,28
Densidade demográfica (hab/km²):	17,1
Posição no Estado:	16º
Índice Assistência Social:	0,663
Posição no Estado:	11º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,697
Posição no Estado:	12º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	17
Plena:	1
Índice Dimensão CRAS:	0,601
Posição no Estado:	13º
Destaque:	-
Quantidade:	18
Índice Dimensão CREAS:	0,746
Posição no Estado:	5º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Execução de Serviço
Quantidade:	3
Índice Dimensão Cadúnico:	0,609
Posição no Estado:	12º
Destaque:	Menor Índice do Estado no Componente Domicílio
Quantidade de famílias:	32.052
Percentual Cadastrados/População:	37,6%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 15

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Sul
Região:	Extremo Sul Catarinense
Quantidade de municípios:	15
Pequeno Porte I:	13
Pequeno Porte II:	1
Médio Porte:	1
Grande Porte:	0
População:	183.931
Extensão territorial (Km²):	3.050,10
Densidade demográfica (hab/km²):	60,3
Posição no Estado:	8º
Índice Assistência Social:	0,707
Posição no Estado:	5º
Maior dimensão:	CRAS e CREAS
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	-
Índice Dimensão Gestão:	0,734
Posição no Estado:	8º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	15
Plena:	0
Índice Dimensão CRAS:	0,757
Posição no Estado:	3º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Recursos Humanos (junto com Laguna)
Quantidade:	16
Índice Dimensão CREAS:	0,724
Posição no Estado:	8º
Destaque:	-
Quantidade:	2
Índice Dimensão Cadúnico:	0,611
Posição no Estado:	11º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	17.144
Percentual Cadastrados/População:	32,1%

Nota: Balneário Rincão não está computado na habilitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 16

<u>Ficha Técnica</u>	
	
Macrorregião:	Sul
Região:	Carbonífera
Quantidade de municípios:	12
Pequeno Porte I:	7
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	1
Grande Porte:	1
População:	397.652
Extensão territorial (Km²):	2.654,87
Densidade demográfica (hab/km²):	149,8
Posição no Estado:	5º
Índice Assistência Social:	0,689
Posição no Estado:	9º
Maior dimensão:	Gestão
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Menor Índice do Estado na Dimensão CREAS
Índice Dimensão Gestão:	0,793
Posição no Estado:	4º
Destaque:	-
Inicial:	1
Básica:	9
Plena:	1
Índice Dimensão CRAS:	0,675
Posição no Estado:	9º
Destaque:	-
Quantidade:	17
Índice Dimensão CREAS:	0,609
Posição no Estado:	16º
Destaque:	Menores Índices do Estado nos Componentes Estrutura Física e Execução de Serviços
Quantidade:	5
Índice Dimensão Cadúnico:	0,679
Posição no Estado:	2º
Destaque:	-
Quantidade de famílias:	20.197
Percentual Cadastrados/População:	18,0%

Nota: Balneário Rincão não está computado na habilitação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 17

Ficha Técnica	
	
Macrorregião:	Sul
Região:	Laguna
Quantidade de municípios:	18
Pequeno Porte I:	13
Pequeno Porte II:	3
Médio Porte:	2
Grande Porte:	0
População:	340.078
Extensão territorial (Km²):	3.979,21
Densidade demográfica (hab/km²):	85,5
Posição no Estado:	6º
Índice Assistência Social:	0,726
Posição no Estado:	3º
Maior dimensão:	CREAS
Menor dimensão:	Cadúnico
Destaque:	Maior Índice do Estado na Dimensão CRAS
Índice Dimensão Gestão:	0,73
Posição no Estado:	9º
Destaque:	-
Inicial:	0
Básica:	16
Plena:	2
Índice Dimensão CRAS:	0,77
Posição no Estado:	1º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Recursos Humanos (junto com Extremo Sul)
Quantidade:	20
Índice Dimensão CREAS:	0,771
Posição no Estado:	3º
Destaque:	-
Quantidade:	5
Índice Cadúnico:	0,634
Posição no Estado:	5º
Destaque:	Maior Índice do Estado no Componente Vulnerabilidade Familiar
Quantidade de famílias:	23.712
Percentual Cadastrados/População:	24,4%

Nota: Pescaria Brava não está computado na habitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 18

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Diretoria de Assistência Social	a promoção do acesso a serviços socioassistenciais e setoriais da Política de Assistência	1. Número de CRAS construídos. 2. Número de CREAS construídos. 3. Número de Centros-Dia para idosos construídos.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo
	o apoio aos municípios na realização da busca ativa para inclusão nos programas sociais	1. Número de veículos adquiridos	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	jan/15	Somativo
	a minimização da incidência da extrema pobreza em SC	1. Número de famílias beneficiadas com o programa estadual	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	fev/15	Somativo
	a promoção da aproximação do estado com os municípios	1. Quantidade de encontros realizados. 2. Quantidade de oficinas realizadas. 3. Quantidade de reuniões descentralizadas e/ou regionais realizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Diretoria de Assistência Social	o cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e dos Benefícios Eventuais	1. Número de municípios cofinanciamentos na Proteção Social Básica. 2. Número de municípios cofinanciados na Proteção Social Especial de Média Complexidade. 3. Número de municípios cofinanciados na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. 4. Número de municípios cofinanciados na gestão de benefícios eventuais.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo
	a elaboração do Plano Estadual de Combate às Drogas	1. Elaboração do Plano Estadual de Combate às Drogas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	jan/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Diretoria de Assistência Social	a aproximação e a articulação de ações entre a Política de Assistência Social e a Política de Trabalho e Emprego	1. Quantidade de ações conjuntas realizadas entre as duas diretorias.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo
	a proposição, por meio de legislação estadual, o reordenamento institucional da Diretoria de Assistência Social - DIAS	1. Elaboração de minuta	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo
	a abertura de novo edital de concurso público para a SST	1. Realização de estudo de necessidades da DIAS. 2. Encaminhamento de solicitação para novo concurso.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 19

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	a constituição de subdivisões administrativas da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial.	1.Elaboração de proposta de reordenamento institucional; 2. Quantidade de reuniões; 3.Revisão do Regimento Interno da DIAS.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo
	Organização do território estadual em regiões/microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a	1. Elaboração diagnóstico estadual para subsidiar construção do Plano Estadual de Assistência Social (2016-2019)	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
	implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência.				
	a criação e atualização dos marcos regulatórios da Política de Assistência Social	<ol style="list-style-type: none">1. Formação Grupo de Trabalho da DIAS para elaboração da minuta da Lei Estadual do SUAS;2. Formação Grupo de Trabalho da DIAS para elaboração de minuta de modelo de Lei Municipal;3. Apresentação das minutas para DIAS;4. Apresentação da minuta ao Grupo de Trabalho Oficial com a participação das instâncias CEAS, CIB, FEPAS, FETSUAS, Frente Parlamentar da AS;5. Elaboração minuta de atualização da Lei do FEAS;6. Consulta ao jurídico sobre pisos de financiamento;7. Consulta ao jurídico sobre índice de gestão;8. Consulta ao jurídico sobre inclusão de pagamento de profissional na Lei do FEAS;8. Criação Índice de Gestão.	<p>1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.</p>	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
	a garantia de quadro de pessoal efetivo correspondente às funções de gestão no órgão e em suas unidades administrativas descentralizadas, se houver, assim como as equipes de referência das unidades públicas;	1.Elaboração de estudo das necessidades de recursos humanos da Diretoria de Assistência Social, sob coordenação da Gestão do Trabalho/GEPAS; 2.Quantidade de reuniões realizadas com as Gerências/Coordenações da DIAS para identificação das necessidades conforme ações desenvolvidas pelas mesmas; 3. Encaminhamento da necessidade de realização de novo Concurso Público, para providências da Diretoria.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo e Formativo
	a criação e execução do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores/trabalhadoras da Política de Assistência Social construído coletivamente, assegurando estabilidade funcional, possibilidade de ascensão na carreira, piso salarial com isonomia, e com definição de requisitos, competências e perfis profissionais.	1.Estruturação da Gestão do Trabalho; 2. Discussão sobre o PCCS do Estado; 3. Quantidade de assessorias sobre PCCS aos municípios	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	a elaboração do plano anual de apoio técnico aos Municípios não habilitados no SUAS, em gestão inicial e à Macrorregião com menores índices na dimensão que se refere à gestão, para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS,	<ol style="list-style-type: none">1.Elaboração de Roteiro de Monitoramento da Gestão;2.Definição de Cronograma de Monitoramento da Gestão, com base no diagnóstico do PEAS;3. Elaboração dos fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do SUAS no Estado (Plano de Providências);4. Elaboração do Plano de Apoio do Estado aos municípios em Plano de Providências no que se refere à Gestão do SUAS;5.Participação nos encontros trimestrais com as equipes do MDS para apoio e assessoramento técnico e individualizado.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	a execução do PECSUAS, conforme pactuação na CIB/SC e deliberação no CEAS/SC para 2014 e 2015	1. Número de reuniões realizadas para definição dos Encontros/Oficinas de Alinhamento Técnico Regionalizados; 2. Construção da metodologia de trabalho dos Encontros/ Oficinas de Alinhamento Técnico Regionalizados no que se refere à Gestão do SUAS; 3. Elaboração Termo de Referência (TR); 4. Número de capacitações realizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo
	a execução da Segunda Etapa do Programa CapacitaSUAS no Estado	1. Elaboração do Termo de Referência para execução dos cursos de capacitação ofertados em referido Programa; 2. Encaminhamento para realização do processo licitatório; 3. Quantidade de reuniões realizadas com IES licitadas; 4. Elaboração de material preparatório para execução (turmas, inscrições, entre outros); 5. Acompanhamento da execução dos cursos do CapacitaSUAS.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gerência/Setor	Objetivo: Verificar...	Indicadores	Fontes de informação	Quando	Propósito
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	a implantação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS, bem como o apoio e assessoramento aos municípios para constituição dos Núcleos Municipais de Educação Permanente do SUAS	<ol style="list-style-type: none">1. Promoção dos encontros com os atores que serão integrantes do Núcleo Estadual – CEAS, FETSUAS, DIAS/SST, COEGEMAS e usuários da AS;2. Implantação do Núcleo Estadual por meio de Portaria;3. Assessoramento aos municípios para constituição dos Núcleos Municipais de Educação Permanente do SUAS.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo
	a promoção de capacitações aos técnicos da DIAS, conforme necessidades	<ol style="list-style-type: none">1. Solicitação à Gerência de Gestão de Pessoas da SST capacitações específicas para receber e interagir com as pessoas com deficiência a serem disponibilizadas à toda equipe da DIAS;2. Identificação das demais necessidades das Gerências/Coordenações da DIAS, por meio da Gestão do Trabalho, no que diz respeito à educação permanente;3. Número de participações nas capacitações.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
	a instituir de sistemática de repasse fundo a fundo no Estado	1. Quantidade de reuniões com GEPLA visando sensibilização dos gestores para instituir referida sistemática; 2. Solicitação de assessoria do MDS para regularização do fundo a fundo no Estado.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo
	a criar Piso Estadual para Cofinanciamento dos Serviços Socioassistenciais	1. Elaboração diagnóstico orçamentário estadual do custo operativo da Política de Assistência Social com objetivo de instituir percentual mínimo para cofinanciamento do estado.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	a incorporação das deliberações das Conferências de Assistência Social, em conformidade com o SUAS, no Plano Estadual de Assistência Social	1. Organização das deliberações da Conferência por Gerências/Coordenações da DIAS visando à incorporação das mesmas no PEAS 2016-2019	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social - Monitoramento e Avaliação do SUAS	a realização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com a utilização de instrumento padrão, próprio da Rede SUAS, ou por meio da realização de pesquisa nacional ou de leitura das pesquisas já realizadas, com co-financiamento da União e dos Estados	1. Quantidade de reuniões de discussão com demais gerências. 2. Sistematização das informações. 3. Minuta do projeto de pesquisa sobre populações vulnerabilizadas. 4. Encaminhamento à Comissão Permanente de Licitação	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo
	o processo de delimitação das regiões/microrregiões de assistência social para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta complexidade no SUAS	1. Análise da pesquisa de população vulnerabilizada. 2. Coleta de dados sobre violação de direitos. 3. Sistematização dos dados sobre violação de direitos. 4. Análise de dados sobre violação de direitos. 5. Reuniões para discussão na diretoria. 6. Elaboração de proposta de delimitação de regiões/microrregiões.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social - Monitoramento e Avaliação do SUAS	a implantação de sistema de informação no Módulo Gestão, compreendendo co-financiamento de serviços, prestação de contas e relatório de atividades da diretoria	1. Quantidade de reuniões com as gerências da interessadas. 2. Reunião com técnicos da Secretaria da Fazenda para capacitar no uso do SIGEF. 3. Sistematização dos projetos técnicos da GEPSB e GEPES. 4. Minuta de Projeto de sistema de informação (conjunto com GEPAS). 5. Encaminhamento da minuta à Gerência de Tecnologia e Informação (GETIN) para inserção de informações técnicas referentes à área. 6. Encaminhamento do projeto à Comissão de Permanente de Licitação. 7. Elaboração da regulamentação normativa, em parceria com a área meio, do sistema de informação.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	a realização da concepção de Sistema de Gestão de Indicadores	1. Pesquisa de parâmetros nacionais. 2. Elaboração de minuta de projeto.	1. Registros administrativos	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Gestão da Política de Assistência Social - Monitoramento e Avaliação do SUAS	a realização de Capacitações sobre Monitoramento e Avaliação, Rede SUAS, Ferramentas SAGI e Sistema Estadual Módulo Gestão	Quantidade de capacitações realizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	a construção do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação	1. Número de discussões com os municípios. 2. Consulta pública. 3. Implantação de Sistema de informação. 4. Realização de Pesquisa de populações vulnerabilizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 20

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	PSB	Cofinanciar os serviços da Proteção Social Básica	1. Elaboração de estudo de custos; 2. Levantamento de parâmetros nacionais para nortear os cofinanciamentos.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
		a prestação de assessoria e apoio técnico aos municípios na implantação e execução dos serviços da PSB	1. Número de serviços/equipamentos monitorados. 2. Número de cartilhas e afins elaborados. 3. Número de encontros realizados. 4. Número de visitas técnicas realizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	Acessuas	a qualificação da implantação e execução do Programa Acessuas Trabalho.	1. Número de Encontros Regionais sobre o Programa Acessuas Trabalho: 2. Quantidade de municípios elegíveis com o programa implantado. 3. Elaboração de Orientação Técnica para os municípios que anuíram ao Programa Acessuas Trabalho. 4. Encaminhamento de folder do Programa Acessuas para a Imprensa Oficial. 5. Quantidade de beneficiários atendidos no programa em relação à meta. 6. Número de Visitas Técnicas aos Municípios que aderiram ao Programa Acessuas na Macrorregião da Grande Florianópolis	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos. Registros informatizados.	dez/14	Somativo
		a articulação das ações intersetoriais para assegurar o alinhamento das ações dos Programas Acessuas e Pronatec BSM.	1. Número de reuniões com a Diretoria do Trabalho, Emprego e Renda DITE/SST	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	BPC Trabalho	a implantação e execução do Programa BPC Trabalho.	1. Número de Encontros Regionais sobre o Programa BPC Trabalho. 2. Número de municípios elegíveis com o programa implantado. 3. Número de visitas técnicas realizadas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos. 3. Registros informatizados.	dez/14	Somativo
		a qualificação do atendimento ao público alvo do Programa nos municípios	1. Número de visitas domiciliares aos beneficiários em relação à meta estadual. 2. Número de beneficiados inseridos em relação à meta estadual. 3. Número de inserção nos cursos de qualificação profissional em relação à meta estadual.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos. 3. Registros informatizados.	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	BPC Trabalho	a articulação de ações intersetoriais para assegurar o alinhamento das ações do Programas BPC Trabalho com as diversas políticas públicas	1- Número de ações visando à Constituição do Grupo Gestor Estadual (GGE) para coordenar as ações do BPC Trabalho com parceiros intersetoriais. 2. Número de ações visando auxiliar na elaboração do plano de trabalho no Grupo Gestor Estadual do Programa BPC Trabalho. 3. Número de participações nas reuniões do GGE do Programa BPC Trabalho como representante da SST. 4. Número de reuniões com a Diretoria do Trabalho, Emprego e Renda DITE/SC. 5. Número de reuniões com a Coordenação Estadual do Plano Viver Sem Limite	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo
	Benefícios Assistenciais	a qualificação do processo de cofinanciamento estadual de benefícios eventuais para os municípios	1. Encaminhamento projeto técnico para GEPAS e GEMAV com vistas a subsidiar o processo de concepção do Sistema de Informação (Módulo Gestão); 2. Confecção de folder. 3. Número de reuniões para discussão da minuta de resolução estadual.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	Benefícios Assistenciais	a disseminação de informações qualitativas sobre benefícios eventuais	1. Publicar/divulgar Levantamento Estadual dos Benefícios Eventuais (2012) no site da SST, dentre outros meios; 2. Publicar nota técnica acerca do estudo social voltado à concessão de benefícios eventuais (retificação da informação repassada pela Fecam). 3. Mandar folder do Programa BPC na Escola para a Imprensa Oficial.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Formativo
		a qualificação do atendimento e financiamento de benefícios eventuais nos municípios	1. Número de encontros realizados	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>		<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Básica	Benefícios Assistenciais	a qualificação do acompanhamento aos beneficiários de BPC pelos municípios	1. Elaboração de manual de orientação aos municípios. 2. Realização de diagnóstico sobre acesso e acompanhamento dos usuários do BPC nos municípios 3. Orientação do cadastramento de famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico 4. Elaboração do plano de trabalho junto com o Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola. 5. Quantidade de Seminários do Programa BPC na Escola realizados. 5. Quantidade de participações nas reuniões do GGE. 6. Quantidade de ações com vista a auxiliar na elaboração do plano de trabalho no Grupo Gestor Estadual do Programa BPC Trabalho.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Programa Bolsa Família e Cadastro Único	a prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família	<ol style="list-style-type: none">1. Quantidade de trabalhadores capacitados (gestores municipais do CadÚnico, bolsa família, CRAS) acerca da inclusão social da população em extrema pobreza no CadÚnico;2. Quantidade de técnicos capacitados focalizando as condicionalidades e a intersectorialidade do Programa Bolsa Família;3. Quantidade de entrevistadores capacitados no PBF/CadÚnico;4. Quantidade de gestores capacitados no PBF/CadÚnico;5. Quantidade de Operadores do Sistema V7 CadÚnico capacitados;6. Quantidade de oficinas de Busca Ativa realizadas. 7. Quantidade de Oficinas de Acompanhamento das famílias que descumprem as condicionalidades do PBF e Oficina de Gestão do Cadastro Único realizadas.8. Quantidade de Oficina sobre sistema do Cadastro Único para técnicos realizadas.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos.2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 21

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Especial	a implantação de serviços de caráter regional ou de unidades regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, podendo ter como referência a existência de comarcas, as microrregiões e o mapa de risco social.	1. Realização de estudo de regionalização de Serviços de Proteção Social Especial a partir do diagnóstico de vulnerabilidades e riscos sociais. 2. Elaboração do Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial, conforme as orientações SUAS. 3. Delimitação de regiões. 4. Número de equipamentos implantados. 4. Número de municípios orientados com vistas à implantação de serviços regionais	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Especial	a ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II	1. Taxa de cobertura de vagas de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. Elaboração do desenho de regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	a realização de ações para subsidiar a instalação de novos equipamentos de alta complexidade	1. Elaboração de proposta de consórcio com os municípios para implantação de equipamentos de CREAS regionais. 2. Elaboração de projeto para construção de abrigo institucional para crianças e adolescentes, instituição de longa permanência para idosos e repúblicas para egressos de comunidades terapêuticas.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Especial	o cumprimento das metas de Monitoramento dos serviços/equipamentos de Média e Alta Complexidade e orientação e capacitação dos trabalhadores dos referidos serviços.	1. Quantidade de monitoramentos realizados. 2. Quantidade de Relatórios de Monitoramento elaborados 3. Quantidade de Planos de Apoio elaborados. 4. Realização de webconferência sobre a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA e Projeto Político Pedagógico para os serviços de alta complexidade. 5. Capacitação os trabalhadores dos serviços de média complexidade para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	a execução da Oficina de Alinhamento Técnico	1. Definição do público alvo e metodologia da Oficina. 2. Elaboração Termo de Referência. 3. Encaminhamento para processo licitatório; 4. Execução da Oficina propriamente dita.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Especial	as ações referentes ao diagnóstico socioterritorial sobre violações de direito e ofertas necessárias.	1. Elaboração do módulo sobre violações de direitos e ofertas necessárias para incluir no sistema de informação, monitoramento e avaliação dos serviços da proteção social especial.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	as ações que contribuam para a erradicação do trabalho infantil	1. Quantidade de monitoramentos realizados. 2. Quantidade de ações para acompanhamento da adesão 3. Quantidade de ações de orientações aos municípios. 4. Realização de campanha de enfrentamento 5. Realização de pedágio de mobilização. 6. Quantidade de ações de fomento à participação no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina/FETI-SC. 7. Número de capacitações realizadas. 8. Número de reuniões intersetoriais com outras políticas públicas. 9. Acompanhamento das metas de erradicação do trabalho infantil nos municípios.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Proteção Social Especial	a ampliação do atendimento à população LGBT	1. Realização de webconferência sobre direitos e o atendimento da população LGBT, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	Formativo e Somativo
	o aprimoramento do atendimento das denúncias de violação de direitos no estado.	1. Reuniões periódicas para discutir sobre o fluxo de atendimento das denúncias do disque 100. 2. Apresentar proposta de fluxo após discussão com equipe técnica da GEPES.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos.	dez/14 e dez/15	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 22

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Centro Educacional São Gabriel	o cumprimento da implantação do processo de reordenamento do serviço de acolhimento executado atualmente para a modalidade de Residências Inclusivas (03 unidades).	1. Adequação da infraestrutura física (conforme projeto do Deinfra); 2. Construção do Plano de Reordenamento (em conjunto com GEPES); 3. Valor financeiro destinado. 4. Execução financeira. 5. Composição da equipe técnica, administrativa e de cuidado	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Centro Educacional São Gabriel	a realização de adaptações na estrutura física atual do Centro Educacional São Gabriel para a resolução de questões imediatas para o funcionamento mais humanizado da instituição.	1. Construção de sala administrativa e de atendimento para a equipe técnica do serviço em espaço anexo à instituição. 2. Modificação da atual sala da equipe técnica em sala de jogos/recreação para os acolhidos. 3. Reforma e adaptação da estrutura dos banheiros (Conserto dos chuveiros, entre outros). 4 . Reforma de espaço para a rouparia com vistas a organização e conservação da roupas dos acolhidos. 5. Reforma da quadra de esportes para a instalação de uma sala de recreação coberta a ser utilizada em dias de chuva. 6. Valor financeiro destinado. 6. Execução financeira	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Centro Educacional São Gabriel	Avaliar a promoção da participação dos acolhidos em espaços de lazer e entretenimento, procurando proporcionar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições que as demais pessoas.	1. Criação/Alteração de subação para ações de lazer, esporte, entretenimento e cultura. 2. Valor financeiro destinado. 3. Execução financeira.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14	Somativo
	a medição da inclusão dos acolhidos nas instituições que prestam de atendimento social, de saúde e reabilitatórios no município de São José e entornos.	Quantidade de acolhidos inseridos em serviços e instituições disponíveis na Grande Florianópolis	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Centro Educacional São Gabriel	a avaliação da promoção da reabilitação dos acolhidos para a melhoria das condições de saúde, psíquica e emocional de acordo com a necessidade de cada um, e conseqüentemente elevando a qualidade de vida dos mesmos.	1. Contratação de assessoria técnica para execução de trabalho não clínico (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, educador físico, fisioterapeuta entre outros). 2. Aquisição de material para atuação do profissional. 3. Valor financeiro destinado. 4. Execução financeira.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com os envolvidos nos processos. 3. Entrevista com os acolhidos. 4. Entrevista com os profissionais.	dez/14	Somativo
	a atualização profissional e aprimoramento do cuidado no âmbito da instituição, especialmente na área de saúde mental.	1. Quantidade de capacitações ofertadas. 2. Quantidade de profissionais capacitados. 3. Valor financeiro destinado. 4. Execução financeira	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 23

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Pactuação e Deliberação	a organização do território estadual em macrorregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional nos municípios-sede ou pólo e municípios de abrangência.	Descentralizar as atividades da Comissão Intergestores Bipartite – CIB criando comissões intergestoras em macrorregiões do Estado. Garantir que a proposta da definição das macrorregiões da assistência social e, o papel que irá desenvolver no processo de regionalização, seja definida pelas assembleias regionais da CIB com o acompanhamento do CEAS. . Promover reuniões com as instâncias envolvidas para definição de proposição da descentralização das atividades da CIB; Apoiar, acompanhar e promover reuniões técnicas para definição de proposição da regionalização com as gerências da DIAS;	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14	Somativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Pactuação e Deliberação		2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação; 3. Manter interlocução com as orientações, pactuações e deliberações da instância federal; 4. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.			
	a promoção da pactuação na CIB do desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, conforme parâmetros pactuados na CIT e deliberados pelo CNAS	1. Apoiar, acompanhar e promover reuniões técnicas com as gerências da DIAS para definição de proposição do desenho da regionalização do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação; 3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Pactuação e Deliberação	a promoção da pactuação na CIB do plano anual de apoio técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar, acompanhar e subsidiar reuniões técnicas com as gerências da DIAS e demais gerências afins da SST para elaboração de proposta do plano; 2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação; 3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos 	dez/14	Somativo
	a promoção da pactuação na CIB dos critérios de partilha dos recursos de cofinanciamento estadual dos serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados de Proteção Básica, Especial e de Benefícios Eventuais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar, acompanhar e subsidiar reuniões técnicas com as gerências da DIAS para elaboração dos critérios de partilha dos recursos de cofinanciamento estadual dos serviços socioassistenciais; 2. Promover espaços de diálogo, negociação e articulação entre órgão gestor estadual e as instâncias de pactuação e deliberação; 3. Acompanhar e garantir a pactuação na CIB e deliberação no CEAS. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos 	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Pactuação e Deliberação	o apoio ao exercício da participação e do controle social com a meta de garantir em 100% dos conselhos estaduais de assistência social a proporcionalidade entre representantes de usuários, trabalhadores e entidades, na representação da sociedade civil e a garantia do apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento dos Conselhos Estaduais e do DF, visando ao fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS.	<ol style="list-style-type: none">1. Fomentar a realização de reuniões ampliadas como estratégia de fortalecimento do controle social;2. Propor e fomentar a criação de Fóruns Regionais sob a responsabilidade da SST, no intuito de realizar o controle social de forma descentralizada garantindo a participação das comunidades tradicionais;3. Subsidiar o CEAS quanto ao acompanhamento das ações executadas pelo órgão gestor estadual da Assistência Social.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos.2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo
	a incorporação das deliberações das Conferências, em conformidade com o SUAS, no Plano Estadual de Assistência Social, com monitoramento das deliberações contempladas nos Planos Estaduais e do DF.	<ol style="list-style-type: none">1. Subsidiar o CEAS quanto ao acompanhamento da incorporação/execução das deliberações das Conferências de Assistência Social.	<ol style="list-style-type: none">1. Documentos administrativos.2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Somativo e Formativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APÊNDICE 24

Matriz de Monitoramento

<u>Gerência/Setor</u>	<u>Objetivo: Verificar...</u>	<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de informação</u>	<u>Quando</u>	<u>Propósito</u>
Gerência de Comunicação e Publicização	a aproximação da DIAS com os municípios catarinenses	1. Número de materiais técnicos produzidos. 2. Número de materiais técnicos publicados.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo
	a organização da documentação impressa e virtual da DIAS	1. Número de ações divulgadas em meio impresso. 2. Número de ações divulgadas no meio virtual.	1. Documentos administrativos. 2. Reuniões com envolvidos nos processos	dez/14 e dez/15	Formativo e Somativo